



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INICIAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

MESSIAS FRANCISCO SILVA

**FUNCIONAMENTO DE DISCURSOS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE
BASES (CEBs) NO SUDESTE DO PARÁ NO MOMENTO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS**

MARABÁ/PARÁ
2016

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

MESSIAS FRANCISCO SILVA

**FUNCIONAMENTO DE DISCURSOS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE
BASES (CEBs) NO SUDESTE DO PARÁ NO MOMENTO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro

MARABÁ/PARÁ
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Silva, Messias Francisco

Funcionamento de discursos das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) no sudeste do Pará no momento de redemocratização do país / Messias Francisco Silva; orientadora, Nilsa Brito Ribeiro. — 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2016.

1. Dialogismo (Análise literária). 2. Bakhtin, M. M. (Mikhail Mikhailovitch), 1895-1975. 3. Análise do discurso. 4. Comunidades eclesiais de base. 5. Obras da Igreja junto aos trabalhadores rurais. I. Ribeiro, Nilsa Brito, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 801.95

**FUNCIONAMENTO DE DISCURSOS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE
BASES (CEBs) NO SUDESTE DO PARÁ NO MOMENTO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro (ORIENTADORA)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Profa. Dra. Marinalva Vieira Barbosa (MEMBRO)
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Profa. Dra. Idelma Santiago da Silva (MEMBRO)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho (SUPLENTE)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos meus filhos,
Isadora e Sartre

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao dom da vida;

A dona Luzia, minha mãe, pelo seu amor, às minhas irmãs Darci e Vânia, pelo carinho e por sempre acreditarem em mim;

À minha esposa Elisnalva Silva de Freitas, por todos os momentos que já vivi ao seu lado;

Ao meu irmão Ronnielle Azevedo Lopes, por incentivar, motivar e ajudar com debates sobre diversos temas que contribuíram para compreender um pouco mais o que é ser a Grande Amazônia e a todos os meus amigos que sempre acreditaram em mim;

À CPT, na pessoa de José Batista Gonçalves Afonso, pela paciência e contribuição no levantamento do material de pesquisa, permitindo-me o acesso aos arquivos da CPT;

Ao Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira, um amigo que sempre esteve disposto a conversar e esclarecer pontos de fatos históricos ocorridos no contexto de migração, no Pará, além de muito contribuir para a composição do corpus de análise;

Aos meus colegas de Mestrado, no PDTSA, em especial, Alexandre, Eliúde, Rubeilton, Isilene e Francinete, que em momentos de desânimo me motivaram a seguir em frente;

Às professoras Meire, Ruthe e Zaira pela importante contribuição na revisão do texto da dissertação;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), pela bolsa de apoio à pesquisa que contribuiu muito para o desenvolvimento dessa dissertação.

A todos os professores do PDTSA, principalmente aos professores Dr. Alexandre Santos, Dr. Maurílio Monteiro e as professoras Dr^a. Célia Congilio, Dr^a. Edma Moreira, Dr^a. Hildete dos Anjos, que muito contribuíram com debates em suas aulas;

Às Professoras Dr^a. Marinalva Vieira Barbosa e Dr^a. Idelma Santiago da Silva, pelas críticas e sugestões, que, por ocasião de realização da Banca de Qualificação e de defesa da dissertação, muito contribuíram muito para o aprofundamento do trabalho;

Ao Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho, por aceitar participar da banca, na condição de suplente.

À Professora Dr^a. Nilsa Brito Ribeiro que exerceu excelentemente o seu papel de orientadora, orientando-me, por meio de suas críticas e debates acadêmicos. Como foi gratificante a oportunidade de estudos ao teu lado!

SIGLAS UTILIZADAS

ADETUNI – Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CETREMI – Centro de Treinamento de Migrantes

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria

ITERPA – Instituto de Terras do Estado do Pará

MEB - Movimento de Educação de Base

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs – Organizações não Governamentais

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

SAMI – Serviço de Assistência ao Migrante

SESPA – Secretária de Estado da Saúde do Estado do Pará

SIMI – Serviço de Informação ao Migrante

STRs - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

SUCAM – Superintendência da Campanha contra a Malária

SUDAM - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

TL - Teologia da Libertação

URSS – União da Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** O Grito da PA 150, Ano I, nº 1, maio de 1980p.81
- Figura 2:** Grito da PA 150, Ano I, nº 1, maio de 1980p.82
- Figura 3:** O Grito da PA 150, Ano I, nº 2, junho de 1980p.83
- Figura 4:** O Grito da PA 150- Ano I, nº 2, junho de 1980.....p.106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição dos informativos - 1980 a 1986.....p. 74

RESUMO

A presente pesquisa realiza um estudo que toma como base teórico-metodológica a teoria de Mikhail Bakhtin, sobretudo os conceitos de dialogismo e polifonia, com o objetivo de analisar o funcionamento dos discursos das Comunidades Eclesiais Bases (CEBs), na região Sudeste do Pará, sob a hipótese de que os discursos das CEBs, além de ter o objetivo de denunciar as injustiças sociais e violências produzidas no campo, trazem em sua materialidade discursiva, o movimento de diferentes vozes que compuseram o cenário de injustiças e dominação, por um lado, e de resistências, por outro. Tomamos como material linguístico-discursivo para as análises propostas, o informativo de circulação regional, denominado “O Grito da PA 150”, produzido pela equipe de pastoral da PA 150, sob a coordenação da Diocese de Marabá, no período de 1980 a 1986. Para a constituição do *corpus* de análise, selecionamos 7(sete) edições do informativo “O Grito da PA 150”, circuladas no ano de 1980; 6 (seis) edições do ano de 1981; 5 (cinco) edições do ano de 1982 e 3 (três) edições do ano de 1983. Das análises, destacamos que nos discursos das CEBs veiculados nos informativos, múltiplas vozes entram em equipolência, configurando o campo de disputas ideológicas instaurado num período de intensos conflitos na luta pela terra.

PALAVRAS-CHAVES: Dialogismo. Polifonia. Enunciação. CEBs. Trabalhadores rurais.

ABSTRACT

This research conducts a study based on the theory of Mikhail Bakhtin, aiming to build an interpretation of the concepts of dialogism and polyphony, from research speech functioning of Ecclesial Communities bases in the south and southeast of Pará. We take as linguistic-materials discourse for the proposed analyzes the information of regional circulation, called "the Scream BP 150", whose main objective was to denounce social injustices present in this region, especially the injustices related to violence in the field. Hébette (2004) already tells us about the importance of religious tradition for the social struggle of the oppressed subject in South and South-eastern Pará region, "helpless and often isolated, migrants, largely northeastern and rooted religious tradition, are in Church a stimulus to fight and support which also benefit some leftists ". (HÉBETTE, 2004, p. 75). For the constitution of the corpus of analysis, we selected momentarily 7 (seven) editions of 1980; Six (6) issues of the year 1981; Five (5) issues of 1982; Three (3) 1983 the year informative issues PA Scream 150 to analyze the functioning of enunciation discourse of CEBs. From the analysis, it was revealed that Bakhtin concepts also designates a worldview, in which multiple voices have the right to existence and to take an ideological position forming several speech. Partial conclusion we arrived, through the analysis made is that the speech shows a political relationship with an ideological dominance noted by the voices within a finished social reality.

KEYWORDS: Dialogism. Polyphony. Enunciation. CEBs. Rural workers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – A REGIÃO SUDESTE DO PARÁ: DINÂMICAS DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	19
1.1. Breve cenário de fluxos migratórios mais antigos no sudeste paraense	20
1.2. Novas dinâmicas na região Sudeste do Pará: a luta pelo domínio da terra	24
1.3. Organização e resistência dos trabalhadores na região: o surgimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs)	29
CAPÍTULO II: AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBS): AÇÕES DA IGREJA DO POVO.....	36
2. 1. A Teologia da Libertação (TL) face às questões políticas e sociais na América Latina: breve nota.....	37
2.2. A atuação das CEBs no Brasil em tempo de regime militar	43
2.3. CEBs e o meio rural	46
2.4. A CEBs no Sul e Sudeste do Pará	52
CAPÍTULO III: A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM EM BAKHTIN: INTERAÇÃO VERBAL ENUNCIAÇÃO E DIALOGISMO	54
3.1. O caráter ideológico do signo.....	55
3.2. A natureza dialógica da linguagem	57
3.3. Enunciado e enunciação da dialógica bakhtiniana.....	59
3.4 Percursos de reformulação da teoria dialógica bakhtiniana	62
3.5. No jogo dialógico, a polifonia sinaliza vozes em disputa	64
3.6. Entre o ético e o estético em Bakhtin	65
3.7. O sujeito bakhtiniano: inacabado e constituído pelo outro	67
CAPÍTULO IV: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CORPUS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70

4.1. A rodovia PA-150: um marco da resistência	70
4.2. Associação dos Trabalhadores Unidos da Nova Jacundá (ADETUNI): espaço de luta e resistência	72
4.3. O Informativo “O Grito da PA 150”: caracterização do corpus da pesquisa	73
4.4. A organização dos informativos que compõem o corpus de pesquisa	74
CAPÍTULO V: O DISCURSO DAS CEBs NO JOGO DAS DISPUTAS IDEOLÓGICAS	78
5.1. Delimitação da instância discursiva das CEBs e a relação com outros discursos	79
5.2. O trabalho de formação do camponês: a metáfora da árvore	85
5.3. Marcas do projeto discursivo do Informativo: processos dialógicos de captação do leitor	87
5.3.1 Processos de intertextualidade e interdiscursividades como vozes aliadas.....	87
5.3.2- O tom pedagógico na formação política dos trabalhadores	95
5.4. A polarização discursiva: processos de delimitação de vozes antagônicas.....	100
5.4.1. Outras vozes dissonantes	106
5.5. O trabalho ético e estético no discurso das CEBs: um ato responsável	110
CONCLUSÃO.....	114
REFERÊNCIAS.....	117

INTRODUÇÃO

A partir de conceitos básicos de filosofia de linguagem formulados pelo autor russo Mikhail Bakhtin, a presente dissertação traz um estudo sobre o funcionamento de discursos veiculados nas Comunidade Eclesiais de Base (CEBs), na região Sudeste do Pará, no período de redemocratização do país. O corpus de análise é composto por informativos de circulação regional, produzido pela equipe de Pastoral da PA 150, intitulado “O Grito da PA 150”, podendo ser considerado um material que garantiu o elo entre os agentes de pastoral e os membros das diversas comunidades rurais localizadas ao longo da PA 150, na década de 1980. Neste trabalho, estabelecemos como objetivo central, analisar o funcionamento do discurso das Comunidades Eclesiais Bases na região Sudeste do Pará. Este objetivo se estabeleceu a partir da hipótese de que os boletins, além de ter a função de denunciar as injustiças sociais e violências produzidas no campo, trazem em sua materialidade discursiva o movimento de diferentes vozes que compuseram o cenário de injustiças e dominação, assim como as vozes que atuam nas resistências face às forças repressivas no momento de redemocratização do país, em fins de ditadura civil-militar. As análises se dedicam, portanto, a captar esse complexo movimento que aponta para a postulação bakhtiniana de que as alteridades atuam constitutivamente nas individualidades.

O cenário de produção dos informativos, em um período histórico ainda controlado de forma coercitiva pela ditadura civil-militar, teve o seu início com o golpe de 1964, perdurando até o ano de 1985. Na região Sudeste do Pará, não foi diferente, pelo contrário, esta parte da Amazônia sofreu interferência direta dos militares, com destaque para a área de combate à Guerrilha do Araguaia que foi decretada como área de segurança nacional e por meio da abertura de grandes estradas, com o intuito de integrar a Amazônia à conjuntura política e econômica de todo o país, a partir da propaganda governamental para atrair grande leva de migrantes para a região (HÉBETTE, 2004).

O avanço da considerada última fronteira do Brasil, a Amazônia, se deu por meio de um processo de forte violência e expropriação das terras que outrora foram consideradas devolutas e que motivaram a migração de um grande número de

trabalhadores que já haviam sido expulsos de outras regiões do país. Nesse contexto, mesmo que o foco desse estudo não seja a dinâmica de migração para o Sudeste do Pará, é necessário compreender como essa dinamicidade provocada pelo governo militar da década de 1980 afetou a constituição das atividades de organização dos trabalhadores, na região Sudeste do Pará, particularmente, tendo as CEBs como aliadas nesse processo.

Desse modo, as análises nos permitem compreender o papel e atuação das CEBs numa conjuntura social em que o estado organizado de forma autoritária, adota as mais diversas estratégias para promover uma abertura da fronteira amazônica, sob os mais variados pretextos, conforme discutiremos no primeiro capítulo do trabalho. Além disso, foi possível compreender o processo pelo qual o regime militar passa a favorecer as empresas e o grande latifúndio em detrimento do trabalhador rural denominado em vários momentos de posseiros.

Embora as reflexões que procuramos desenvolver sobre algumas dinâmicas de ocupação da Amazônia se voltem à região Sudeste do Pará, nossas análises se detêm ao material empírico de circulação entre os municípios de Jacundá e Marabá, no Pará, municípios de atuação de algumas CEBs, sob orientação da Diocese de Marabá.

A região sudeste do Pará foi o ponto central de várias ações do governo militar em uma tentativa de “integrar” e “povoar” a Amazônia (PEREIRA, 2013). O plano político se altera devido aos interesses dos grandes latifundiários e das grandes empresas exploradoras de recursos naturais. A década de 1980 foi marcada por um forte desejo de mudança política no país, por parte de alguns segmentos sociais, de modo que as CEBs, enquanto aliadas desse desejo de mudança, têm uma presença forte na região junto a sindicatos rurais, associações de trabalhadores rurais etc., assumindo um papel de formação política dos trabalhadores.

É por este envolvimento das CEBs na organização de trabalhadores na região que nossos estudos se dedicam a analisar os discursos dos informativos, entendendo que neles se inscreve a presença das diferentes vozes, dentre elas, como voz preponderante, a voz das CEBs, em um contexto de dinamicidade política e econômica na região Sul e Sudeste do Pará, sobretudo na década de 1980.

O corpus de análise é extraído de um informativo elaborado pela equipe de pastoral da rodovia PA 150 intitulado “O Grito da PA 150” considerado pelos integrantes das CEBs como importante elo entre diversos setores sociais da região, sindicatos rurais, igreja e movimentos sociais.

Estamos considerando que os discursos das CEBs colocam em circulação diferentes outros discursos em disputa na sociedade, num momento de poder ditatorial, ou seja, em seus discursos, entra em debate o discurso da organização popular em contraposição às forças hegemônicas. Para uma leitura dos diferentes discursos e de seus enfrentamentos ideológicos nos serviu como fundamentos a teoria do dialogismo bakhtiniano, a qual contribuiu para a compreensão de que na sociedade disputam-se sentidos e os sentidos em disputa refletem uma dada realidade.

Em se tratando da organização estrutural do trabalho, ele está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A Região Sudeste do Pará: dinâmicas de migração e colonização” retoma estudos que problematizam a dinâmica da luta pela posse de terras na região. Por compreendermos que é bastante extenso o período que cobre a dinamicidade histórica da Amazônia, fizemos, neste capítulo, um recorte espacial de estudo da região sudeste do Pará e um recorte temporal da década de 1960/80, para tratar desta dinâmica social no sudeste paraense.

No segundo capítulo- “As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs): ações da Igreja do Povo”- revisitamos trabalhos que discutem a presença e participação religiosa e, sobretudo, política, das CEBs, na região sudeste do Pará, no período da redemocratização do país.

O terceiro capítulo tem como título “A concepção de linguagem em Bakhtin: interação verbal, enunciação e dialogismo”. Nele, discutimos alguns conceitos da teoria dialógica bakhtiniana, apontando para a contribuição que eles fornecem às análises do material empírico, justamente por nos lançarmos a um trabalho interpretativo, sob a compreensão de que os tipos de enunciados que se produzem na sociedade possuem um vínculo orgânico com o que fazemos em diferentes esferas de ação humana. Nesse sentido, a teoria dos dialogismos nos favorece a captação de sentidos produzidos na polifonia orientada pelas forças ideológicas instauradas na sociedade, particularmente no contexto político em que o material de análise fora produzido.

O quarto capítulo, intitulado “Contextualização do corpus e procedimentos metodológicos”, faz uma contextualização do corpus da pesquisa, situando-o na luta dos trabalhadores e das CEBs que atuaram na PA 15^o. Neste mesmo capítulo apresentamos a sistematização do corpus da pesquisa.

No quinto e último capítulo - “O discurso das CEBs no jogo das disputas ideológicas”- analisamos os discursos das CEBs veiculados no informativo “O Grito da PA 150”, destacando como feixes de significados: i) a instância discursiva das CEBs e a relação com outros discursos ii) vozes que se entrecruzam: vozes aliadas e vozes antagônicas; a voz pedagógica na formação política do trabalhador; marcas do trabalho que reflete um ato responsável das CEBs.

CAPÍTULO I – A REGIÃO SUDESTE DO PARÁ: DINÂMICAS DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Com o interesse de chegarmos ao nosso objeto de estudo a partir de uma contextualização de sua materialização, optamos por revisitar algumas problematizações formuladas por alguns autores sobre o processo migratório no sudeste do Pará, parte da Amazônia oriental brasileira, considerando as suas múltiplas dimensões - econômicas, políticas e sociais, histórico-culturais-, e a configuração de seu território como a última fronteira do Brasil, caracterizada pela sua riqueza natural e também pelas contradições sociais em que ela esteve/está inserida. Esses elementos nos permitem tomar a migração como um fator importante para nos aproximarmos do nosso objeto de estudo, que é o discurso das Comunidades Eclesiais de Base nessa região, inseridos em algumas destas dinâmicas.

De acordo com Assis (2007), muitos estudos realizados à época da imigração nordestina para a Amazônia levantaram algumas hipóteses sobre as razões que levaram os nordestinos a participarem da proposta de colonização feita pelos governos da Amazônia, particularmente do Pará. Uma das hipóteses aventadas é que a migração de trabalhadores nordestinos para essa região ocorreu motivada pelas intensas estiagens no nordeste brasileiro; outra hipótese estaria vinculada à interpretação de que a iniciativa de colonização do governo poderia se constituir como ponto de passagem para os seringais¹. Nas palavras de Assis (2007, p. 17):

Os seringais representavam, no imaginário de muitos nordestinos, a verdadeira possibilidade de libertação de situações de extrema dificuldade em que viviam, seja pelos caprichos da mãe natureza, a estiagem, seja pela mão dos 'coronéis' a subjugação pelo trabalho e pelo desapossamento da terra.

Outra hipótese ainda atribui a migração para a Amazônia ao incentivo da política pública de distribuição de terras, estimulando, sobretudo, a saída dos nordestinos de suas terras de origem, haja vista serem esses considerados pelo

¹ Esta estratégia migratória, segundo Assis (2007), é nomeada por Santos (1980, p. 106) de "migração por etapas".

Estado brasileiro como um povo em busca de terra para garantir a sobrevivência (MARTINS, 1985).

No entanto, ao trazermos a reflexão sobre a ocupação da Amazônia, não podemos desconsiderar que o seu processo migratório remonta ao Brasil colonial, pois, de acordo com Assis (2007), já nesse período, as riquezas da região exigiam da Coroa Portuguesa a proteção das fronteiras e a busca de estratégias de fixação da população em algumas áreas. Nas palavras do autor:

Após o domínio português, os governos locais deram continuidade ao processo de ocupação da região e à exploração de recursos naturais. Sendo o índio a presença humana mais marcante e não afeito às dinâmicas econômicas, sociais e culturais dos colonizadores, o deslocamento de populações estrangeiras e nacionais passou a ser visto pelos governantes de diferentes épocas como a solução para dinamizar o desenvolvimento regional (ASSIS, 2007, p.16).

Sendo assim, ao revisitarmos alguns estudos sobre o tema da migração na Amazônia, optamos por delimitar nossa reflexão, estabelecendo como recorte temporal o período de política de colonização instaurada na região durante o regime civil-militar, a partir de 1964 (IANNI, 1979), até a década de 1980 e, como delimitação espacial, a região sudeste paraense sem, contudo, perder de vista, ao fazer este recorte tempo-espacial, a conexão desse processo migratório no sudeste paraense com a política nacional de atração do capital, influenciando os processos socioeconômicos e histórico-culturais da Amazônia, em geral.

1.1. Breve cenário de fluxos migratórios mais antigos no sudeste paraense

Conforme referimos acima, interpretações de diferentes estudiosos apontam que a presença de nordestinos na Amazônia se deve a diferentes motivações, portanto, não apenas àquela decorrente de estímulos da política governamental. Destaca Assis (2007) que, além deste fator impulsionador, a motivação para o deslocamento de pessoas de seus territórios para se aventurarem em outra região se dá, sobretudo, pela esperança de encontrar um local cuja riqueza fosse capaz de alterar suas condições de vida e de sair do domínio dos “coronéis”.

[...] a mola propulsora do deslocamento de nordestinos para a Amazônia não era só a iniciativa governamental, por meio de seus diferentes programas. A imagem formada de uma região rica e cheia de fartura, em

contraste com a situação desesperadora gerada pelas sucessivas estiagens e a subjugação, movia indivíduos e grupos obstinados a transformar suas vidas, mesmo que a centenas de quilômetros dos familiares (ASSIS, 2007, p.17).

Portanto, para entender a dinâmica de migração para a região sul e sudeste do Pará, exige-se que se considere a existência de diferentes interpretações para os motivos que levaram a população de outros estados, sobretudo nordestinos e goianos, a se deslocarem de suas regiões para a Amazônia.

Assis (2007) nos lembra de que a dinamização dos primeiros fluxos migratórios para a região sudeste do Pará ocorre com o aparecimento do caucho nos vales dos rios Araguaia, Tocantins e Xingu, cuja extração teve um curto período de 1892 a 1912.

O sul e sudeste do estado do Pará se integraram a esta dinâmica dos fluxos migratórios mais intensos a partir do momento em que se especulava sobre a possibilidade de ocorrência de pastagens naturais de excelente qualidade na região do Araguaia e se descobriu o caucho (*Castilloa elástica*, **Warb**), uma planta produtora de látex de alto valor para a indústria da época. A região tinha uma baixa densidade populacional e diferentes grupos indígenas compunham a maioria da população regional. A presença do Estado na região era débil devido às dificuldades de acesso a partir da capital (Belém). A malha hidrográfica, formada a partir dos rios Araguaia e Tocantins e seus afluentes facilitou, na virada do século, a ocupação da região por populações não indígenas. (ASSIS, 2007, p. 18).

De acordo com o autor, a frágil atuação do Estado e a necessidade de mão de obra para a exploração do látex impulsionam o aumento da migração para essa região. Esta atividade extrativa se dá de forma concentrada nas mãos de poucos comerciantes detentores da economia local, boa parte deles de origem sírio-libanesa, identificados como possuidores de uma alta perspicácia mercadológica e impulsionadores de uma política oligárquica local. A descoberta do caucho é, assim, responsável por uma das etapas do processo econômico e migratório para a região sul e sudeste do Pará, sendo necessária a construção de estradas para o acesso, tanto dos homens quanto dos animais de tropas, assim como houve exigência de construção de outras infraestruturas que viabilizassem a logística mercadológica, como portos, por exemplo. A relação de trabalho era mantida pelo sistema de

“aviamento”² e determinava as relações sociais através das quais os comerciantes exerciam sua influência tanto durante a atividade do trabalhador no interior da floresta, local em que ele se ocupava do processo de extração do látex do caucho, quanto no ato da venda do produto extraído, pois, compulsoriamente, os trabalhadores só poderiam vender para os mesmos comerciantes (ASSIS, 2007).

A extração da castanha, após a crise do caucho, passa a constituir o cenário econômico e se traduz em um outro fator da migração para a região sudeste paraense. A forma econômica de exploração da castanha era similar à de exploração do látex do caucho, ambas sob a forma de “aviamento”, com a diferença de que o período de safra da castanha coincidia com o período das chuvas, ao passo que a extração do caucho ocorria no verão, ou seja, por ser um período de estiagem, o escoamento da produção de borracha tornava-se mais difícil de ser feito pelos rios, enquanto que, em época de chuvas, favorecia o uso da navegação para escoamento do produto (VELHO, 2009).

A forma de extração livre da castanha finda-se com a formação de uma oligarquia castanheira local, justamente quando “a terra passa a ser controlada por poucas famílias” (EMMI, 2002, p. 04). Após 1930, o arrendamento de terras onde estavam os castanhais tornara-se uma prática comum. Essa atividade comercial estava sob o poder da oligarquia local, já que era ela que selecionava o arrendamento dos castanhais. O Polígono dos Castanhais, local demarcado entre os municípios paraenses Marabá, São João do Araguaia e Xinguara, era uma área com uma abundância de castanhais e de suma importância para o processo econômico movimentado por esta atividade extrativa. (EMMI, 2002).

Os castanhais formavam uma economia capaz de produzir um controle social do trabalho, interferindo na constituição da sociedade nessa região. O contexto político, social e econômico passa a ser controlado por uma forma de capital mercantil, a partir da exploração do trabalho de extração de castanha e da posse das terras onde estavam localizados os castanhais. Nas palavras de Emmi:

² “Sistema econômico tradicional na Amazônia, compartilhava quase todas as principais características associadas ao capitalismo mercantil. Produtos florestais e animais eram extraídos por produtores independentes que eram ligados aos comerciantes e proprietários através de relações comerciais baseadas em dívidas de longo prazo. Aviar significa fornecer mercadoria a prazo com o entendimento de que o pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um prazo específico. O fornecedor da mercadoria é o aviador, a pessoa que está recebendo a mercadoria é o aviado”. (MCGRATH, 1999, p. 58-59)

O grupo de comerciantes financiadores, apesar de constituir apenas um elo na cadeia de exploração que tinha origem num contexto muito mais amplo, no mercado internacional, exercia dominação local. Na condição de grandes compradores de castanha, usava de influência política para monopolizar o comércio de produto, para se apropriar de extensos castanhais, valendo notar alguns desses grupos tornaram-se posteriormente exportadores. Essas diferentes combinações que possibilitaram controlar a extração, a comercialização, a exportação e o poder local, não se deram sem conflito. Registram-se situações em que apropriações de grandes áreas de castanhais aconteceram até mesmo tendo como motivação o resgate de dívidas contraídas com financiadores. Havia ainda as situações conflituosas que ocorriam por divergências políticas, uma vez que as chefias municipais desempenhavam papel importante no processo de aquisição de castanhais. (EMMI, 2002, p. 03)

Assim, houve um processo pelo qual a oligarquia toma posse das terras dos castanhais, ao passo que os pequenos coletores perdem o direito de fazer a extração livre de castanha, mostrando-nos que a apropriação das terras no sul e sudeste do Pará, desde o início de sua formação, não ocorre de forma pacífica. A disputa por terra nessa região tem início nesse contexto, quando os comerciantes passam a ter mais poder econômico e político. A terra torna-se objeto de cobiça dos comerciantes e símbolo de seu poder. Segundo Velho (2009) havia um arranjo por meio do qual as leis favoreceriam as principais lideranças políticas aliadas ao governo:

A curto prazo, a lei constituiu-se, porém, de fato, numa grande manobra política, fixando como arrendatários em grande parte os partidários do agrupamento então no Governo. Porém, a lei, que em sua redução política permite distinguir imediatamente a causa partidária, e consequências isomórficas, em uma redução social mais ampla revelaria consequências que, haveriam de mostrar-se de muito maior vulto, e que acabariam, em seus desdobramentos, inclusive a ter efeito sobre o quadro político. (VELHO, 2009, p.68)

O resultado do privilégio das famílias de comerciantes foi o fortalecimento da pecuária e, conseqüentemente, a abertura de estradas e de uma infraestrutura favorável à intensificação da atividade dos pecuaristas. Com essa mudança no cenário econômico, há uma necessidade de reorganizar a relação de trabalho. Com a criação de gado, faz-se necessária a presença de trabalhadores em atividades permanentes e não mais sazonais como ocorria com a atividade de extração da castanha, possibilitando, assim, a fixação do migrante nordestino nesse território.

1.2. Novas dinâmicas na região Sudeste³ do Pará: a luta pelo domínio da terra

Neste item, seguindo o critério espaço-temporal por nós delimitado para fins metodológicos, nosso foco recai sobre as dinâmicas de dominação de terras na região, assim como sobre os conflitos delas advindos. Sabemos, no entanto, que tais dinâmicas são anteriores ao marco estabelecido, uma vez que estudiosos já apontam um recuo temporal em que já se verifica o favorecimento do estado à iniciativa privada com doação de terras. Por exemplo, Pereira (2014) assevera que no período de 1924 a 1976, houve um forte favorecimento do governo do Pará à iniciativa privada no que concerne à venda de terras. Neste período, *“o governo do Pará já havia vendido à iniciativa privada quase 7 milhões de hectares de terras”* (PEREIRA, 2014, p.43), sendo que muitos títulos emitidos ao setor privado incidiam sobre terras já habitadas por antigos posseiros. Em um segundo momento compreendido entre 1959-63 o governo emite a proprietários rurais uma nova leva de títulos de posse de uma grande quantidade terra. Nas palavras de Pereira (2014):

No período compreendido entre 1959 e 1963, emitiu-se mais títulos do que em todos os períodos anteriores e elevou-se a área média de cada terra vendida de 165,5 hectares para 3.585 hectares.⁴⁰ Somente no sul do estado, entre 1961 e 1964, foram emitidos, segundo Marcionila Fernandes, 41 759 títulos definitivos, medindo 4.356 hectares cada um, totalizando 3.306.204 hectares. Só João Lanari do Val, por exemplo, adquiriu do estado, em 1962, 80 lotes de 4.356 hectares cada, totalizando 348.480 hectares, formando, assim, a Companhia Mata Geral.⁴² Nos municípios de Itupiranga, São João do Araguaia, Marabá, Tucuruí e Jacundá, entre 1955 e 1966, o governo do estado chegou a expedir 218 títulos de aforamentos perpétuos (795.155 ha) a proprietários rurais que já vinham explorando a castanha-do-pará. Embora o tamanho da área para cada requerente não pudesse exceder 3.600 hectares, conforme a Lei nº 913, de 1954, grande parte dessas terras concentrou-se nas mãos de algumas famílias como os Mutran, Azevedo, Moraes, Chamié, Miranda entre outras. (PEREIRA, 2014, p. 43)

Nesse contexto, o governo militar passou a exercer o domínio mais centralizado da região Amazônica. A construção de infraestrutura representa uma forma de exercer o controle social, garantindo a integridade territorial e gerando uma coesão local. Por esta via, o governo posiciona-se diante da nova fronteira de forma

³ A região Sudeste do Pará é formada por 18 municípios: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Piçarra, Parauapebas, Palestina do Pará, Rondon do Pará, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia. (SILVA, 2012, p.24)

estratégica para manter o controle desse espaço político e social, induzindo as mudanças necessárias para não ameaçar o seu verdadeiro interesse e, por outro lado, para aumentar o domínio do capital estrangeiro sobre as riquezas da Amazônia. O plano governamental de subsídio e fixação do capital estrangeiro inicia-se com as construções das estradas, incentivando e aumentando o movimento migratório, ao mesmo tempo que acelera a urbanização das cidades médias ao longo das referidas rodovias.

Em 1968, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com um amplo poder de organização dos incentivos fiscais e de concessão de créditos para a indústria e agropecuária. É de incumbência da SUDAM a aprovação dos grandes projetos agropecuários e o incentivo fiscal a quem investisse na atividade pecuária, o que levou as grandes empresas a aproveitarem tal incentivo: *“vê-se, então, todas as grandes empresas do país, os bancos, os supermercados, tornarem-se pecuaristas: Wolkswagem, Bradesco, Alô Brasil, Tecelagem Parahyba e tantos outros”* (HÉBETTE, 2004, p. 38). O resultado dessa intervenção desenvolvimentista do Estado gerou uma degradação ambiental e vários conflitos motivados pela concentração fundiária. Segundo Pereira (2014):

A SUDAM havia aprovado só para o Estado do Pará, entre 1966 e 1983, 72 projetos agropecuários. A grande maioria, num total de 62, concentrou-se no sul do Pará. 53 desse total (33 para o município de Conceição do Araguaia e 20 para o município de Santana do Araguaia⁵⁰) foram aprovados entre 1966 e 1975. Os 33 projetos destinados às empresas instaladas em Conceição do Araguaia, analisados por Octavio Ianni, acumulavam, segundo ele, um total de 430.189,92 hectares de terras. As empresas entraram com 24,41% do investimento de capital total, enquanto 71,84% foram de recursos de incentivos fiscais. E quanto maior fosse o tamanho da área ocupada, maior seria o volume de recursos provenientes dos incentivos fiscais. Ou seja, o volume dos incentivos fiscais se relacionava diretamente com a extensão territorial. Quanto maior fosse o tamanho do imóvel, maior seria o volume de recursos que poderia se obter com base nele. Diversos autores assinalam que a concessão de incentivos fiscais a grandes empresários e a implementação de grandes eixos rodoviários como as rodovias Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163) fizeram parte das estratégias mais importantes do governo civil-militar pós-1964 para a exploração econômica e domínio territorial dos chamados “novos espaços” na Amazônia. Se por um lado, o governo estimulou os deslocamentos de trabalhadores rurais empobrecidos para as novas áreas de colonização ao longo das rodovias federais como a Transamazônica, com o discurso de “distensionar” os conflitos sociais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, concedeu grandes extensões de terras e dinheiro farto a grupos econômicos para a instalação de suas fazendas na Amazônia. (PEREIRA, 2014, p.45)

A partir da ideologia de integração ao território nacional, o setor agrícola foi favorecido pela ação do governo federal e pelo crescimento de uma privatização das terras no sudeste paraense, gerando uma agricultura capitalizada e lucrativa. A título de mais exemplo desta ação de favorecimento do governo militar ao setor agropecuário, Hébette (2004) relata uma situação particular de apoio do Estado a um grupo empresarial que se instala na região contribuindo intensamente para a expansão da atividade agropecuária:

A fazenda Capaz, também chamada Gleba dos Americanos, por pertencer a um grupo de americanos organizados desde 1967 em torno de John Davis, ocupava oficialmente uma área de 95.000 há; se estendia do Km 20 ao Km 50 da PA 70, ainda no município de Paragominas. Na verdade, o grupo tinha pretensões sobre 250.000 há. Para alcançar seus fins, idealizou um projeto agropecuário sob a denominação de Cia. Agropastoril Água Azul S.A. – Fazenda Capaz, por meio do qual conseguiu incentivos da SUDAM. (HÉBETTE, 2004, Vol. I, p.71)

Com esta observação do autor, constata-se estabelecimento do jogo de favorecimento do estado a grupos econômicos, na Amazônia. Por esta via, a colonização passa a se desenvolver por intermédio do regime militar, ou seja, é agora uma colonização de privatização da Amazônia. Os novos encaminhamentos passam por uma modernização do processo produtivo, mas para isso ocorrer foi necessário que houvesse grandes investimentos econômicos. Essa nova dinâmica tornou-se um obstáculo para o colono que não conseguia incentivos do governo devido às novas exigências que passaram a ser feitas para o acesso a produtos agrícolas. Na verdade, estas novas exigências só favoreceram o grande latifúndio e as empresas dispostas a investir capital na agropecuária na região sudeste do Pará.

Nesse momento, eram os fazendeiros que geravam o maior número de emprego por meio do que chamavam de empreitadas, cuja mão de obra era contratada por um gato⁴. As condições de trabalho eram as mais degradantes, sem

⁴Denominam-se “Gatos” pessoas que são “utilizadas por fazendeiros para percorrerem diversas regiões recrutando trabalhadores rurais temporários como mão-de obra. Os *gatos* aliciam trabalhadores disponíveis e os levam para regiões remotas. Na primeira abordagem, eles se mostram agradáveis, portadores de boas oportunidades de trabalho. Oferecem serviços em fazendas, com garantia de salário, alojamento e comida, além de adiantamentos para a família e garantia de transporte gratuito até o local de trabalho. Ao chegarem ao local do serviço, os trabalhadores são surpreendidos com situações completamente diferentes das prometidas. Em geral, neste momento, recebem a informação de que já estão devendo. O adiantamento, o transporte e as despesas com alimentação na viagem já foram anotados em um caderno de dívidas. Em casos extremos, até mesmo o custo dos instrumentos de trabalho (foices, facões, moto serras, entre outros) é anotado

que houvesse os direitos trabalhistas resguardados. A distância e o difícil acesso às fazendas facilitava para o empregador o uso dessa prática, de modo que os trabalhadores que não se submetessem a tais condições eram submetidos a castigos físicos (HÉBETTE, 2004).

Em 1970, o governo federal cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), declarando o intuito de fazer uma Reforma Agrária e uma nova colonização⁵ para a Amazônia. Uma das formas encontradas foi a abertura da rodovia Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, assim como o projeto de “colonização dirigida⁶”, sobretudo às margens destas mesmas rodovias (HÉBETTE, 2004). O que de fato estava ocorrendo era a expansão agrícola, como continuidade ao processo ocorrido com a construção da Belém-Brasília:

[...] À medida que a colonização espontânea se desenvolve, o povoamento se adensa e as frentes de expansão se integram progressivamente à economia nacional – o fenômeno se processa com rapidez, hoje, no país – e essas políticas têm um impacto crescente. Foi o que aconteceu na Belém-Brasília, com os programas de incentivos fiscais, o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), os projetos fundiários, os planos de abertura de estradas. (HÉBETTE, 2004, 43)

Diante dessas novas dinâmicas, pode-se dizer que o processo de ocupação da Amazônia, iniciado por uma migração popular sob o incentivo do governo federal, é substituído pela concentração de terra, capital e poder político, nas mãos de grandes empresas. O que aparece a partir de então são as especulações econômicas que inviabilizam a possibilidade de o camponês conseguir os subsídios agrícolas e tantos outros mecanismos para manter-se na terra: “um desses mecanismos é o regulamento das condições de acesso ao crédito” (HÉBETTE, 2004, p.70). Numa inversão de processos, os colonos são retirados de suas terras

nocaderno de dívidas do gato, bem como as botas, luvas, chapéus e roupas. Finalmente, despesas com os alojamentos e com a precária alimentação serão anotadas, todas elas acima do preço de mercado. Em geral, as fazendas encontram-se distantes do comércio mais próximo, sendo impossível ao trabalhador não se submeter ao sistema de dívidas. Caso deseje ir embora, será impedido sob a alegação de que está endividado”. (OIT, 2011, p.15)

⁵ Colonização: povoamento de uma região por migrantes para colonizar; esses migrantes são chamados de colonos (HÉBETTE, 2004, p.38)

⁶ Silva (1973, p.97-98) distingue e define três formas de colonização: a espontânea, “que se caracteriza pelo estabelecimento de grupos humanos [...] com seus próprios recursos e por livre iniciativa”; a forma dirigida, que “envolve um mínimo de orientação – quer seja na escolha da área, quer na organização da área, etc.”; a forma planejada, que “já envolve todo um planejamento, tanto na escolha da área geográfica, na seleção dos grupos que irão ocupá-la, como no aproveitamento dos recursos e da atividade econômica a ser nela realizada (HÉBETTE, 2004, V.1. p. 43).

para que o grande capital se fixe e a exploração simples passe a ser industrializada, gerando mais lucro (MARTINS, 1985).

Portanto, as ações governamentais de modernização da Amazônia dão início a diversos conflitos sociais que perduram até os dias atuais. A violência no campo é totalmente ligada à concentração fundiária e aos rumos que as políticas de modernização tomaram, na região (MARTINS, 1985). Na década de 1970 o Estado começa a expulsar e a expropriar os colonos das terras antes consideradas como “terras sem homens”⁷ para dar espaço a grandes empresas e proprietários rurais, fator que gera conflitos e intensifica a violência, na disputa pela terra. Martins explicita, portanto, as razões da presença do Estado através da militarização da Amazônia:

A intervenção do Estado na problemática da terra, no campo, como o Estatuto e com a legislação da SUDAM, define uma opção das classes dominantes, que é a opção pela exploração empresarial do campo; é uma opção contra o que se poderia chamar de economia camponesa, de economia de produção familiar. (MARTINS, 1985, p. 67)

A ação do Estado no Regime Militar se dá em favor do desenvolvimento dos grandes latifúndios destinando apoio e valorizando o setor privado, por meio da transferência dos recursos públicos para as empresas privadas e para proprietários rurais. As concentrações de terras foram parar na mão dos bancos, montadoras de carros, além de subsidio à criação de gado feita por esses grupos:

[...] os conflitos de terra na Amazônia só ocorreram porque os direitos dos posseiros passaram a ser violados por empresários do Centro-Sul do País que chegaram ao território amazônico com o apoio político e financeiro do Estado. Na maioria dos casos, esses trabalhadores rurais se viram diante da falta de alternativas: ou eles resistiriam ou seriam expulsos com as suas famílias da terra. Estava aí, por conseguinte, a dimensão política dos conflitos e da violência no campo, na Amazônia brasileira. Quer dizer, as lutas dos posseiros são interpretadas como aquelas que surgiram “espontâneas” e defensivamente como resistência à ação dos grupos econômicos e dos aparelhos de poder. (PEREIRA, 2014, p.01)

⁷ Expressão que denota o claro desrespeito e negação de direitos dos povos que já habitavam a região, atitude do estado brasileiro que remonta a décadas anteriores. Nesse sentido, de acordo com Assis (2007, p. 87), “Movido pela leitura do “vazio demográfico”, o governo de Getúlio Vargas deu início ao processo de presença mais ostensiva do Estado na região amazônica. Por força do Decreto-Lei (DL) no 5.812, de 13 de setembro de 1943, foram criados diversos Territórios Federais, mecanismo que visava fincar a âncora do aparato burocrático estatal e criar as condições para a aplicação de políticas e programas governamentais”.

Os grandes grupos econômicos já chegaram à Amazônia de forma diferenciada. Convidados pelo Estado e, aqui instalados, começaram a exigir o domínio dos recursos naturais públicos de propriedade da sociedade civil. A partir dessa conjuntura, iniciam-se as tensões e torna-se inevitável o conflito entre classes. O Estado, como sempre fez, apoia-se à classe dominante e permite que a violência dos proprietários de grandes faixas de terra atue, em vários sentidos, sobre os indivíduos que vieram para a região já expulsos de outras terras, acreditando que aqui o seu sonho de melhores condições de vida se realizaria. Martins descreve o cenário de violência instalado:

Inicialmente, a violência física do policial, do jagunço, contra o posseiro, o peão, que foi também o primeiro passo no fornecimento da ordem privada em detrimento da ordem pública. Em segundo lugar, a violência da justiça, desmoralizada pela execução de sentenças de despejo com jagunços e outros recursos particulares de grileiros e grandes empresas; uma justiça transformada em executora de uma política de expropriação territorial, de privilegiamento dos interesses da empresa privada sobre os direitos da pessoa. Em terceiro lugar, e como consequência dos efeitos contrários e comprometedores para a ordem pública das duas violências anteriores, a violência que é a interferência direta do Poder Executivo, através da ação militar e policial, na questão fundiária, mediante o alijamento da justiça do processo decisório, o alijamento das entidades de representação de classe dos interessados, como o sindicato e o partido político. (MARTINS, 1985, p. 59)

O conflito estava ligado precisamente à retirada dos posseiros de seus lotes, para o favorecimento dos empresários e grandes fazendeiros. No entanto, a violência praticada não desanimou os migrantes, ao contrário, motivou-os a se manterem na luta como forma de resistência, conforme discutiremos a seguir.

1.3. Organização e resistência dos trabalhadores na região: o surgimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs)

Sabemos que o termo “posseiro” enfrenta uma polêmica no campo teórico quando se trata de definir elementos que o caracterizariam. Participando desta polêmica, Pereira (2010) destaca que há vários autores que aderem à defesa de que “os posseiros eram migrantes de longa data, sobreviviam da lavoura de subsistência (arroz, feijão fava, mandioca, milho etc.), combinadas com criação de animais, produção extrativista, o uso da pesca e da caça. Desprovidos de documentação da terra, não eram legitimados como proprietários. Segundo Pereira (2010), autores

que melhor defendem esta definição são Martins (1981; 1984; 1986), Hébette (1991;2004) e Almeida (1981/1993;1995). Nesse sentido, segundo Guerra, o posseiro vive um dilema entre o sem-terra e o dono de fato da propriedade (GUERRA, 2001, p.17). Em se tratando da caracterização deste sujeito, Guerra expõe seu entendimento:

Entendemos o posseiro neste estudo, como aquele que luta coletivamente pela terra, dela tirando o seu sustento. Este nos parece o elemento fundamental trabalhado em maior ou menor intensidade pelos sindicatos estudados. Não é simplesmente sem-terra, embora muitas vezes e por período mais ou menos longos, possam se encontrar despojados de qualquer terra. (GUERRA, 2001, p.17).

Em contraposição a estas posições que adquirem maior adesão dos estudos sobre a ação dos posseiros na luta pela posse da terra, Pereira (2010) destaca que elas focalizam apenas: i) os conflitos estabelecidos pela posse da terra entre proprietários de terra ii) e o par dicotômico: a posse (direito gerado pelo trabalho); e propriedade privada (direito gerado pela compra, pelo documento, de outro). Segundo o autor, esta análise, ao restringir a ação política do posseiro a apenas uma reação à ação daqueles que os expulsam da terra, retira a complexidade que envolve tal processo, uma vez que os posseiros não só resistiam às ações violentas a eles impostas, mas também combinavam diversas e variadas práticas de disputa pela terra, na região.

Esclarecendo as polêmicas que se instaura no campo científico sobre a categoria “posseiro”, vale ressaltar que, nas décadas de 1970 a 1980, a região sul e sudeste do Pará torna-se palco de conflitos entre o que se nomeiam de posseiros e grileiros⁸ ou entre posseiros e fazendeiros. A questão fundiária passa a ser um problema de segurança nacional (MARTINS, 1985), evidenciando-se o interesse do Estado em manter os trabalhadores rurais destituídos de orientação política. Deduz-

⁸ Grileiro, para as normas do Direito Agrário, é aquele indivíduo que, por meio de fraude ou outro meio ilícito, falsifica, no todo ou em parte, documentos público ou particular com o fim de obter para si ou para outrem a propriedade do imóvel alheio. Surgiu a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de comprovação de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação. (MOTTA, 2002, p.72)

se, dessa prática, o interesse do Estado em exercer o controle de algumas localidades na Amazônia para impossibilitar que os trabalhadores rurais se organizassem e exercessem pressão pela realização da reforma agrária.

Nesse período, há uma valorização das terras e o processo de expulsão dos trabalhadores da terra passa a ser a principal preocupação do governo, favorecendo, assim, as grandes empresas, como já ocorrera em períodos anteriores. Essa ação do Estado provoca uma grande disputa pela terra, de modo que expulsar os posseiros que ali trabalhavam torna-se uma ação trivial na região. Por outro lado, os posseiros passam a receber apoio de algumas organizações, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica, enquanto possibilidade de conscientização dos trabalhadores rurais e estratégia política de fortalecimento das ações desses sujeitos para que pudessem exigir os seus direitos sociais e políticos. Nesse sentido, Assis (2007) destaca o retorno da atuação da igreja, no campo, em meados de 1970. Segundo o autor:

Um marco desse retorno da Igreja foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos idos de 1975, por um conjunto de pastorais das igrejas da Amazônia Legal. À frente dessa iniciativa esteve sempre presente D. Pedro Casadálguia que elaborou uma carta pastoral destacando a necessidade da Igreja se voltar para o trabalho com posseiros, índios, peões e outros marginalizados da região amazônica. (ASSIS, 2007, p. 63-64.).

Os conflitos gerados pelo processo de ocupação da terra incorrem em excessos de violência. As estratégias utilizadas para expulsão do trabalhador rural são tanto oficiais - por intermédio da justiça e da polícia-, como clandestinas – pela ação de jagunços aos quais se encomendavam a morte de trabalhadores. Mesmo que optassem pela legalidade, os posseiros não encontrariam o devido apoio, pois o estado encarava suas ações sempre como ações ilegais. Segundo Martins (1985):

[...] A luta do posseiro põe em confronto o que é legítimo e o que é legal. Para ele, a situação de ocupante da terra, mesmo sem documentos e sem direitos, sujeito a despejo, é situação legítima, legitimada pela concepção de que a terra é destinada ao trabalho e à produção dos necessitados. Não legítima é a terra vazia ou, até mesmo, ocupada indevidamente e improdutivamente com pastagens extensivas, de baixa produtividade. Mas, para o juiz, os tribunais, a polícia, o governo, a ocupação não é legal, está fora da lei. É nesse confronto que as lutas pela terra ganham a sua dimensão política. É uma luta que só se resolverá com um novo direito que consagre como legal aquilo que agora é apenas legítimo. Portanto, neste momento, a luta dos posseiros não se dá no plano de uma legalidade suficientemente extensa. É em grande parte, por sua extensão nacional, por

sua profundidade crescente, uma luta pelo estabelecimento, disseminação e reconhecimento da sua legitimidade. (MARTINS, 1985, p.95)

No governo militar, o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), criado na década de 1970 e sob o comando do próprio exército, passa a regular a posse de terras na região Sul e Sudeste do Pará, favorecendo os grandes projetos e fragilizando cada vez mais a ação dos posseiros.

A região, devido a toda dinâmica migratória de trabalhadores rurais expulsos de outras regiões do país, passa, na década de 1980, a obter uma atenção mais detida dos militares e a questão agrária na região passa a ser objeto de segurança nacional (MARTINS, 1985). O GETAT passa a ser responsável por instalar os posseiros nas terras devolutas e nesse período chega a distribuir títulos de terras de acordo com um projeto de integração econômica da Amazônia. Essa ação correspondeu a apenas 11% dos posseiros assentados, medida que não colocava em perigo os grandes projetos destinados à região (HÉBETTE, 2004). Por essas medidas, estudiosos destacam que o interesse do governo militar na Amazônia foi claramente o de favorecer as grandes empresas e os grandes produtores agropecuários, desfavorecendo a produção local e de pequena escala.

Assim, o posseiro é aquele que ocupa o lugar da expressão de uma realidade social desamparada; por outro lado, ocupa um espaço de socialização política no contexto de relações conflituosas. O trabalhador rural organizado se reconhece como agente transformador e adquire uma visão crítica da realidade, permitindo-lhe uma prática mais organizada (GUERRA, 2001). A ação do posseiro aponta para o movimento social que é fundamental para as suas conquistas.

Desta maneira, destaca-se o valor simbólico de libertação que a terra tem para o posseiro. A luta por um pedaço de terra corresponde à busca do que dá dignidade para os trabalhadores que carregam em si o firme intento de ainda conquistar o lugar próprio para nele produzir e reproduzir sua existência. Em contraponto às investidas do Estado e do capital, a figura do posseiro e suas lutas levadas adiante de muitas maneiras se configuram como gestos de resistência à lógica capitalista. Esses gestos ganham concretude na afirmação de uma racionalidade de uso da terra voltada para a manutenção da vida e não de uma exploração capitalista (GUERRA, 2001). Desta forma, a busca por terras representa

uma forma de resistência ao processo de mercantilização das relações sociais no campo, assim como a organização do espaço a partir de valores éticos, da importância da família (MARTINS, 1985).

Destaca-se ainda como forma de resistência a organização dos trabalhadores que deu origem aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, enquanto espaços importantes para o fortalecimento da participação e organização coletiva dos agricultores. Assis (2007) destaca o quanto foi difícil para os trabalhadores da região se organizarem num contexto particular da história nacional. Além do domínio político e econômico das oligarquias locais e da política econômica ditada pelo regime militar, o autor destaca a repressão aos direitos civis como impedimento à organização de grupos sociais, particularmente os camponeses.

De acordo com Assis (2007), na região sudeste paraense, os sindicatos só surgem nos anos 1970, embora o autor evidencie “a dinamicidade dos trabalhadores do campo e a amplitude de suas lutas para conquista de direitos” (ASSIS, 2007, p. 46). Foi pela capacidade organizativa dos trabalhadores e de suas diferentes e variadas formas de resistência e enfrentamentos que eles avançaram na conquista de direitos. Ainda segundo Assis (2007)

Os primeiros STRs da região sudeste do Pará foram criados sob a pressão de dois fatores: a ideologia da segurança nacional e a decisão governamental de implantar grandes projetos para alavancar o desenvolvimento regional. A criação do primeiro STR datou de 1974 no município de São João do Araguaia; o segundo foi o de Itupiranga em 1979. No início dos anos 80 foram fundados os de Jacundá e Marabá (HÉBETTE, 1997). O Incra e a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), cuidavam da organização da parte legal dos STRs. A Carta Sindical só era emitida para os STRs que passassem no “crivo” dessas agências governamentais. Os sindicatos que já estavam em funcionamento eram vigiados. Por algum tempo, as reuniões de delegacias sindicais foram realizadas às escondidas. Eram as chamadas *reuniões por trás dos paus* (ASSIS, 2007, p. 64)

Diante do domínio dos latifúndios locais e do interesse do governo militar de intensificar o avanço do capital na região, através de grandes projetos, houve uma forte repressão sobre aqueles que reivindicavam os seus direitos. Os primeiros STRs criados sob uma suposta liberdade acabavam não conseguindo exercer sua plena autonomia diante do Estado, em função das necessidades de as famílias serem assistidas por serviços sociais ligados ao Estado. Essa dependência, de certo modo, acabava fragilizando as lutas sociais. Mesmo antes de se apropriarem das entidades sindicais que, como destaca Assis (2007) na citação acima, estavam nas

mãos do estado, os trabalhadores já se organizavam em estruturas paralelas, constituindo-se como iniciativas de oposição aos sindicatos aliados do governo. “A organização em estruturas paralelas como associações, grupos de vendas, caixas agrícolas, sendo essas formais ou informais, foi uma das maneiras que os agricultores utilizaram para lutar por direitos antes de se apropriarem das entidades sindicais”. (ASSIS, 2007, p. 77)

Assim, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no sul e sudeste do Pará têm a sua origem na ação de diversos sujeitos, mas nesse contexto de luta e resistência é marcante a figura do posseiro e de pequenos agricultores, os quais, por motivo de sobrevivência, tomam uma posição política e lutam pelo direito à terra (ASSIS, 2007). Destaca-se também a participação de outras entidades que ajudaram a construir uma consciência política mais organizada, dentre elas está a Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT): “para que se fundasse o STR foi necessário todo um preparo apoiado pela Comissão Pastoral da Terra, em que se discutia a necessidade da organização para que se conseguisse conquistas frente ao latifúndio e grande capital” (GUERRA, 2001, p. 120). De modo que essas instituições tiveram uma contribuição importantíssima na conscientização e ampliação da visão política dos trabalhadores.

De acordo com Assis (2007), a organização de oposições sindicais, na região, surge em finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, coincidindo com o momento de abertura política. A luta dos posseiros, na região sudeste, teve forte apoio da igreja católica, de forma que o sindicato passa a assumir um papel importante que é a formação de lideranças políticas. Estar fora do sindicato era estar sem direitos mínimos, razão pela qual estar filiado ao sindicato era o primeiro passo para uma transformação política. As CEBs e associações passam a orientar a participação dos trabalhadores no sindicato, formando lideranças para assumirem a militância sindical.

As CEBs, em suas reuniões e com a divulgação de seus informativos, sempre mantiveram um espaço para discutir com os trabalhadores a necessidade da ação sindical. Nesse sentido, a articulação dos STRs passou a ter um papel importante na luta pelo direito à terra. A ação da Igreja Católica, por meio das CEBs e CPT, ajudou os trabalhadores rurais a organizarem as suas lutas através de

denúncias e reivindicações aos órgãos oficiais (GUERRA, 2001). Passou-se a elaborar a crítica às práticas sindicais que se baseavam no assistencialismo mantido pelo governo. Nesse sentido, havia um trabalho político e pedagógico nas comunidades rurais, fortalecendo a pressão dirigida ao Estado para uma política de reforma agrária.

Nesse sentido, aponta Guerra (2001, p.138):

[...] O papel da Igreja é fundamental, no sentido da formação ética dos indivíduos. Ele consolidou valores humanos calcados na solidariedade e no desprendimento, de tal forma que o posseiro-sindicalista hoje tem problemas específicos, diferentes do posseiro comum. Adquiriu também um comportamento comunitário, coletivista, em que a preocupação com o todo é frequentemente explicitada, perseguida diligentemente por ele e seus representantes mais próximos. Talvez seja esta conformação ética do sindicalismo, com base na moral cristã, o que lhe tenha dado maiores elementos de representação e o apoio efetivo da igreja e dos partidos.

De acordo com o autor, mesmo com todas as críticas dirigidas às ações dos STRs, é preciso reconhecer que a luta travada com o poder trouxe várias melhorias para as famílias dos trabalhadores: a preocupação com a saúde, a delimitação do tamanho dos lotes, criação de escolas, entre outros benefícios (GUERRA, 2001).

Para o autor, a condição da prática política do posseiro-sindicalista estava na confiança que os seus associados e a sua comunidade religiosa nele depositavam. Nesse sentido, devia-se prestar conta da ação de acordo com o sentimento de pertença a um coletivo. A identidade político-partidária do trabalhador não estava separada da sua prática religiosa. As reuniões eram estruturadas a partir do ritual litúrgico de uma celebração, sempre havendo um ato de reflexão e avaliação pessoal, enquanto ação pedagógica das CEB's.

Assim, autoras como Medeiros (1989) e Estercci (1980, apud ASSIS, 2007) estão de acordo no que concerne à importância da presença do sindicalismo, enquanto representativa dos movimentos de resistência, de luta por direitos e de conquista da terra.

CAPÍTULO II: AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBS): AÇÕES DA IGREJA DO POVO

No presente capítulo, apresentamos um breve percurso histórico das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a sua participação política na região sudeste do Pará no período da redemocratização do país.

No cenário brasileiro, as CEBs se posicionaram como uma resistência à ditadura militar (MAUÉS, 2010), num momento histórico de um governo que se caracterizou pela prática de repressão social, política e cultural; pelo favorecimento à abertura da economia para o capital externo, tendo como resultado o aumento da desigualdade social. A implementação das políticas ligadas a um projeto desenvolvimentista e a crise econômica atingem as classes populares, motivando o surgimento de movimentos sociais e de grupos que se articulam em prol da luta por direitos sociais. Assim, surgem as CEBs que passam a se articular com atividades políticas contra um estado de coerção e cerceamento de direitos da classe trabalhadora.

O trabalho das CEBs anuncia o momento de mobilização ocorrido na década de 1980, num contexto de forte controle econômico, político e ideológico, por parte do governo militar e de exploração da região, por parte de grupos econômicos hegemônicos. Esse contexto possibilita uma maior organização das comunidades, a partir de estratégias de resistência, e as CEBs assumem a defesa do bem comum a favor de igualdade social para aqueles grupos sociais que trilharam o percurso de marginalização, com a expectativa de um dia poderem alcançar formas de dignidade humana.

Antes de nos atermos, especificamente, à atuação das CEBs, na região sudeste do Pará, avaliamos ser pertinente fazermos um breve retorno à Teologia da Libertação, considerando as relações entre TL e CEBs, no que concerne aos discursos em favor de grupos sociais desfavorecidos.

2. 1. A Teologia da Libertação (TL) face às questões políticas e sociais na América Latina: breve nota

O século XX é marcado por vários problemas sociais como a violência, o desemprego e a fome. De acordo com Santos (2006), nas últimas décadas deste século, ocorreram mudanças significativas para os movimentos sociais na América Latina. A autora ilustra esse período com alguns acontecimentos que repercutiram mundialmente nestas mudanças, tais como: “a redemocratização nos anos 80, o fim do socialismo na URSS e a confirmação da hegemonia dos Estados Unidos” (SANTOS, 2006, p. 12). A crise econômica que assola todos os países, nesse momento, aponta para a necessidade premente de reorientação das políticas públicas.

A desigualdade social gera uma inquietação na camada mais pobre da população por não ter condição básica para a sua sobrevivência. O aumento da pobreza é um dos fatores que mais atormenta a realidade social da população na América Latina, trazendo fortes impactos sobre a vida das pessoas. Estudos realizados por Kliksberg, em 2002, sobre esses impactos da pobreza, apontam os seguintes índices:

Os números sobre crescimento da pobreza brevemente assinalados transformam-se em necessidades e miséria angustiantes na vida diária. Mais de 10 milhões de centro-americanos (29% da população) não têm acesso aos serviços de saúde, e dois de cada cinco não têm água potável e saneamento básico. Um terço da população da América Central é analfabeta. Um terço das crianças menores de cinco anos apresenta tamanho inferior ao normal devido a processos de insuficiências nutricionais na mãe e na criança. (KLIKBERG, 2002, p.17)

Essa realidade gera uma série de problemas causados à população, como desemprego, déficit da saúde, de educação etc. Segundo Kliksberg (2002, p.20), “O acesso à água potável, instalações sanitárias, esgotos e energia elétrica, é limitado para amplos setores, o que cria fatores de risco de muito peso para a saúde”.

O aprofundamento das crises econômicas e políticas caracterizadas pelos regimes militares e pelo fracasso do modelo de desenvolvimento dos anos anteriores torna-se insuportável para a classe trabalhadora, e esta vê nas propostas dos movimentos sociais a alternativa para mudanças sociais (SANTOS, 2006). Em outras palavras, as mudanças políticas e econômicas das décadas de 1960-70 se

constituíram para alguns grupos ligados à Igreja Católica como mais um elemento catalisador da ação militante contra as desigualdades e injustiças sociais. Dois outros acontecimentos são destacados por Santos como, também, estimuladores das reivindicações da população por mudança na ordem social, política e econômica: i) a ascensão ao papado de João XXII e ii) a revolução cubana de 1959. (SANTOS 2006, p. 14).

É nesse contexto de agitação política que surge a Teologia da Libertação, posicionando-se contra as questões sociais que oprimem grande parte da população da América Latina. Assume um posicionamento em defesa de temas como liberdade, igualdade social e direitos sociais. Amparada em princípios da igreja católica, para a TL, toda a realidade de pobreza que aflige o mundo vai contra os princípios bíblicos. Lembra Boff que “A Teologia da Libertação encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres” (BOFF, 2010, p. 14).

No que se refere ao processo de desenvolvimento histórico da TL, na América Latina, Gibellini (1998) aponta três etapas que caracterizam a sua atuação, o que, de certa maneira, favorece o entendimento das conjunturas políticas que propiciam o seu surgimento.

Primeira etapa

A primeira etapa, segundo Gibellini (1998), denominada etapa da preparação, ocorre em 1962, quando o Papa João XXIII inicia o chamado Concílio Vaticano II que tem o seu término no ano de 1965, pelo então Papa Paulo VI. Nesta primeira etapa, com base em orientação conciliar do Vaticano II, desenvolve-se uma nova compreensão sobre a atuação da igreja, de modo que esta passa a abrir-se ao mundo e a envolver-se com seus problemas sociais e políticos (SANTOS, 2006). Nesse sentido, a Constituição Pastoral, *Gaudim et Spes* (Alegria e Esperança), promulgada em sete de setembro de 1965, traz em seu proêmio referências de como a igreja deveria comportar-se face aos problemas do mundo:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque sua comunidade é formada por homens que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação, em demanda do Reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para comunicar a todos. Por este motivo a Igreja sente-se real e

intimamente ligada ao gênero humano e à sua história (Constituição Pastoral, 1965, apud SANTOS, 2006, p. 14)⁹

Na compreensão de Gibellini,

O Concílio Vaticano II pode ser visto como ponto de chegada de um longo processo, em que a fé procurava dar respostas aos desafios da época moderna.[...].Na América Latina, o Concílio não funcionou apenas como ponto de chegada, mas também como ponto de partida de uma nova consciência de ser Igreja. De acordo com esta análise, a Igreja latino-americana realizou uma “recepção criativa” do Concílio à luz da realidade latino-americana, na perspectiva dos pobres a solidariedade como o homem de hoje torna-se solidariedade com os pobres, e a teologia que acompanha com reflexão este caminho é a teologia da libertação (GIBELLINI, 1998, p. 369-370) (Grifo do autor)

O concílio passou ser referência central para que a II Conferência do Episcopado Latino-Americano percebesse a necessidade de a Igreja Latino-americana fazer a sua opção preferencial pelos pobres. A TL não só se posiciona, mas se coloca a favor dos marginalizados e assume uma postura de luta contra a opressão. De acordo com Frei Beto,

[...] a renovação da igreja, iniciada com o Concílio Vaticano II, e levada a efeito na América Latina a partir da reunião de Medelin, em 1968, fez com que a hierarquia eclesial se aproximasse sempre mais das classes populares das quais o Estado se encontrava cada vez mais distanciado. A Igreja passou a ser a “voz dos que não têm voz”, empenhando-se resolutamente na campanha de denúncia às torturas e pela defesa dos direitos humanos. O terror repressivo estendeu-se sobre ela: religiosos foram condenados por tribunais militares, padres foram assassinados pela polícia. Um bispo foi sequestrado e seviciado por grupos direitistas. O povo redescobriu a Igreja, não apenas como seu espaço de expressão e nutrição da fé, mas também como espaço de organização e mobilização (BETO, s/d, p. 8).

A primeira etapa que corresponde ao surgimento da TL, dá-se, como já referimos acima, num contexto histórico marcado por um desarranjo político, econômico e social. Em defesa da causa dos oprimidos contra o processo de exploração do sistema político, econômico e social, a tradição católica é confrontada com suas próprias contradições. Lembra-nos Catão, que a “Teologia da Libertação é resposta à problemática pastoral da Igreja, especialmente colocada no contexto

⁹ GAUDIUM ET SPES - Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo de Hoje-7 de dezembro de 1965, próêmio, parágrafo 1- in Frei Antonio de Sanctis (Org.)- Encíclicas e Documento, p 297 [Referência extraída de nota de rodapé de Santos (2006, p 14).

latino-americano, em que a luta pela libertação constitui uma exigência fundamental do Evangelho e uma antecipação do Reino de Deus” (CATÃO, 1986, p.63).

A TL passa a se identificar com um movimento socioeclesial que interpreta a doutrina religiosa por meio da ideia de libertação política, social e econômica de uma camada da população que sofre com a pobreza e a exploração daqueles que concentram a maior parte das riquezas. Esse segmento da Igreja Católica se posiciona de uma forma radical a favor dos pobres, de forma que a palavra libertação toma uma dimensão política e não apenas religiosa. Sobre o sentido que passa a tomar a palavra libertação, argumenta Maestro (2004, p. 50):

La palabra liberación es, en consecuencia, más adecuada para expresar mejor el aspecto humano del problema. Cuando se defina a los países pobres como oprimidos y dominados, la palabra ‘liberación’ es la más apropiada. El término “liberación” es preferible al término “desarrollo” incluso porque se corresponde mejor con el lenguaje bíblico. En efecto, el término desarrollo de alguna forma plantea los problemas latentes en proceso. Hablar de “liberación”, por el contrario, significa aludir a las fuentes bíblicas, que iluminan la presencia y la acción del hombre en la historia: la liberación del pecado y la vida nueva traída por Cristo nuestro Redentor. (grifo do autor)

Assim, a palavra libertação, para uma vertente da Igreja Católica comprometida com a realidade social de seus fiéis, passou a ser sinônimo de esperança e opção pelo pobre. Prevalece nessa vertente a ideia de que a teologia só é possível se houver libertação das condições de pobreza na América Latina a partir de mudanças na relação de opressão. Daí porque defende ser importante levar os indivíduos a uma libertação concreta que lhes possibilite mais dignidade.

Dessa forma, em sua primeira fase, a teologia assume ações de caráter libertador das condições de marginalização econômica, social e política, a partir de uma ação transformadora da realidade, incluindo também em sua ação valores antropológicos que contemplam a ideia de um homem novo para uma sociedade nova. Embora não abandone o sentido religioso de libertação (do pecado), no discurso da igreja, é redimensionado o significado da fé. A defesa é de uma sociedade justa, sendo, para isso, necessário que ocorra a libertação da alienação (GUTIÉRREZ, 1990). Para o autor, a TL precisa compreender algumas dimensões da libertação para que possa realmente retirar o indivíduo da ignorância e assim criar um lugar mais solidário na sociedade:

Ser pobre hoy significa también, cada vez más, empeñarse en la lucha por la justicia y la paz, defender su vida y su libertad, buscar una mayor participación democrática en las decisiones de la sociedad, organizarse para una vivencia integral de su fe y comprometerse en la liberación de toda persona humana. (GUTIÉRREZ, 1990, p.305).

A noção de salvação-libertação é assumida como uma categoria fundamental para um projeto humano que valorize a vida. Esta posição ideológica está comprometida com o desejo humano de construir uma realidade que garanta igualdade social.

Segunda etapa

Na segunda etapa de atuação, a TL, assumindo a necessidade de reafirmar sua atuação na politização das camadas populares e na defesa dos pobres, passa por uma nova fase considerada como sua fase de expansão, no que concerne às causas e às lutas de outras alteridades também excluídas. Assim, em 1979, acontece em Puebla, no México, a III Conferência do Episcopado Latino-Americano, onde a TL assume uma postura de aproximação e de defesa de outros movimentos de resistência (negros, indígenas, feministas).

A TL faz, portanto, a opção por outras lutas, como a das mulheres contra o machismo, em busca de uma igualdade de gênero (BOFF, 1996). Insere-se na luta dos povos indígenas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos sociais e políticos que são, ou seja, “como sujeitos da vida social e política e também da vida e da organização da Igreja, da leitura da Bíblia, do diálogo que prepara o anúncio do Evangelho, etc” (BOFF, 1996, p. 73). Também compuseram o escopo das lutas políticas da TL o racismo e a discriminação oriundos da escravidão dos povos de origem africana, que, antes tratados como mercadoria, nesse novo contexto, buscam seus direitos e sua libertação social.

A ação evangelizadora da TL mantém-se, por meio da fé, enquanto dimensão norteadora do processo de transformação social, mas propondo uma nova hermenêutica para a interpretação bíblica, em que prevalece a noção de um Deus libertador do povo oprimido, como aquele que vai defender o direito social dos pobres.

Terceira etapa

Esta, considerada a etapa de consolidação da TL, se caracteriza pela sua atuação mais direta, nos locais em que se encontram os povos oprimidos. Suas ações de politização das camadas populares começam com reuniões, palestras e produções escritas de fácil interpretação, dirigidas à população. Segundo Gibellin (1988), esta fase da TL também se caracteriza pela dualidade de interpretações a respeito do conceito de libertação, entendida por uns como uma dimensão individual, comprometida com a noção de pecado; por outros, como uma posição histórica, compreendida a partir de dimensões social, política e cultural.

Assim, a grande maioria das pessoas ou segmentos sociais que aderiram à TL são os agentes de pastoral leigos, membros das mais variadas pastorais, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Movimento de Educação de Base (MEB), da Pastoral Operária e da CPT (BETTO, 1981).

A TL, assumindo uma opção pelos pobres, apropria-se de fundamentos da sociologia e da história, principalmente de tradição marxista, para explicar as condições de pobreza na América Latina e no Brasil. Alguns estudiosos asseveram que, em razão do modelo de desenvolvimento adotado nos países latino-americanos, agravam-se profundamente as condições de vida e de trabalho da população. Algumas vertentes da TL, diante dessa conjuntura, recorrem às teorias marxistas, a partir de 1960, admitindo-a como fundamentação importante para se compreender as lutas populares contra os regimes ditatoriais. Analisam alguns estudiosos que a influência marxista na TL não é dogmática, mas assumida como meio de realizar críticas sociais capazes de uma análise aprofundada da sociedade.

[...] Marx tem presença garantida na Teologia da Libertação, não enquanto projeto político de um socialismo científico ou de uma filosofia da história que caminha ao comunismo, mas como método da dialética na interpretação histórica, ou seja, a utilização do instrumental marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes. Segundo Marx, a religião serve de aparelho ideológico de legitimação dos poderes dominantes. A religião cristã insere-se nesse ponto de vista. Mas sem resposta a esta situação, quando o povo enxerga contradições entre a sua fé e as propostas políticas apresentadas ou vigentes, ocorrem movimentos de retração e de suspeitas. Assim sendo, a dimensão libertadora da religião vem à tona, o que o povo de certo tipo de visão, que oculta as práticas contraditórias na sociedade. Finalmente, com o reconhecimento, pelo povo, da realidade social em que estão inseridos, ocorre uma movimentação no sentido de libertarem-se de suas carências e reivindicarem seus interesses. (SANTOS; GOULART; FABER, 2009, p. 203)

Portanto, para alguns adeptos da TL, a teoria de Marx é fundamental enquanto dispositivo analítico para se compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes. Desta maneira, a nova dimensão libertadora da religião reconhece o sofrimento do povo pobre e promove um movimento para que haja uma libertação das carências sociais. Nos marcos da teoria marxista, as correntes da TL admitem que a libertação completa só é possível se passar pela libertação histórico-social até romper com a alienação. Segundo Libânio (2007, p.49):

A Teologia da Libertação desbloqueou os cristãos para o compromisso social radical em nome da fé mostrando que o maior problema da fé na América Latina não estava em questões dogmáticas, mas em como enfrentar à sua luz a situação de opressão, de exploração das grandes massas populares. Os cristãos podiam, portanto, engajar-se no processo de libertação, motivados e iluminados pela fé. Não precisavam temer nenhuma contradição fundamental entre ela e a luta libertadora dos pobres.

Para o autor, a TL oferece uma resistência a todo processo de desigualdade social que a ditadura civil-militar implantou no Brasil. Os seus teóricos percebem que por meio de um engajamento da realidade social e política do povo pobre é possível conscientizá-los e assim buscar transformar a realidade de opressão. No item seguinte, o foco recai sobre as Comunidades Eclesiais de Base que assumem a força política da TL, que, certamente sofre fortes influências da TL, como veremos.

2.2. A atuação das CEBs no Brasil em tempo de regime militar

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgem, no Brasil, no final da década de 1960, em um contexto de mudanças políticas, a partir das propostas do Concílio Vaticano II. Nas palavras de Frei Beto, as Comunidades Eclesiais de Base são nomeadas como tal:

[...] porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários,

arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas. Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas. (BETO, 1981, p.07)

As CEBs se configuram no Brasil, assim como em outros países da América Latina, como uma inovação pastoral, uma nova forma de atuação da igreja católica com clara opção pelo pobre (BETO, 1981). Desta forma, conquistaram um importante destaque no cenário político brasileiro, influenciando vários movimentos sociais, assumindo aqui também um discurso marxista, sempre questionando a sociedade e sua estrutura de exploração.

Esse novo sentido de atuação da igreja em favor da população pobre e oprimida contribui fortemente para uma expansão rápida das CEBs, por constituírem um espaço de acolhimento e de esperança dos milhares de indivíduos marginalizados. O teólogo brasileiro Leonardo Boff (1982) observa que o sucesso das CEBs ocorreu pelo jeito comunitário de ser Igreja. Por isso defende que

[...] devemos assumir a perspectiva das vítimas, em primeiro lugar, por uma questão de justiça. Os ameríndios e afro-americanos nunca puderam ser ouvidos. A cultura européia bem como as Igrejas missionárias andaram por um caminho de mão única durante cinco séculos. Agora é hora e a vez de ouvir o reverso da conquista. Dar a vez ao discurso dos que viviam neste continente já há séculos e que estavam na praia espreitando os seres estranhos das caravelas. Em segundo lugar, porque se trata de uma questão ética. A chegada dos europeus significou violência. O desenvolvimento autônomo das culturas aqui presentes foi interrompido abruptamente. De autônomas passaram a dependentes e subjugadas. (BOFF, 1982, p. 59).

A opção pelos pobres e marginalizados evidencia que a TL é a fundamentação teórica dos vários agentes de pastoral das CEBs. Para Boff, é essa interação religiosa, social e política seria o meio necessário para se encontrar com Deus. Para ele, a condição humana grita por liberdade, independentemente de sua localização geográfica, mas são nos países pobres que a liberdade torna-se de suma importância. Na década de 1960 em diante, o regime militar, intensifica ainda mais as suas ações na consolidação de um modelo econômico que aprofunda ainda mais a pobreza. Face a este contexto as CEBs se tornam mais presentes nas regiões periféricas e marginalizadas do Brasil, com o lema “a igreja do povo”. De acordo com Frei Betto:

Nesses anos de regime militar no Brasil, os membros das comunidades de base têm participado ativamente da oposição popular. Muitos foram presos e torturados; alguns, assassinados pelas forças repressivas do poder político e/ou econômico. Todavia, esse empenho de luta não nasceu espontaneamente nas comunidades nem resultou do alto nível de consciência política de seus membros. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na Igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa do controle direto dos poderes públicos. Os militares não tinham como decretar a destituição de D. Paulo Evaristo Arns, como arcebispo de São Paulo, nem podiam nomear general da reserva para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas demais instituições brasileiras, não haviam nenhum empecilho para que isso fosse feito. (BETO, 1981, p.08)

Conforme o pensamento de Frei Beto, as CEBs são constituídas como um espaço onde o sujeito marginalizado e oprimido passa a ser valorizado e tem a sua dignidade humana respeitada. Os círculos de amizade e solidariedade fazem com que as comunidades aglomerem as pessoas, em geral trabalhadores braçais que, vivendo num contexto de difícil acesso a condições de vida digna, se fortificam e em grupo arregimentam forças para reivindicar seus direitos. A principal característica das CEBs é a participação ativa dos chamados leigos ou agentes de pastoral, que atuam como lideranças nas comunidades dando à igreja um caráter menos eclesiástico.

Essa entidade vai se diferenciar do catolicismo tradicional que vê no Concílio Vaticano II um atentado à prática da fé, principalmente na concepção de liberdade religiosa. Orientadas teoricamente pela TL, as CEBs assumem como uma tarefa central trabalhar em direção à explicitação de uma prática política libertadora do sujeito oprimido. A necessidade da luta pelos direitos sociais é, nessa perspectiva, considerada uma dimensão da fé. As celebrações litúrgicas pautadas na valorização humana são comumente conduzidas por um leigo (agente pastoral), sugerindo, assim, uma dimensão mais democrática da prática religiosa, em relação às tradicionais homilias. O discurso político e os símbolos da luta social ganham espaço no sagrado altar. A ideia de santidade é traduzida pela luta social daquele que mostra a força do seu compromisso social. Há uma valorização dos indivíduos que viram na participação da CEBs uma motivação para lutarem por justiça social. Na percepção dos adeptos da TL, a construção desse movimento social religioso foi de suma importância para um contexto político no Brasil, representado pelo fim do regime militar e da redemocratização do país.

Frei Beto defende que a presença da Igreja gera uma transformação da consciência individual e ainda insere um comprometimento no coletivo. A falta de ministros ordenados (padre) faz com que o agente pastoral, indivíduo que, muitas vezes, pertence à própria comunidade, assuma um papel de organizador das ações ao mesmo tempo que vivencia as próprias ações no seu grupo social, o que favorece o espírito de luta e solidariedade (BETTO, 1981) diante dos problemas diários. Com o apoio de uma parcela dos padres e bispos, as CEBs se mobilizam e se fortalecem criando vários movimentos sociais tanto urbano como rural.

As ações das CEBs foram de suma importância para a formação de lideranças políticas da esquerda brasileira, modificando, assim, a participação das pessoas na ação religiosa e política em todo o país. A partir deste contexto, há iniciativas de experiências de uma parcela da Igreja a se identificar com essa realidade social oprimida, levando teólogos, leigos, religiosos e bispos a viverem uma fé engajada, a discutirem problemas políticos e a tomarem decisão partidária e elaborarem a crítica radical àqueles que oprimem. Pierucci (1982) afirma:

O crescimento quantitativo das comunidades e o amadurecimento político de suas experiências internas não questionam diretamente o poder da hierarquia. Poder-se-ia antes afirmar que o apoio que lhes confere a pastoral arquidiocesana assegura legitimidade a essas formas populares de organização e ao desenvolvimento de ideologias afins com as condições de vida das populações da periferia. (PIERUCCI, 1982, p. 50)

Assim, as CEBs passaram a constituir um espaço de debates e de articulações políticas. Essa forte atuação das CEBs reflete na ação de alguns partidos políticos, sindicatos, ONGs, movimentos e pastorais sociais que têm a sua origem e organização em várias CEBs pelo Brasil. A politização dessa parcela católica teve uma maior aceitação nas jurisdições da igreja mais aberta a TL. Neste cenário a formação das CEBs tem mais intensidade nas regiões mais periféricas e abandonadas.

2.3. CEBs e o meio rural

As CEBs alcançam a região rural brasileira e passam a desenvolver um importante papel de aglutinação e conscientização popular nesse meio, o que leva a uma aproximação dos sindicatos rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por se situarem em posições ideológicas semelhantes. De acordo

com Caldart, quando se trata de compreender o surgimento do MST, alguns fatores merecem ser observados, dentre eles a atuação das CEBs, no Brasil:

Um primeiro fator ou elemento foi o trabalho pastoral que vinha sendo realizado junto à população do campo através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que já existiam desde o começo dos anos sessenta e que se tornaram, na primeira metade da década de setenta, um importante foco de resistência popular à ditadura militar. [...] As CEBs eram nesta época um dos poucos lugares sociais onde os trabalhadores encontravam condições para se organizar e lutar contra as injustiças e pelos seus direitos (FERNANDES, 1988^a, p29 e 30). Dada a situação objetiva dos camponeses e demais trabalhadores do campo, a luta pela terra só poderia ter sido uma das ações de resistência daí desdobradas. (CALDART, 2000, p.70).

Na percepção da autora, as CEBs constituíram o espaço catalisador de surgimento do MST, sobretudo pelas ações desenvolvidas nas comunidades rurais. Lembra ainda que, além das CEBs, outros movimentos sociais se espalharam pelas regiões brasileiras, numa espécie de “autocrítica do apoio da igreja católica ao golpe militar, e uma expressão concreta da Teologia da Libertação”. (CALDART, 2000, p. 70).

A forma como os militares conduzem o governo na década de 1970 faz com que uma parcela da Igreja Católica assumira uma postura mais radical face ao poder ditatorial instaurado. Neste contexto de censura e opressão, o bispo da prelazia de São Félix do Araguaia-MT, Dom Pedro Casaldáliga, publica, em 1971, uma Carta Pastoral que tem o objetivo de denunciar as injustiças sofridas pelos migrantes na Amazônia e ajuda a criar, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Após um período de três anos conhecendo a realidade de seu trabalho pastoral na Prelazia de São Felix do Araguaia-MT, das viagens longas e cansativas, foi possível a dom Pedro Casaldáliga ter um diagnóstico social, político, econômico da região Amazônica. Esse olhar contundente para as mazelas sociais se revela na Carta Pastoral “Uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”, publicada no dia 10 de outubro de 1971, pelo ainda padre Pedro Casaldáliga, destinada no primeiro momento ao povo da Prelazia de São Felix do Araguaia e depois toma um contexto mais amplo. Nesta carta ele denuncia todo tipo de injustiças sofridas por posseiros, índios, peões, “provocadas pelas grandes empresas que estavam, na época, se estabelecendo na região, através de incentivos fiscais, em projetos aprovados pela SUDAM” (BORGES,2000, p. 15). De

acordo com esta autora, este acontecimento provocou grande repercussão em todo o Brasil e até mesmo internacionalmente.

A seguir ilustramos a percepção social e política de dom Pedro Casaldáliga, trazendo alguns trechos da carta por ele escrita. O conteúdo da carta se organizava através de alguns tópicos, conforme apresentamos a seguir:

UMA IGREJA DA AMAZÔNIA EM CONFLITO COM O LATIFÚNDIO E A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

Nenhuma igreja pode viver isolada. Toda igreja é universal, na comunhão de uma mesma Esperança e no comum serviço do amor de Cristo que liberta e salva. " ... Cada parte cresce por comunicação mútua e pelo esforço comum em ordem a alcançar a plenitude na unidade". (Lumen Gentium, 13).

O "momento publicitário" de projetos e realizações que a Amazônia está vivendo, e a opção de prioridade que a própria Igreja do Brasil fez por ela, através da CNBB, justificam também com nova razão esta minha declaração pública.

Se "a primeira missão do bispo é a de ser profeta" e "o profeta é a voz daqueles que não têm voz (card. Marty), eu não poderia, honestamente, ficar de boca calada ao receber a plenitude do serviço sacerdotal. (CASALDÁLIGA, 1971, p.01)

A ação da ditadura militar na Prelazia sempre foi de favorecer os grandes latifundiários, desfavorecendo os sertanejos e indígenas. Diante dessa realidade a Prelazia assume uma postura a favor dos pobres, o que leva o regime militar a ter uma postura muito rígida diante das ações pastorais de dom Pedro Casaldáliga. Vejamos a denúncia de Casaldáliga:

LATIFÚNDIO

Todo o território da prelazia está situado dentro da área da Amazônia legal, a cargo da SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). E nesta opção de território estão localizados a maior parte dos empreendimentos agropecuários criados com os incentivos deste órgão.

As terras todas compradas - ou requeridas - ao Governo do Mato Grosso por pessoas interessadas, não os moradores, a preço irrisório, foram depois vendidas a grandes comerciantes de terras, que posteriormente as vendem a outros. Abelardo Vilela e Ariosto da Riva, dois destes comerciantes, tidos como pioneiros e desbravadores da Amazônia, segundo afirmações suas, já venderam mais de um milhão de alqueires (Jornal da Tarde, 21/7/71).

[...]

O total de incentivos empregados nos municípios de Barra do Garças e Luciara até fins de 1970 era da ordem de Cr\$ 299.110.010,53. Só a CODEARA, empreendimentos ligado ao Banco de Crédito Nacional recebeu a importância de Cr\$ 16.066.900,96 (cf. Documentação, nº I).

Enquanto isto, a população, primeira desbravadora da região, se há no esquecimento mais completo, ocupando áreas das quais freqüentemente é expulsa, pois na hora menos pensada aparece o assim chamado "tubarão",

dono das terras, que quer fazer valer o seu título de propriedade, como veremos detalhadamente mais adiante, Todas as terras deste imenso Nordeste Mato-grossense já estão vendidas. Mesmo as que pertencem ao Parque Nacional do Xingu. Por isto a esperança do povo por um pedaço de terra é quase nula, tendo em vista que o mesmo decreto presidencial declarado "indispensáveis à segurança e desenvolvimento nacionais" faixas de 100 quilômetros de cada lados das vias Amazônicas (entre as quais estão citadas a BR-80 -Trecho Araguaia-Cachimbo, e a BR-158 - Trecho Barra do Garças- S. Félix) (cf. O Estado de São Paulo 30/3/71) se refere unicamente a terras devolutas, o que na região não existe. (CASALDÁLIGA, 1971, p.09-10)

Na concepção de Casaldáliga toda a relação que favorecia os latifundiários se tratava injustiça. Em uma grande região como aquela a que fez referência na carta, apenas os grandes fazendeiros (chamados pelos posseiros de Tubarões) eram donos com títulos de proprietários daquelas terras. Assim os agentes pastorais também assumiam um papel de apoio aos posseiros que muitas vezes eram expulsos de suas terras. Segue a denúncia de Casaldáliga:

POSSEIROS

Os primeiros desbravadores da região são os hoje chamados posseiros. Localizados aqui há 5, 10, 15, 20 e alguns até 40 anos. Cultivando o solo pelos métodos mais primitivos, plantando arroz, milho, mandioca. Lavoura de pura subsistência. Criando gado. Sem a menor assistência sanitária e higiênica, sem nenhum amparo legal, sem meios técnicos à disposição. Aglomerados em pequenos vilarejos, chamados Patrimônios (que foram vendidos pelo Estado como terras virgens - Santa Terezinha, Porto Alegre/Cedrolândia, Pontinópolis) ou dispersos pelo sertão afora a uma distância de 12 a 20 Km uns dos outros. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 11)

A carta traz uma série de denúncia em relação à política local que atua alinhada à política do regime militar: falta de atendimento médico, a condição de extrema miséria a que os povos são submetidos (posseiros, peões e índios). A aqueles que se colocavam contrários a toda a injustiça, havia um único tratamento a morte. Segundo Casaldáliga:

POLÍTICA LOCAL

Causa principal, também, e sobretudo cobertura da injustiça reinante na região é a política local, decididamente. Política do interior, característica em muitas regiões do Brasil: coronelismo, poder hereditário, oligarquias locais (fazendeiros, políticos, comércio, polícia) perfeitamente entrosados no interesse e no domínio absoluto.

O voto é comprado da ingenuidade do povo, nas campanhas eleitorais exuberantes de promessas. Os votantes são trazidos em massa, em conduções coletivas. Nunca tiveram a possibilidade de escolher livremente um representante verdadeiro.

Há necessidade de adular os poderosos (para comprar fiado; para não ver filhos sem escola elementar; para conseguir um documento, uma influência, um cargo). Os manda-chuvas "servem" ao povo com um paternalismo triunfante e orquestram os seus dons - mínimos, atrasados, com frequência fraudulentos. Há clima de terror, e o fatalismo passivo do povo que sabe que " sempre foi assim" (" polícia é assim mesmo"), ou aquela falta de liberdade para se expressar, para prescindir, para reclamar. Tudo isto faz da política local destas regiões uma opressão estabelecida e legal. (CASALDÁLIGA, 1971, p.17)

Casaldália, agora como bispo dessa Igreja, não aceita a opressão do grande latifúndio, apoia declaradamente a luta por justiça social aos posseiros, peões e indígenas. Na ação litúrgica a proposta é ser o mais acessível, sendo uma forma de iniciar um processo de formação religiosa que contemple a dimensão humana. Assim, Casaldália descreve a atuação e papel da igreja na região:

NOSSA ATUAÇÃO

A Prelazia conta 7 sacerdotes. O Bispo e quatro padres são espanhóis e Claretianos. Um deles ordenado na própria sede da Prelazia, no dia 7 de agosto deste ano. O novo ordenado e um companheiro, por motivos de estudo e de assistência à própria Prelazia, dirigem provisoriamente uma paróquia em Goiânia. O Bispo e os outros dois padres residem em São Félix.

Dois padres, franceses, de clero diocesano, pertencentes à antiga Prelazia de Conceição do Araguaia, vicularam-se à Prelazia de São Félix, com motivo da ereção da mesma, e residem em Santa Terezinha, faz dezesseis e cinco anos, respectivamente.

Um dado para não esquecer: o Bispo e os padres somos todos estrangeiros.

[...]

Contra os nosso primeiros propósitos - fruto da velha experiência educacional da Igreja, fruta da própria experiência pessoal - decidimos enfrentar o problema do ensino: e construímos o "Ginásio Estadual Araguaia", de São Félix. Pago, em oitenta por cento (80%) da importância, com donativos dos nossos amigos da Espanha, e sem nenhuma contribuição oficial da Prefeitura, do Estado ou do Governo Federal. Foi uma aventura quixotesca, necessária porém. (As poucas famílias que antes pretendiam por os filhos no ensino médio, deviam mandá-los a Barra do Garças ou a Goiás. E as forças novas da juventude se distanciavam da família e do lugar, provavelmente para não voltar jamais. E toda a renovação humana-social precisaria tanto dessa juventude, mais maleável, mais aberta e crítica!). O Ginásio é Estadual: não queríamos que fosse nem da Prelazia nem de uma Congregação. Com muitas demoras e irregularidades, o Estado paga os professores bem pobremente. Funcionavam no ginásio as três primeiras séries. Por motivos de suplência inicial, um padre teve que aceitar a diretoria e uma irmã é secretária.

[...]

Por causa disso, bem ou mal, com tateios e em conflitos, sempre temos enfrentado a defesa dos direitos humanos e a promoção do povo ao qual fomos enviados. Nas campanhas higiênicas; no ensino - alfabetização em São Félix, em Santa Terezinha. E um conflito declarado da Prelazia com os latifundiários e dos núcleos políticos e de controle econômico da região, fazia de nós todos "subversivos" e "comunistas". E "estrangeiros!" (CASALDÁLIGA, 1971, p.25-27)

Diante de todos os problemas dessa região, onde há uma divisão social bem nítida e determinada por um antagonismo econômico, cultural e político, a Prelazia faz uma opção pelos pobres. Os povos do campo organizados em Comunidades de Base tinham como motivação a TL para buscarem sua libertação através da luta pela posse da terra. A atuação das CEBs no meio rural tem uma forte influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que passa a ter a luta por terra como um dos meios de libertação social e religiosa. Antes da presença das CEBs na organização dos trabalhadores rurais, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) eram liderados por pessoas ligadas ao grande latifúndio (PEREIRA, 2013). As CEBs alteram essa realidade ao começarem uma atividade de conscientização e incentivo à participação dos trabalhadores na vida política. Segundo Pereira (2013), as CEBs, na região, investiram fortemente na formação política dos trabalhadores. Nesse sentido, segundo o autor,

Não só era importante a presença física de seus membros no meio dos posseiros, identificada como “presença solidária junto aos pobres da terra”, mas todo um tempo dedicado à formação e capacitação dos trabalhadores. Foi uma época em que seus membros passaram a reunir e, às vezes, adotar objetos e modos da “cultura camponesa”. Estes simbolizavam a “íntima ligação” com os trabalhadores rurais, denominados de *pobres da terra*, como, por exemplo, sandálias, bebidas, comidas, bancos e mesas toscas, pilão de socar arroz, tronco e casca de madeira, tipiti, 13 paneiros, 14 chapéus de palha, mesmo que fossem para enfeites de suas casas e capelas, e certas palavras e expressões e outros, alçados à condição de vestes litúrgicas etc.; além de ocorrer a politização dos rituais como “missa da terra”, “romaria da terra”, as “caminhadas” e as “santas missões populares”, em que as leituras bíblicas, os cânticos, o “Credo”, o “Glória”, o “Ofertório”, a “Ladainha” e outros momentos nas liturgias faziam referência à cultura e à luta dos trabalhadores rurais. Canções e poesias passaram também a ser incorporadas às celebrações, missas, ordenações sacerdotais, assembleias e reuniões, sobretudo nas comunidades de posseiros. Os ritos integravam o religioso e o político, momentos em que invocavam a proteção de Deus para participar da luta. Espaço este no qual se sacralizava a luta e se materializava o sagrado. Vale mencionar também que os instrumentos de trabalho dos trabalhadores rurais como foice, machado, enxada e os frutos da terra (as colheitas) faziam parte do ritual litúrgico. (PEREIRA, 2013, p.172). (Grifo do autor)

A importância dessas ações está em encorajar os posseiros a resistirem, permanecendo e produzindo na terra. Além das reflexões promovidas pela Igreja Católica, em nível nacional, sua importância política atingia também um contexto internacional (PEREIRA, 2013).

No item que seguem discutimos sobre a atuação mais específica das CEBs, nas regiões Sul e Sudeste do Pará, na tentativa de nos aproximarmos do nosso objeto de estudos que são as práticas discursivas dos sujeitos a ela vinculados, particularmente nos municípios de Jacundá e Goianésia, ambos situados no estado do Pará

2.4. A CEBs no Sul e Sudeste do Pará

As CEBs chegam às regiões Sul e Sudeste do Pará num contexto de migração provocada, sobretudo, pela construção da rodovia Transamazônica, em pleno governo militar. Conforme já apontamos, ainda que brevemente, no primeiro capítulo, a expansão da fronteira na Amazônia ocorre em diversas frentes por meio das várias estradas e dos projetos de colonização, sob o lema *“terras sem homens para homens sem terra”*. Na política do então presidente Emílio Médici, esta foi uma solução para o problema populacional do Nordeste, sob o discurso de que estaria trazendo nordestinos para a Amazônia para aproveitamento das terras ao redor das novas rodovias. Com base nesse discurso, era reservada uma porção de até 100 km à margem das rodovias para o assentamento dos nordestinos: “A abertura das estradas e a erupção dos fluxos migratórios que por elas se enfiaram, vieram modificar violentamente todo esse panorama” (HÉBETTE, 2004b, p.53).

A partir dessa migração, os sujeitos em condições de exclusão de direitos, encontram nas CEBs um lugar de acolhimento e de defesa de sua dignidade humana. Como destacamos em capítulo anterior, trabalhadores, deslocados de suas terras de origem para o Pará, agora um posseiro, coloca em questão o plano de desenvolvimento que o regime militar projetou para a Amazônia. Assim, dá-se início a um forte processo de retirada desse grupo de trabalhadores rurais das terras devolutas em nome das grandes empresas que têm como projeto explorar os recursos naturais.

Motivadas por um ideal de libertação da desigualdade social, econômica e política, as CEBs, por meio de seus agentes pastorais, foram organizando o povo para lutar pelos seus direitos. Assim, houve a necessidade de formar os agentes que passariam a compor os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) .

No contexto da luta política por direitos foram ceifadas várias vidas no decorrer de reações dos camponeses em busca de sua dignidade. O viés religioso é uma mola propulsora na tentativa de estabelecer uma sociedade mais justa nessa região marcada por conflitos agrários. Loureiro (2001) relata em seus estudos como segmentos do Estado consideravam os líderes religiosos ligados às CEBs, nesta região:

Durante os anos 70 alguns párocos de igrejas de zonas rurais que conferem apoio à causa de pequenos produtores rurais começam a ser importunados pelos órgãos de segurança do governo, que se ocupam em combater “a Igreja comunista”, “os focos de subversão” existente na Igreja e os “padres insufladores de posseiros”. Em vários pontos da Amazônia, religiosos começam a sofrer processos de perseguição. (LOUREIRO, 2001, p. 163 - grifo do autor)

O relato mostra que a influência política das CEBs era muito maior do que se imaginava, naquela época. A maioria dos líderes religiosos ligados à luta camponesa nessa região eram considerados “insufladores”. O discurso desses sujeitos, independentemente do local de circulação, seja na Igreja, na comunidade ou até mesmo no sindicato, era carregado de teor político de esquerda filiada ao pensamento de Marx, Mao Tse Tung, Gramsci e outros. Para os militares, em oposição a esse discurso, os problemas oriundos da terra eram tratados como segurança nacional, por considerar que o campesinato possuía filiações políticas com o comunismo, de forma que a missão do governo seria impedir o avanço deste pensamento.

Nesse sentido, as comunidades passaram a ser um espaço das lutas sociais, onde novas lideranças eram geradas. Na região sul e sudeste do Pará a prática política e religiosa das CEBS estava fortemente ligada à luta pela terra. A ideia era ter uma política agrária que resolvesse de fato os problemas sociais de todo esse povo que por seu trabalho na terra constrói a sua dignidade social e espiritual. Essa parte da Igreja percebeu que era preciso fazer uma articulação entre a dimensão religiosa e a dimensão política. Assim, a atuação religiosa possuía uma ligação estreita com a atuação sindical, denunciando e tendo um posicionamento contrário aos despejos, prisões, perseguições, assassinatos e outros conflitos contra a vida dos trabalhadores rurais. Portanto, as instituições da Igreja Católica como as CEBs e a CPT ajudaram a fortalecer a luta pela terra na região sudeste do Pará.

CAPÍTULO III: A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM EM BAKHTIN: INTERAÇÃO VERBAL ENUNCIÇÃO E DIALOGISMO

Neste capítulo, nosso interesse é trazer conceitos da teoria bakhtiniana nos quais devem se ancorar a nossa análise dos discursos da CEBs, na relação necessariamente dialógica com outros discursos que eles convocam. Para isso, tomamos como conceito central com o qual se articulam os demais, o conceito de dialogismo, por entendermos que a tal conceito nos permite mobilizar o entrecruzamento de discursos presentes no material de análise. Do conceito e da noção de dialogismo formulado por Bakhtin e seu Círculo, mobilizaremos outros conceitos que se apresentam também produtivos para apreendermos a complexidade dos sentidos veiculados nos discursos das CEBs, na sua relação constitutiva com outros discursos com os quais ele dialoga sob a forma de polêmica, de captação, de adesão, de complementação, de denegação etc. Sabemos que há “deslizamentos, reduções, adaptações e expansões da significação de determinados termos-chave” (BRAIT, 2009, p. 17), inseridos no conjunto dos trabalhos de Bakhtin e seu Círculo, por isso mesmo, a mobilização de tais conceitos se torna muito mais complexa para a ação do pesquisador. No entanto, tomamos o dialogismo bakhtiniano como ancoragem teórico-metodológica, justamente por este conceito orientar a compreensão de que no jogo de instabilidade e estabilidade dos sentidos é preciso considerar os processos de interação humana desenvolvidos por sujeitos socialmente organizados.

Por isso mesmo, entendemos que o conceito de interação verbal em Bakhtin se expressa como o espaço fundante de sentidos e de constituição humana. É a partir deste conceito que Bakhtin/Voloshinov (1992) radicaliza sua concepção de língua (gem), assumido que a palavra é um território comum ao homem ao mesmo tempo não pertence a ninguém, pois são as condições concretas de interação que dão densidade sógnica à linguagem e às relações intersubjetivas. Ou seja, são nas trocas de sujeitos socialmente organizados que a palavra vai sendo impregnada de conteúdo ideológico, vai sendo preenchida de diferentes

posicionamentos, diferentes entonações. O fundamento da linguagem não se encontra, portanto, em nenhum outro lugar, a não ser nas trocas sociais.

3.1. O caráter ideológico do signo

A teoria dialógica de Bakhtin se fundamenta em problemas ligados ao método sociológico da ciência da linguagem, sob a defesa da necessidade da criação de uma dialética do signo. Para Bakhtin, tudo que é ideológico possui um significado que extrapola o próprio objeto, ou seja, tudo que é ideológico “reflete uma outra realidade que lhe é exterior” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p. 31). Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia (ibidem). Alerta que um corpo físico qualquer coincide inteiramente com a sua natureza (uma foice, um martelo), enquanto instrumentos de trabalho, não se tratando, portanto, de ideologia. No entanto, estes mesmos instrumentos podem ser transformados em signos ideológicos, na medida em que eles venham a representar algo mais do que um simples instrumento de trabalho: “é o caso, por exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p. 32). É nesse sentido que o signo não apenas reflete parte de uma realidade, mas também a refrata.

Valendo-se de uma visão marxista da linguagem ao mesmo tempo que a questiona no campo de uma filosofia da linguagem, Bakhtin/Voloshinov contribuem para a construção da teoria da “criação ideológica, observando que a tradição marxista pouco se ocupou de uma relação dialética e dialógica entre linguagem e as bases materiais de produção. Assim referem Bakhtin/Voloshinov ao discutirem a importância da filosofia da linguagem para o marxismo:

A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas “iminentes” consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como filosofia do signo ideológico. E essa base de partida deve ser traçada e elaborada pelo próprio marxismo (Bakhtin/Voloshinov, 1992, p. 31)

Assim, Bakhtin e seu Círculo desenvolvem uma reflexão sobre a linguagem dando centralidade à questão da natureza social do signo e defende que a relação entre superestrutura e infraestrutura enquanto problemas fundamentais do

marxismo, está intrinsecamente ligada aos problemas tratados pela filosofia da linguagem. Descartando qualquer relação mecanicista entre infraestrutura e ideologia, Bakhtin/Voloshinov apontam para a necessidade de inserir nesta relação o “material semiótico-ideológico”, defendendo que o estudo da relação dialética entre superestrutura e infraestrutura pode ser feito, em larga escala, pelo estudo da linguagem, uma vez que a palavra está presente em qualquer espaço de compreensão e de interpretação, em qualquer espaço que haja grupos sociais organizados.

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p. 41)

Assim, o conceito de ideologia em Bakhtin e seu Círculo adquire especificidade em relação à clássica definição de ideologia como inversão ou ocultamento da realidade. A ideologia é empregada em sua teoria como a maneira como os indivíduos de um determinado grupo social vêem o mundo (FREITAS, 1997). Sendo assim, a concretude da língua não se revela na sua conformação abstrata, mas nos seus usos concretos, nos sentidos que daí vão se construindo historicamente situados, ou seja, são os traços vivenciais que dão à língua seu conteúdo ideológico. De acordo com Bakhtin:

Na realidade, não são palavras que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonância ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p. 95).

Retirando a linguagem do sistema linguístico em si e da consciência do sujeito e colocando-a nas condições reais de enunciação, Bakhtin/Voloshinov alerta que “Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p. 112). Em oposição à filosofia

idealista e à visão psicologista, Bakhtin formula sua teoria numa perspectiva sócio-histórica de linguagem, cujos sentidos se elaboram não no interior da mente, mas nas trocas sociais. Por isso mesmo, a língua traz em si as marcas da luta ideológica e das disputas que se travam na sociedade, adquirindo valores que vão sendo construídos e reconstruídos nos embates ideológicos e toda a carga histórica e cultural deixa na língua as marcas da historicidade. Para Bakhtin, os signos só podem ser construídos num terreno interindividual, ou seja, sua especificidade reside no fato de que eles são produzidos por indivíduos organizados. Assim, “não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que estes dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo, uma unidade social (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1988, p. 35). Daí porque “o signo ideológico se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes’ (BAKHTIN, 1988, p. 43)

Nesse sentido, os sujeitos se constituem mediatizados pelos signos. A palavra é um território dividido: procede de alguém e dirige-se sempre a alguém. Sem a relação entre sujeitos não há linguagem, porque ela não se constitui na solidão de um indivíduo.

3.2. A natureza dialógica da linguagem

Para Bakhtin, a realidade da linguagem é seu caráter dialógico. Toda enunciação traz em si o trabalho ininterrupto da comunicação como um elo na cadeia do discurso. Nenhum locutor falou sobre um assunto pela primeira vez, posto que todo tema de um discurso já fora experimentado em alguma esfera de atividade humana. Assim

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear (BAKHTIN, 2011, p. 319)

Deste modo, o conceito de dialogismo se complexifica, na perspectiva bakhtiniana, pois não se reduz a trocas de linguagem face a face, embora esta seja um dos tipos de diálogo: o dialogismo implica os diferentes acentos ideológicos que

vão dotando a língua de valores e a inscrevendo numa ordem histórico-simbólica (BRAIT, 2009).

Os estudos de Bakhtin não se limitam, portanto, à língua na sua sistematicidade, nem tampouco ao sujeito como senhor de vontade e criador de linguagem, como queriam os adeptos do “subjetivismo individualista”.

Aprofundando o caráter dialógico da linguagem, Bakhtin a coloca no centro das contradições vivas e cotidiana, e, a partir delas, promove a relação dialógica entre as forças ideológicas que compõem a superestrutura (a religião, a ciência, a política, a arte, o direito) e a base material da vida onde se dão os contatos da vida cotidiana. As relações entre as esferas oficiais (superestrutura) e as esferas cotidianas não são mecânicas nem lineares, por isso mesmo os movimentos entre elas podem refletir, mas, também, podem refratar a realidade, posto que a interpretação desta se faz com os acentos ideológicos formados em cada esfera da sociedade.

A proposta de estudo da linguagem apresentada por Bakhtin passa pelo sujeito que se constitui em uma realidade social. Bakhtin ancora suas reflexões em uma abordagem dialética que se vale da filosofia, da linguística e de uma abordagem sociológica, de modo que a interação social é o espaço fundante da relação constitutiva entre sujeito e linguagem. Desta forma, o discurso, enquanto efeito e produção dos sentidos se configura na abordagem bakhtiniana como o lugar de entrecruzamento de sentidos, lugar de polarização de posições, pontos de vista, ou seja, o discurso se constitui de diferentes vozes marcadas de posições ideológicas as quais atribuem entonações diferenciadas ao dizer. Para Bakhtin:

A palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que a enquadra não um contexto mecânico, mas uma amálgama química (no plano do sentido e da expressão); o grau de influência mútua do diálogo pode ser imenso. Por isso, ao se estudar as diversas formas de transmissão do discurso de outrem, não se pode separar os procedimentos de elaboração deste discurso dos procedimentos de seu enquadramento contextual (dialógico): um se relaciona indissoluvelmente ao outro. (BAKHTIN, 2011, p. 141).

O autor observa, no entanto, que o interesse prático para a orientação do discurso, sobretudo na vida cotidiana, não exclui aspectos de representação, deslocando desta forma os sentidos do discurso de uma vontade deliberada do sujeito para as condições de enunciação orientadoras de representação do sujeito. A

enunciação seria, assim, constituída de uma relação de implicação entre linguagem e o seu exterior. A enunciação só adquire concretude nas trocas que se dão na comunicação verbal, o que supõe que a palavra proferida pelo indivíduo é sempre testada e impregnada de índices de uma dada esfera ideológica:

[...] toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais. É assim que o psiquismo e a ideologia se impregnam mutuamente no processo único e objetivo das relações sociais. (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1992, p.66).

Assim, para Bakhtin, nenhum enunciado é autossuficiente nem tampouco indiferente a outros enunciados, posto que “conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente” (BAKHTIN, 2011, p. 316).

Na perspectiva de Bakhtin/Voloshinov (1992), a linguagem é o que constitui a trama de todas as relações sociais em qualquer realidade. A linguagem, entendida como prática social, está aberta ao movimento das relações sociais constituindo sentidos que possuem estabilidade instável. Bakhtin ressalta sempre a característica dialógica da linguagem, argumentando que a significação de uma palavra só pode ser compreendida a partir da união dos interlocutores, portanto na sua realidade social.

3.3. Enunciado e enunciação da dialógica bakhtiniana

Para Bakhtin/Voloshinov (1992), enunciado e enunciação se constituem na interação social de dois ou mais indivíduos, não sendo possível existir fora de um contexto socioideológico. A enunciação é compreendida como uma unidade de base da língua, que só existe dentro de um contexto social, como uma réplica do diálogo social. Assim sendo, extrapola as fronteiras linguísticas e remete à situação externa, ao ato enunciativo, de modo que linguagem e situação enunciativa convergem para o todo significativo.

Para melhor compreensão da noção de enunciado desvinculada de uma compreensão ligada à imanência da língua, importante se faz lançar mão da distinção estabelecida por Bakhtin/Voloshinov entre tema e significação. A significação é o conjunto técnico da enunciação, ligado precisamente à forma linguística que tem seu sentido estabilizado, tal como no dicionário, participando, portanto, de um estágio inferior da comunicação. Ou seja,

A significação é o estágio inferior da capacidade de significar. A significação não quer dizer anda em si mesma, ela é apenas um *potencial*, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto. A investigação da significação de um ou outro elemento linguístico pode, segundo a definição que demos, orientar-se para duas direções: para estágio superior, o tema; nesse caso, tratar-se-ia de investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p.131)

O tema, por sua vez, segundo Bakhtin/Voloshinov (1992), participa de um estágio superior, construído na compreensão estabelecida entre interlocutores, mediada por signos. Assim, o tema de uma enunciação é concreto e pertence a um contexto histórico.

[...]o tema da enunciação é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação. Se perdermos de vista os elementos da situação, estaremos tão pouco aptos a compreender a enunciação como se perdêssemos suas palavras mais importantes. O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. Isto é o que se entende por tema da enunciação. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p.128-129) (grifo do autor)

O tema do enunciado é único e expressa um momento histórico e singular. Na enunciação pode haver vários temas, dependendo do contexto social em que eles aparecem: enquanto o tema se ancora nas condições sócio-históricas mais amplas de todo enunciado, a significação é a base linguística em que os enunciados adquirem sua concretude histórica.

Esta distinção estabelecida por Bakhtin/Voloshinov é importante para compreendermos com o autor apreende a tênue fronteira entre tema e significação, ou seja, embora distintos, tema e significação não ocorrem sem o outro. Tem-se nesta formulação mais uma vez a presença do princípio da dialogia, caros à teoria do dialogismo. Sem se ater às dicotomias estritas, Bakhtin privilegia a relação

complexa entre língua e historicidade. Assim, tema e significação atuam na constituição do enunciado. Todo enunciado, ao mesmo tempo que se constitui de palavras alheias é uma réplica ao enunciado do outro (BAKHTIN, 2011) e tem no outro a sua completude. O enunciado, historicamente situados, pressupõe uma expressividade, uma posição responsiva diante da realidade social. Desta forma,

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não apenas por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua, recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas também e, sobretudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 2011, p.261).

Na esteira do pensamento bakhtiniano, segundo Brait (2009, p. 65):

As noções enunciado/enunciação têm papel central na concepção de linguagem que rege o pensamento bakhtiniano justamente porque a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva, os sujeitos e discursos nela envolvidos.

Ainda segundo a autora, a noção de enunciado/enunciação possui, na teoria bakhtiniana, forte relação com signo ideológico, palavra, comunicação, interação, gêneros discursivos etc., uma vez que todas estas noções remetem a uma concepção dialógica da linguagem, ou seja, remetem à língua e às condições concretas de sua produção, daí porque enunciado e enunciação só podem ser compreendidos na relação inextricável entre língua e história. Lembra-nos Miotello que

[...] a situação extraverbal faz parte intrínseca do enunciado, o que faz com que este tenha uma parte realizada verbalmente e outra parte não realizada verbalmente. Esta parte não realizada verbalmente faz parte intrínseca do enunciado, sem estar semanticamente realizado nele. E esse, subentendido' não deve ser procurado dentro da alma do falante ou mesmo do ouvinte, mas procurado em uma escala de valores sociais; deve ser procurado na situação social, nas condições em que estão inseridos os falantes de uma comunidade. Não há subentendidos meus para mim mesmo, no meu discurso interior. Por essa razão, as avaliações pressupostas em determinado contexto não precisam ser pronunciadas. (MIOTELLO, 2001, p.152)

Desta maneira, o resultado gerado pelos enunciados é a própria enunciação, de modo que para a compreensão do sentido, necessário se faz situar a expressão

da língua no contexto mais restrito de sua produção e no contexto histórico mais amplo em que é produzida, para captar os diferentes acentos ideológicos. A enunciação passa a ser o fundamento da língua, compreendida como discurso. Assim, as palavras, ao retratar a realidade social, produzem sentidos não expressos na realização verbal, mas preenchida de carga ideológica dada pela história, pelas condições de produção do enunciado.

3.4 Percursos de reformulação da teoria dialógica bakhtiniana

De acordo com Fiorin (2006), o pensamento de Bakhtin formula, num primeiro momento, a seguinte noção de dialogismo: “[...] dialogismo diz respeito, pois, ao mundo de funcionamento real da linguagem: todos os enunciados constituem-se a partir de outros” (FIORIN 2006, p.30). Os enunciados são heterogêneos, já que em uma determinada realidade há “os múltiplos enunciados em circulação sobre todos os temas” (Idem, p.30), sempre revelando dois posicionamentos, um em oposição ao outro.

Uma segunda formulação do conceito de dialogismo na teoria bakhtiniana é com base na noção de discurso alheio demarcado no mesmo. Há, nesta formulação, a presença de uma voz ou vozes no enunciado. Segundo Fiorin (2006, p. 32), “trata-se da incorporação pelo enunciado da voz ou das vozes de outro (s) no enunciado”. Sobre o discurso alheio, Segundo Miotello,

[...] é possível que a palavra do outro se hospede na consciência humana sem se transformar plenamente em palavra própria, sem ser re-significada pelo indivíduo em sua própria realidade e no seu contexto social, guiando, dessa forma, o indivíduo, não por suas próprias concepções, brotadas de suas contrapalavras ativas, mas por concepções alheias. Afinal, na elaboração do discurso próprio, para ser enunciado a outrem, há um projeto de dizer, o que Bakhtin (1952-53:300) chama de *"intuito discursivo"* ou o *"querer-dizer"* do locutor, que resulta dos cálculos de possibilidades que conferem significância ao dizer, neste momento interlocutivo e neste espaço social (MIOTELLO, 2001, p. 139).

O que se apreende desta segunda formulação é que o dialogismo nos permite uma compreensão de linguagem que não tem um centro detentor de poder, o que há é uma disputa de sentidos repartida entre diferentes vozes. A noção de poder é relativizada, na medida em que toda voz hegemônica tem no outro a sua

desestabilização, ou seja, todo poder é sempre ameaçado pelo outro, percepção que abre possibilidade para as resistências, uma vez que o poder não se configura como um centro estabilizado, mas sempre ameaçado pelas resistências.

O terceiro conceito de dialogismo está presente na forma como a consciência assume as diversas vozes que formam a sua realidade social. Sendo “[...] a realidade heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si” (FIORIN, 2006, p. 55). A linguagem se constitui do entrecruzamento de diversas e diferentes vozes, portanto, no discurso sempre há uma incorporação das palavras do outro. Segundo Bakhtin (2011), “Cada palavra (cada signo) do texto leva para além dos seus limites. Toda interpretação é o correlacionamento de dado texto com outros textos” (BAKHTIN, 2011, p.400).

A externalização da palavra dirigida ao outro é o que constitui a enunciação, “elemento inalienável da comunicação verbal” (BAKHTIN/VOLOSHÍNOV, 1992, p. 98). Assim, a enunciação é uma resposta a algo, portanto, toda palavra retorna a palavras que a antecederam e a palavra futuras com as quais polemiza, seja em forma de adesão ou de recusa.

[...] essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bem diverso); toda compreensão é prehe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta. (BAKHTIN, 2011, p. 271)

A resposta ao discurso proferido, de forma imediata ou não, acontece a partir de um gesto de compreensão. Assim, a linguagem nunca poderá ser considerada algo acabado, posto que está sempre sujeita a respostas que constituem o todo compreensivo, na alternância dos sujeitos. Por isso mesmo, segundo Bakhtin, a língua, sendo inerente à comunicação verbal, está sempre em evolução. “Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usadas; eles penetram na corrente da comunicação verbal” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1992, p. 108).

Como se observa, em todo o percurso de construção do arcabouço da teoria dialógica da linguagem, está presente a dimensão ética ao conceber a alteridade como o outro polo inescapável nos processos de interação verbal, seja esse outro o sujeito empírico ou não. Esta concepção é importante para as análises que faremos dos discursos das CEBs, no capítulo seguinte, uma vez que ao tomá-lo como objeto de análise, estará sempre pressuposta a voz do outro com que os discursos das CEBs dialogam, seja na forma de captação, subversão, recusa etc. Nesse sentido, o trabalho será de apreensão dos acentos ideológicos em um discurso sempre atravessado pelo outro, por discursos alheios marcados de acentuações ideológicas próprias dos lugares a que estes discursos outros estão ideologicamente vinculados.

3.5. No jogo dialógico, a polifonia sinaliza vozes em disputa

O conceito de polifonia, tal como formulado por Bakhtin, entendido como diferentes pontos de vista na sociedade, é um conceito produtivo para analisarmos nos discursos das CEBs a presença de outros discursos, tanto em relação aos discursos aliados, como em relação a discursos antagônicos. Sabemos que há discursos que se constituem sobre uma polifonia aberta, ou seja, seu modo de acontecimento se dá na explícita pluralidade discursiva, enquanto outros discursos trabalham a contenção dos diferentes discursos, escamoteando a sua existência. Por exemplo, lembra Bakhtin que no artigo de opinião prevalece a contenção de vozes, ao passo que o romance é construtivamente polifônico por ter diferentes vozes capazes de emitir diferentes posições sociais. Assim, a polifonia é caracterizada pela multiplicidade de vozes e diferentes posicionamentos ideológicos, mas são as esferas de produção de linguagem que orientam os rearranjos discursos em que o fenômeno da polifonia se manifesta. Não se trata, portanto, apenas da existência de diferentes vozes, mas, sobretudo de diferentes acentos ideológicos.

A polifonia, segundo Tezza (2003), é uma categoria ética e não literária, tendo sido pouco explorada após Bakhtin, e que quando é explorada no campo literário, quase sempre está comprometida com posições filosóficas, éticas. Os enunciados são o espaço de posições em debate, ou seja, cada enunciado carrega ecos de diferentes posições em disputa na sociedade. Mais uma vez, fiel a sua teoria dialógica, para Bakhtin, as palavras não estão isoladas do contexto social que

as produz, mas carregadas de posições socioideológicas, formando assim o coro polifônico que os grupos sociais colocam em curso, nas suas relações, nos seus embates ideológicos e a linguagem traz as marcas desses embates. (BAKHTIN, 2011). Nas palavras de Tezza,

[...] vai se tornando evidente que polifonia é antes uma categoria filosófica - mas precisamente uma categoria *ética*, inseparável da idéia de valor – que uma categoria literária, ou, muito menos, um instrumento de teoria literária a se usar aqui e ali sempre que se encontram duas ou três vozes à disposição do analista. (TEZZA, 2003, p.183) (grifo do autor)

É significativa a observação do autor ao alertar sobre a simplificação a que o conceito de polifonia tem sido submetido, em algumas análises, encarado como justaposição de vozes, apenas. Segundo Bakhtin, a multiplicidade de vozes e as consciências independentes são a característica fundamental da polifonia. Assim, tal conceito, se eticamente explorado, tem a capacidade de colocar em questão as contradições presentes na sociedade. Na polifonia, se revela o dialogismo que se mostra nas muitas vozes polêmicas, já que cada uma emite um ponto de vista diferente.

3.6. Entre o ético e o estético em Bakhtin

A compreensão de Bakhtin sobre a linguagem, está comprometida com valores éticos, ou seja, a linguagem é concebida como parte da vida humana, em sua totalidade, “viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa por inteiro e como toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo corpo” (BAKHTIN, 2010, p.47).

Nessa valoração ética está também presente o valor estético das dimensões da vida humana. De modo que ela só tem acabamento no outro, naquele que dá completude ao sujeito, o que não retira do próprio sujeito a responsabilidade dos seus atos, pois de acordo com Bakhtin, este é o processo pelo qual o “eu” passa a dar significação e sentido para o mundo. Portanto, o diálogo é um fenômeno social que é criado por meio de interação com outros sujeitos. Segundo Bakhtin (2010):

A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem. Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo

de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. (BAKHTIN, 2010, p.209)

Entendendo a alteridade como o espaço de constituição da individualidade, é a partir do conceito de “excedente de visão” – advindo de um estudo sobre o relacionamento entre autor e personagem- que Bakhtin (2011) formula a noção de acabamento. A minha completude é sempre provisória, posto que dependo das palavras do outro para me dar acabamento, ainda que provisório, porque as relações são infinitas e todas elas participam do meu projeto de compreensão e intervenção no mundo.

Segundo Bakhtin (2011):

[...]Não posso viver do meu próprio acabamento e do acabamento do acontecimento, nem agir; para viver preciso ser inacabado, aberto para mim – ao menos em todos os momentos essenciais –, preciso ainda me antepor axiologicamente a mim mesmo, não coincidir com a minha existência presente. (BAKHTIN, 2011, p. 11)

A não coincidência do sujeito consigo mesmo o coloca numa relação ética e estética da vida, pois seu acabamento é algo a ser sempre buscado e alcançado. “O passado determina o presente de um modo criador, e juntamente com o presente, dá dimensão ao futuro que ele predetermina” (BAKHTIN, 1992, p 253). Portanto, é por meio do olhar exotópico que se revela o acontecimento ético e estético, numa atitude que Bakhtin nomeia de “ato responsável” ou “ato ético”.

O conceito de ato ético, em Bakhtin, está ligado a uma responsabilidade, a um ato responsável. O ato responsável envolve dois planos: o plano da vida (mundo concreto) e o plano da cultura (o mundo conceitual). Para Bakhtin (apud SOBRAL, 2009, p. 123), estes dois mundos estão interligados: a “apreensão do mundo envolve a unidade dos atos humanos, ou seja, a junção entre, de um lado, o processo de realização concreta dos atos – em seu aqui e agora no mundo dado – e, do outro, a organização do conteúdo dos atos mediante categorias”. Nesse sentido, se revela mais uma vez a complexidade com que Bakhtin trata a maneira de o ser humano se conhecer simbolicamente, sem produzir as dicotomias entre mundo da vida e mundo da ciência. A avaliação dos seus atos é, para Bakhtin, um elemento unificador do fazer humano.

É nessa perspectiva que pretendemos analisar os discursos, procurando captá-los na sua complexidade, na sua irreduzível relação com outros discursos.

3.7. O sujeito bakhtiniano: inacabado e constituído pelo outro

A noção de sujeito, para Bakhtin, ultrapassa a presença física de alguém no mundo. A ideia de corpo assume as dimensões social, ideológica e histórica do sujeito, remetendo à noção de sujeito constituído na e pela linguagem. Sendo o sujeito sempre inacabado, o outro tem importância fundamental na constituição do sujeito e da linguagem, dependendo sempre da referência de onde fala e da posição ideológica de onde fala, de modo que não há um discurso adâmico que falou pela primeira vez.

Desta maneira, o sujeito, ao enunciar, traz sempre em seu discurso pressuposições daquele para quem o seu dizer se encaminha, numa dinâmica de sempre assumir o lugar do outro, antecipar-se ao outro, complementar-se na voz do outro. Assim, podemos afirmar que há um lugar de onde o sujeito fala, marcado pelo seu posicionamento ideológico e pela relação de força com o outro. O outro com quem o sujeito dialoga pode estar numa memória de futuro, portanto, um discurso que projeta para a frente, entendido como um discurso respondente a discursos já elaborados na cadeia discursiva. É por isso que Bakhtin afirma, já em *Marxismo e Filosófica da Linguagem*, que um discurso pode dirigir-se a alguém, mas, ao mesmo tempo, ele também responde a discursos já produzidos por alguém. Nas palavras de Bakhtin,

[...] O empenho em tornar inteligível a sua fala é apenas o momento abstrato do projeto concreto e pleno de discurso do falante. Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (BAKHTIN, 2011, p.272).

Desta forma, o enunciador é constituído por um coletivo, pois o espaço da existência da comunicação é o “nós”, lugar que favorece a construção de sentidos. Situamo-nos, portanto numa noção de sujeito segundo a qual os limites do enunciador

[...] não permitem que ele construa um horizonte onde possa figurar por inteiro, pois que o mundo visível estende-se à sua frente, e mesmo que ele vire a cabeça em todas as direções sempre faltará a percepção de um pedaço do mundo e ele jamais se verá a si mesmo nesse lugar. Mesmo que ele se represente dessa forma, como se se tratasse de um outro, ele não terá deixado de vivenciar-se por dentro, permanecerá nessa vivência e terá construído uma representação da mente e não uma percepção. E essa representação revela ao sujeito sua incompletude. (MIOTELLO, 2001, p. 138)

Assim, alinhado à concepção de sujeito formulada por Bakhtin, Miotello (2001) nos diz que a vida concreta do homem não é feita de formulações auto representativas, mas da correlação entre as categorias representativas do eu e do outro. Desse modo, “O homem é o que o outro lhe proporciona ser” (MIOTELLO, p.139). Situando-nos nesta concepção de sujeito, ao tomarmos os discursos das CEBs para análises, assumimos o pressuposto de que todo discurso é repartido, ou seja, se constitui na relação irreduzível com outros discursos. A análise de um discurso pressupõe sempre a análise dos discursos do outro que ali se instauram sob a forma de polêmica aberta (MAINGUENEAU, 1997) ou como discursos “aliados”.

Por adotarmos esta concepção de sujeito e de discursos, ao nos propomos a analisar o boletim “O grito da PA 150”, como discursos, estamos considerando que, embora sejam diferentes sujeitos que, empiricamente se lançam à tarefa de escrever o jornal, isso não impede de analisarmos estes boletins como discursos das CEBs, justamente porque estamos considerando a voz que se apresenta como aquela que encaminha um projeto discursivo, aquela que demanda na sociedade uma resposta, uma atitude responsiva do outro. Como postula Bakhtin, o todo de uns discursos se revela por ele proporcionar a possibilidade de resposta do outro, por ser compreendido de modo responsivo. Essa totalidade é determinada, segundo Bakhtin, por “três fatores indissociavelmente ligados por um todo orgânico do enunciado: 1) o tratamento exaustivo do objeto de sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento”. (BAKHTIN, 2000, p. 299).

Nesse sentido é que estamos denominando de discurso das CEBs o projeto discursivo de produção do informativo “O grito da PA 150”, ou seja, embora os informativos tenham recebido a participação de vários e diferentes sujeitos, na sua elaboração, havia um projeto discursivo das CEBs em tratar de um tema específico

que era a organização dos trabalhadores para enfrentar o latifúndio e os atos de violência e de negação de direitos destes trabalhadores. O informativo, enquanto uns dos gêneros maiores, a ele subsumem outros gêneros (músicas, poemas, discursos políticos, charges, cartas, versículos bíblicos etc.) que passam a compor o todo discursivo do informativo, conforme analisaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV: CONTEXTUALIZAÇÃO DO CORPUS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de apresentarmos os procedimentos metodológicos da pesquisa, entendemos ser importante situar contextualmente os lócus de produção do informativo denominado “O Grito da PA 150”, pertencente à Diocese de Marabá e elaborado pela equipe de Pastoral da PA 150, utilizados pelos agentes pastorais como mecanismo de informação, formação e denúncia.

Segundo Martins (1989), na década de 1980, tem-se a presença forte da igreja católica na luta pela terra na região Sudeste do Pará, através das CEBs, a qual vê na participação política um meio de libertação dos trabalhadores. Nesse sentido, alguns municípios construídos à margem da PA 150 constituem um espaço de grande atuação das CEBs, na formação política dos agricultores.

4.1. A rodovia PA-150: um marco da resistência

Nos anos de 1977 e 1978 data-se a construção da Rodovia PA-150, com 1100 Km de extensão, cujo papel vai além de integrar a região Sudeste do Pará, uma vez que passa a ser uma das principais estradas de escoação de toda produção dessa localização. De acordo com Hébette (2004):

A abertura das estradas e a erupção dos fluxos migratórios que por elas se enfiariam, vieram modificar violentamente todo esse panorama. Surgiram povoados, vilas e cidades ainda localizados à beira d’água vale como manancial e não como via de transporte, a estrada é que liga e comunica. É o caso, no nosso contexto, de cidades como Paragominas, Vila Rondon, Arraia, ou de povoados e vilas, como Vila Palestina, Vila Abel Figueiredo, Vila Bom Jesus, Morada Nova na PA-170; Nova Ipixuna e Goianésia na PA-150. Nessas condições, o quadro econômico e social de vida se estrutura diferentemente; o intercâmbio, mesmo difícil, se dá através das estradas, de tal modo que, na ausência de pontes, os rios se tornam obstáculos a transpor mais do que via de comunicação. Isso revelou-se exemplarmente para o escoamento do minério de Carajás. O carro, o caminhão, o ônibus e, agora, o trem vêm substituindo o barco e a canoa. (HÉBETTE, 2004, p.53)

Portanto, a rodovia PA-150, faz parte da conjuntura de migração para a Amazônia, cuja política de ocupação ocorria também nas suas margens, cumprindo o papel de ligar os centros urbanos, de um certo modo favorecendo a fixação dos trabalhadores rurais na região.

A “Amazônia das estradas” é uma expressão cunhada a partir da política de colonização implantada pelo governo militar, a qual se aplica aos municípios localizados às margens da PA 150, como Goianésia do Pará, Tailândia, Nova Jacundá, Nova Ipixuna. Com o processo de migração, ocorre uma valorização das terras, nas proximidades destes municípios, trazendo junto os conflitos pela posse da terra, os quais se intensificam a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, envolvendo posseiros, grileiros, policiais militares e até mesmos os órgãos do estado criados para solucionar os conflitos, a exemplo da GETAT.

De acordo com Hébette (2004), a Vila Arraias, hoje, Jacundá, passa a ser um núcleo urbano muito importante no decorrer da rodovia PA-150, por ser um ponto de referência para as famílias que se fixaram na região Sudeste do Pará. Arraias passou a possuir uma melhor estrutura social, como comércios e órgãos do governo, como o INCRA, o Cartório, os Correios, o Posto Médico da Secretária de Estado da Saúde do Estado do Pará (SESPA), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), a Superintendência da Campanha contra a Malária (SUCAM), o Centro de Treinamento de Migrantes (CETREMI), além das agências do Serviço de Informação ao Migrante (SIMI) e do Serviço de Assistência ao Migrante (SAMI), com a tarefa de auxiliar toda a PA-150 (HÉBETTE, 2004).

Nesse período, nos municípios situados ao longo desta rodovia (Jacundá, Goianésia e Tailândia, principalmente) ocorrem inúmeras ocupações de terras consideradas devolutas e vários conflitos entre os Trabalhadores Rurais e o grande latifúndio, o que caracteriza essa rodovia como um marco de resistência. “Os posseiros que lá chegaram nos últimos dois anos são conscientes de que, se não fincarem pé nessas terras, é para eles o adeus à agricultura” (HÉBETTE, 2004, p. 81). Assim, pode-se dizer de uma politização dos trabalhadores rurais na PA 150:

Os posseiros, escaldados por experiências anteriores, sabem que só pela união e pela organização conseguirão resistir; encontram apoio na sua Associação dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá (ADETUNI) e nas comunidades de base; contam também com a colaboração da Comissão Pastoral da Terra e de alguns políticos da corrente popular do PMDB. O INCRA e o GETAT sempre tiveram atitudes muito ambíguas: aos posseiros reunidos, afirmam que estão no seu direito e podem permanecer na terra; aos grileiros, dizem que vão tirar os posseiros. Para resolver a contradição, propõem aos posseiros indenizá-los e transferi-los para outras áreas, mais distante – o que os posseiros recusam, pois já têm suas benfeitorias, suas

plantações, enquanto os grileiros, muitas vezes, têm apenas sua pretensão. Multiplicam-se as reuniões promovidas pelo GETAT e nada de solução no horizonte. Tal indefinição por parte do órgão proporciona evidentemente mais espaço para a atuação arbitrária e violenta dos grileiros. (HÉBETTE, 2004, p. 82-83)

Os posseiros que tinham a posse da terra sem o consentimento legal (título) travam luta constante contra fazendeiros, comumente chamados de grileiros, sendo que estes tinham o título de posse da terra, no entanto, este mesmo título era questionado, uma vez que as terras das margens da rodovia eram consideradas terras devolutas. Os processos de resistência vão tomando forma por meio de uma politização dos trabalhadores rurais, que encontram na união uma forma de se organizar e fortalecer a sua luta, criando associações e, posteriormente, assumindo a lideranças dos Sindicatos do Trabalhadores Rurais (STRs).

4.2. Associação dos Trabalhadores Unidos da Nova Jacundá (ADETUNI): espaço de luta e resistência

A Associação dos Trabalhadores Unidos da Nova Jacundá (ADETUNI), enquanto um dos espaços de organização e luta dos trabalhadores de Jacundá, teve seu início marcado por diversos conflitos por terra nas margens da rodovia PA-150. Criada com o apoio da Igreja Católica, a ADETUNI assume um trabalho declarado de combate às ações de fazendeiros e do órgão do Estado- o GETAT. De acordo com Santos (2007):

[...] a ADETUNI foi fruto do trabalho da Igreja junto aos posseiros na luta pela terra na PA-150. A Paróquia São João Batista de Jacundá cujo pároco na época era o padre Paulo Joanil, CPT de Marabá e Belém, e a Diocese de Marabá cujo o Bispo era Dom Alano Maria Pena, estiveram sempre juntos aos posseiros apoiando-os, nessa luta pela posse da terra. O padre Paulo Joanil chegou a Arraias em 1979 e acompanhou de perto todo o conflito vivido pelos posseiros da PA-150 e desenvolveu um importante e intenso trabalho junto aos mesmos. Vários dos relatórios que existem sobre os conflitos ocorridos nesta região foram feitos pela paróquia São João Batista, ou seja, pela Equipe Pastoral da PA-150 representada pelo padre Paulo Joanil e a irmã Dorothy Stang. Vários dos quais foram enviados a CONTAG, aos deputados do PMDB Jader Barbalho e Admir Andrade, como medida de divulgar os conflitos e pedir ajuda aos mesmos diante da situação conflitiva a qual passava toda a região. A pedido do padre em nome dos moradores da PA-150 os deputados estiveram na região acompanhando os acontecimentos e apoiando os posseiros. As articulações políticas também foram utilizadas como instrumento de luta pelos posseiros da região. (SANTOS, 2007, p. 132-133)

4.3. O Informativo “O Grito da PA 150”: caracterização do corpus da pesquisa

Conforme já referimos, a Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação sempre esteve ao lado dos Trabalhadores Rurais, na região sul e sudeste do Pará. Na rodovia PA-150, constatam-se essa participação política da Igreja, seja por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), seja pela atuação da CPT – que colabora com os trabalhadores rurais na luta pela posse da terra- colocando-se no debate com autoridades políticas ou jurídicas.

A partir da Paróquia São João Batista, em Jacundá, há uma organização pastoral que tem por finalidade fazer um acompanhamento tanto espiritual, quanto de conscientização política em muitas comunidades distribuídas ao longo da PA-150. A então Equipe de Pastoral da PA 150, formada por lideranças leigas e religiosas, representadas pelos padres Paulo Joanil e Humberto Rilland e pela irmã Dorothy Stang, com o auxílio dos trabalhadores rurais, conseguiram ser marco de resistência face às ações do Estado e do grande latifúndio.

Assim, a ação da Igreja passa a ter uma importância singular no contexto social dessa região, sempre com o papel de informar, denunciar e conscientizar os trabalhadores rurais aqui localizados. Um instrumento dessa ação foi a criação do informativo “O Grito da PA 150”.

Não participei na origem de criação do Grito da PA 150. Mas até onde sei ele surgiu como um instrumento de denúncias das diversas formas de violência praticadas por fazendeiros/grileiros contra agricultores/posseiros no processo de lutas pela posse e uso da terra naquela região. Acredito que ele tenha surgido no final da década de 1970, período auge das disputas e da violência que levou ao assassinato de lideranças rurais importantes como: Zé Piau e Lorival.

Na época, lideravam as ações pastorais na paróquia de Jacundá os padres Paulo Joanil e Humberto Hialand e a irmã Dhoroty Stang, juntamente com diversas lideranças de comunidades. Eu convivi com o Grito PA150 no período de 1983 a 1988. Já foi um período menos recrudescido. Do ponto de vista geral, acontece o fim do governo militar em 1984, o movimento sindical rural se articula para mudar o perfil político de seus dirigentes. Em Jacundá, elegemos uma diretoria combativa para o sindicato dos trabalhadores rurais. Surge o problema dos atingidos pela barragem de Tucuruí. A cidade de Jacundá cresce rapidamente, a exploração madeireira se intensifica e a problemática social também. Desse modo, o Grito passa a tratar de outros temas importantes para a vida do povo. Passa a denunciar principalmente os problemas vividos pela população das cidades da região.

Falta de políticas públicas e atenção as necessidades da população mais carente e os desmandos das gestões públicas na época.¹⁰

Em maio de 1980 é distribuído o primeiro número do Informativo, cujo nome ainda não havia recebido. No entanto, esse primeiro número a pastoral já convoca os trabalhadores a participarem da escolha do título do informativo. A sua redação era bem simples, todo o processo de escolha de temática era conduzido pela Equipe Pastoral da PA 150, sempre relacionado com a luta dos Trabalhadores Rurais e com os anseios de fortalecer a luta das comunidades:

Esse informativo era redigido e editado pela Equipe de Pastoral da PA-150 composta no período pelo padre Paulo Joanil, o seminarista Eduardo Pedrosa, a irmã Dorothy Stang e o padre Humberto Rilland, entre outros, todos ligados à Diocese de Marabá. O objetivo do jornal ia além de informar a população local dos acontecimentos na região da rodovia, funcionava como instrumento “a serviço da luta do povo dessa região, denunciando as violências e injustiças cometidas contra o povo, impedindo-o de crescer e desenvolver nos seus direitos e dignidade”. (SANTOS, 2003, p. 115)

Era a Paróquia de Jacundá que tinha atuação em dezenas de comunidades de base. Num território que ia do município de Goianésia passando pela cidade de Jacundá e todas suas comunidades rurais, Ipixuna, que pertencia ao município de Itupiranga, e suas comunidades rurais; indo até Morada Nova que pertence ao município de Marabá.¹¹

4.4. A organização dos informativos que compõem o corpus de pesquisa

A composição dos dados se dá pelo recorte temporal da década de 1980 a 1986, tendo localizado um número de 32 informativos impressos. Os informativos produzidos tiveram sua circulação pelas CEBs situadas em cidades e vilas localizadas ao longo da PA 150, assim distribuídos anualmente:

¹⁰ Entrevista concedida por JBR (para preservação da sua identidade, o nome do entrevistado não será mencionado no trabalho, apenas as suas iniciais), que, na década de 1980, atuava como agente leigo na Paróquia São João Batista em Jacundá, membro do Grupo de Jovens Unidos pela Libertação (JUPLI). Assumia a função de animador das CEBs e contribuiu com a produção do informativo “O Grito da PA 150”

¹¹ Entrevista concedida por JBR, em resposta à seguinte pergunta: Havia uma equipe que auxiliava a Pastoral da PA 150 na criação do informativo?

Quadro 01: Distribuição dos informativos- 1980 a 1986

Informativo "O Grito da PA 150"						
1980 ¹²	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Ano I – N° 1 Maio Capa: Apresentação e escolha do nome do informativo	Ano I – N° 9 Janeiro Capa: Zé Piau: o posseiro assassinado por pistoleiros do grileiro Osmar Silva	Ano II – N° 20 Janeiro Capa: Participação Política: um direito do povo	Ano III – N° 26 Janeiro Capa: Brasil, atolado em dívidas ao FMI	Ano IV – N° 30 Junho Capa: Eu quero votar para Presidente. Diretas Já!	Ano V – N° 32 Janeiro	Ano VI – N° 34 Março Capa: Terra de Deus, terra de irmão
Ano I – N° 2 Junho Capa: Companheiros, 25 de julho é dia da classe camponesa, em marcha pela reforma agrária	Ano I – N° 10 Fevereiro Capa: Companheiros, quem sabe faz a hora não espera acontecer	Ano II – N° 21 Fevereiro Capa: Associação de defesa do Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá	Ano III – N° 27 Abril - Capa: Eletronorte massacra o povo - Posseiros desde 1917, expulsos de suas terras - Porque existe o Pobre e o Rico? - Rádio Nacional continua com mentiras.	Ano IV – N° 31 Capa: Companheiros é hora de levantar-se! Na luta pelos nossos direitos.		
Ano I – N° 4 Agosto Capa: Lavrando o chão, lavrando a luta	Ano I – N° 11 Março Capa: Contra a grilagem e o latifúndio, pela reforma agrária	Ano II – N° 22 Março Capa: Na conversa deste buchudo meus companheiros não vão cair mais, chega de mentira.	Ano III – N° 28 Julho Capa: A Terra é para quem trabalha nela			
Ano I – N° 5 Setembro Capa: GETAT, mais uma carga na costa do trabalhador	Ano I – N° 12 Abril	Ano II – N° 23 Abril Capa: Lavrador desunido é lavrador explorado	Ano III – N° 29 Dezembro Padres e posseiros são libertados			
Ano I – N° 6 Outubro	Ano I – N° 13 Maio	Ano II – N° 24 Junho				

¹² Não foi possível localizar o Informativo nº 3, produzido no ano de 1980 e o informativo nº 33.

Capa: Povo de Deus, comunidade de fé e de luta	Capa: 1 ano contra a grilagem e o latifúndio denunciando as injustiças fortalecendo a organização dos trabalhadores, na luta contra a opressão	Capa: A condenação dos Padres e posseiros				
Capa: Ano I – N° 7 Novembro Conquistando o direito à posse da terra	Ano II – N° 14 Junho Preparando o dia 25 de julho	Ano II – N° 25 Dezembro Capa: Votando consciente o Brasil melhora				
Capa: Ano I – N° 8 Dezembro Os trabalhadores estão de luto, o grileiro Osanir Silva mata o lavrador “Zé Piau”, e este sangue está clamando por vingança	Ano II – N° 15 Julho Capa: Reforma agrária radical e imediata					
	Capa: Edição Especial 25 de julho Dia do lavrador					
	Ano II – N° 16 Agosto Capa: Querem calar o “Grito” ameaçando e prendendo lavradores					
	Ano II – N° 17 Setembro Capa: As áreas em conflito no Pará					
	Ano II – N° 18 Outubro Capa: Quem são os nossos opressores?					
	Ano II – N° 19 Novembro Capa: Nossa Brasil é um país de despejados					

Como se pode depreender do quadro nº 01, no ano de 1980, foram produzidos 8 informativos; em 1981, 11 informativos; em 1982, 6; em 1983, 4; em 1984, 02. Localizamos os informativos de nº 32 e 34 produzidos nos anos de 1985 e 1986, respectivamente; no entanto, não conseguimos localizar o informativo nº 33 nem o ano em que ele foi editado. Assim, compõe o corpus da pesquisa 32 informativos.

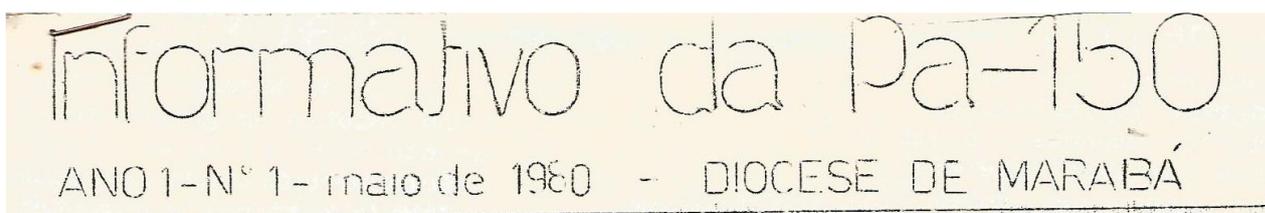
No processo de aproximação dos dados, identificamos que os informativos trataram de três temas que parecem adquirir centralidade ao longo de sua produção: denúncias e conflitos entre trabalhadores, de um lado, e fazendeiros e GETAT, do outro (1980 a 1984); a participação dos trabalhadores na organização dos sindicatos rurais e a política eleitoral municipal (1985); políticas públicas e dívida externa (1985 e 1986).

No capítulo que segue, desenvolveremos as análises, atentando-nos para a convergências dos textos verbais e visuais na produção de sentidos. Os textos verbais estarão identificados por “texto”, numerados sequencialmente (texto 1, texto 2, sucessivamente) e os textos visuais estão identificados como figuras, também numeradas sequencialmente (figura 1, figura 2 etc.)

CAPÍTULO V: O DISCURSO DAS CEBs NO JOGO DAS DISPUTAS IDEOLÓGICAS

Neste capítulo, dedicaremos às análises dos discursos das CEBs. Como já anunciamos no capítulo anterior, os sujeitos dos discursos são tomados não a partir de uma posição empírica no mundo, mas através de uma inscrição do discurso numa prática. As teorias da enunciação nos dizem que o Locutor não se confunde com a pessoa no mundo, o locutor é aquele a quem se imputa a responsabilidade do dizer. Nesse sentido, como podemos ver no texto 1, abaixo, a Diocese de Marabá se constitui o enunciador que assume a voz do informativo, em seu primeiro número.

Texto 1



O informativo da PA 150, Ano I, N° 1, maio de 1980, p.01

No entanto, a sua produção é de responsabilidade da Pastoral de Jacundá.

Texto 2

O G R I T O D A P A / 1 5 0 E U M B O L E T I M A S E R V I Ç O D O S T R A B A L H A D O -
R E S E D A S C O M U N I D A D E S . E L A B O R A Ç Ã O E R E S P O N S A B I L I D A D E D A E Q U I P E D E
P Á S T O R A L D A R O D O V I A P A / 1 5 0

Poderíamos, aqui, tratando da teoria da polifonia, formulada por Ducrot (1984), considerar a figura fragmentada do locutor, neste informativo. Na teoria polifônica elaborada por Ducrot, o locutor recebe duas representações diversas: o locutor enquanto responsável pela enunciação [L]; e o locutor enquanto ser no mundo [I]. Enquanto [L], constituído no nível do dizer, se apresenta como responsável pela enunciação, [I] se constitui no nível do dito representando o ser

empírico no mundo. Esta fragmentação pode ser atribuída ao discurso veiculado no informativo e, por esta abordagem polifônica da enunciação é possível assumir que no informativo a enunciação é atribuída à Diocese, enquanto fomentadora das Comunidades Eclesiais de Base, e a pastoral de Jacundá locutor empírico no mundo.

No decorrer das análises e com base na teoria dialógica de Bakhtin, veremos que esta voz da igreja que assume a responsabilidade dos discursos veiculados no “Informativo da PA 150” capta para sua esfera discursiva outros discursos alheios que também passam a compor os discursos das CEBs.

5.1. Delimitação da instância discursiva das CEBs e a relação com outros discursos

O trecho abaixo foi extraído do Informativo nº 1, publicado em maio de 1980. Observamos que o informativo ainda não continha o título de “O Grito da PA 150”, por se tratar de uma edição inaugural, de modo que nesse mesmo exemplar já aparece uma consulta aos trabalhadores quanto ao título do informativo e a sugestão de quatro nomes para os agricultores escolherem, caso não houvesse sugestão de outros títulos: “Êxodo”; “O grito da PA 150”; “Corrente”; “O camponês”. Como veremos, na figura 3, a, o informativo número 2 de junho de 1980, já circulou com o título “O Grito da PA 150”.

Texto 3

Apresentação

Companheiros, este jornalzinho pretende ser um veículo de informação de tudo aquilo que acontece na PA-150. Não só informar, como também estar a serviço das lutas do povo dessa região, denunciando as violências e injustiças cometidas contra o povo, impedindo-o de crescer e de desenvolver nos seus direitos e dignidade.

Que seja de fato um porta-voz das causas populares da região, como de outras. (Informativo da PA - 150, ano I – nº 01 – Maio de 1980, p. 01)

Assim, o suporte de veiculação desse discurso é nomeado de Informativo, configurando-se como o gênero que subsume outros gêneros discursivos. Bakhtin divide os gêneros em primários e secundários. Os gêneros primários são

demarcados pelo diálogo oral simples do cotidiano; os gêneros secundários se apresentam por meio da escrita, sendo os romances, reportagens, textos científicos e outros (BAKHTIN, 2011). É necessário estabelecer critérios para reconhecer os gêneros, lembrando que a utilização da língua ocorre de forma diferente em cada esfera social, de modo que há uma estabilidade de enunciados, “[...] cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que chamamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2011, p.292).

Os gêneros, portanto, encontram-se submetidos a certas condições de regularidades, como a finalidade do texto, o lugar social que o legitima, a condição material de sua produção e a sua organização textual. Para Bakhtin, o gênero possibilita uma unidade do discurso, os enunciados passam a englobar situações do mundo social, vivido onde podemos notar uma homogeneidade e estabilidade, “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2011, p. 279).

Na apresentação do primeiro número do informativo, circulado em 1980, é possível destacar a delimitação identitária do discurso das CEBs, apresentando ao leitor o seu papel, sua filiação política e ideológica, ao mesmo tempo que “desenha” em seu próprio discurso vozes antagônicas, as quais vão estar presentes em muitos números do informativo, trazendo à cena os embates ideológicos estabelecidos entre as CEBs e as instâncias de poder na região. Depreende-se, nesse discurso, outras vozes que se instauram, sejam como aliadas (estar a serviço das lutas do povo dessa região), sejam como adversárias (denunciando as violências e as injustiças cometidas contra o povo).

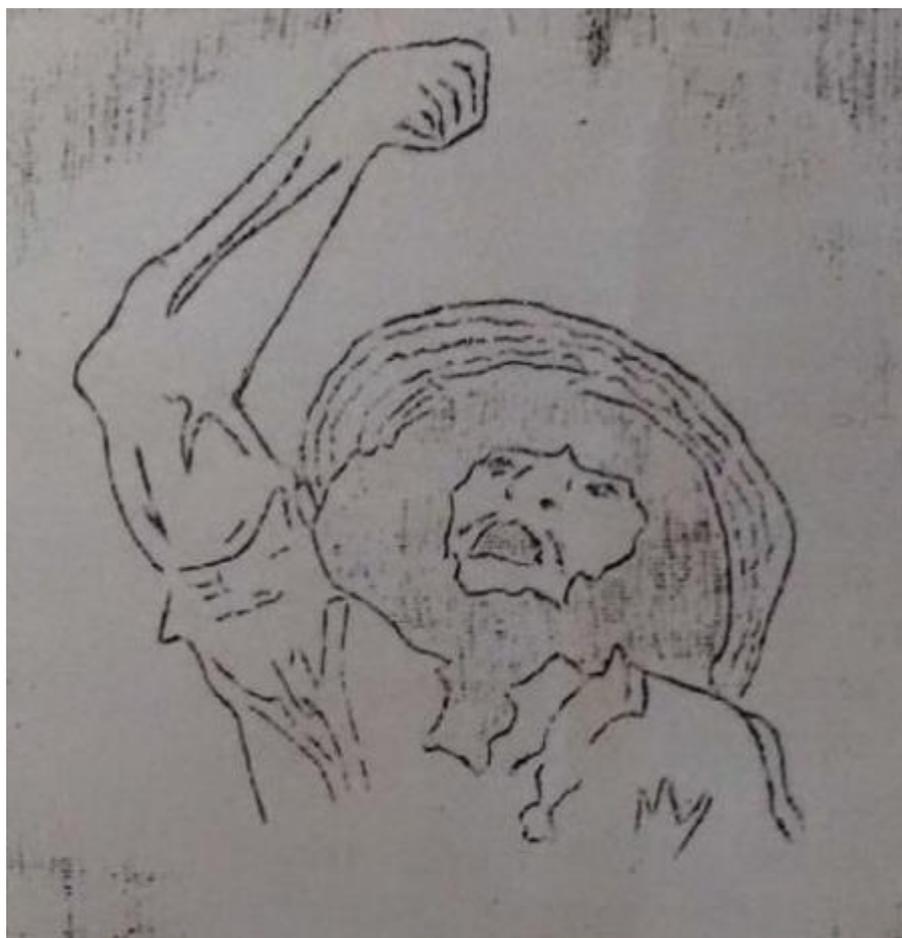
Pode-se dizer que, ao construir para o outro a sua identidade, as CEBs colocam no quadro identitário outras instâncias (MAINGUENEAU, 1997) com quem dialogam, seja por relação de adesão ou de *captação* dos discursos do outro, seja por *subversão*¹³.

Como veremos, nas análises seguintes, esse é o embate ideológico no qual se pauta o discurso veiculado no informativo: colocar-se ao lado dos oprimidos e denunciar toda forma de poder opressora.

¹³ De acordo com Maingueneau, “*Captar* um texto significa imitá-lo, tomando a mesma direção que ele. É o caso, por exemplo, de um slogan que imita um provérbio: o primeiro esforça-se para, em benefício próprio, apropriar-se do valor pragmático do segundo. Por outro lado, há *subversão* quando o texto que imita visa desqualificar o texto imitado, nesse caso a estratégia adotada é a paródia. (MAINGUENEAU, 2004, p.173) (grifo do autor).

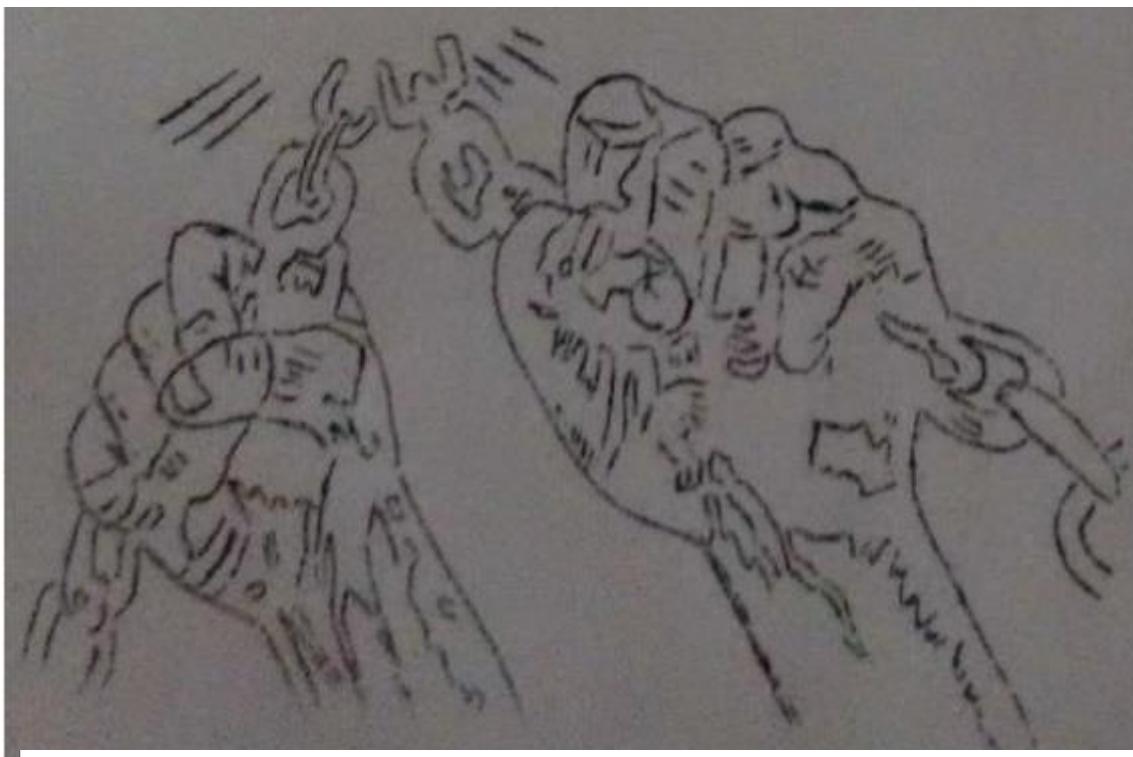
Além da constituição identitária do discurso delimitada no texto verbal acima transcrito, é importante destacar como ele contracenava com o texto visual em que se pode depreender efeitos de sentido que reforçam e convergem para a construção da imagem do trabalhador rural em luta. O texto verbal de onde extraímos o recorte acima contracenava com dois textos visuais, a seguir apresentados:

Figura 1



O informativo da PA 150, Ano I, N° 1, maio de 1980, p.01

Figura 2



O informativo da PA 150, Ano I, N° 1, maio de 1980, p.01

Na figura 01, o braço do trabalhador, empunhado, remete à luta travada contra o latifúndio, o Estado, a força do capital etc. Aliás, este gesto constitui ainda hoje um signo que remete à disposição dos trabalhadores para a luta, ainda muito presente no discurso dos movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra quando gritam palavras de ordem, cantam seus hinos e retomam suas memórias de luta.

A figura 02, em que duas mãos rompem os elos de uma corrente, um dos efeitos de sentido é o convite dirigido ao trabalhador para assumir a luta política, o rompimento da opressão, o enfrentamento das “cercas do latifúndio”, expressão que também está muito presente nos discursos de movimentos sociais do campo, o que revela que nenhum discurso se forma sem a relação necessária com discursos já em circulação na sociedade. O discurso das CEBs se inserem numa cadeia discursiva já existente na sociedade contra a violência no campo.

Assim, ao delimitar sua esfera de enunciação, os discursos das CEBs, ao mesmo tempo que circunscrevem seu campo de produção social e discursiva, convocam os seus outros: aliados e antagônicos, colocando em cena vozes

polifônicas determinadas por posições e acentos ideológicos em conflito. Ou seja, ao definir sua identidade enquanto instituição que se forja na luta contra a opressão do povo, estabelece elos com outros discursos que também se alinham a esta posição ideológica. Ao mesmo tempo que delimita relações antagônicas com outras posições políticas e ideológicas divergentes.

Além disso, não escapa a nossa análise o título do Informativo- O grito da PA-150- sugerindo mais uma vez o papel do jornal acima anunciado.

Figura 3



O Grito da PA 150, Ano I, Nº 2, junho de 1980, p.01

Ao lado do título do informativo tem-se a imagem do rosto de um trabalhador usando um chapéu de palha, as duas mãos côncavas contornando a boca aberta como se produzindo um grito, o que remete à imagem do trabalhador em posição de denúncia, contracenando com o próprio título do Informativo e, mais uma vez, dando os traços da identidade dos sujeitos e dos seus discursos. Assim, a dimensão verbo-visual desempenha um papel constitutivo na produção de sentidos. Pode-se dizer que o verbal e o visual contracenam nas estratégias de escrita do informativo, compondo o todo discursivo, de modo que a leitura do texto verbal sem a sua contraparte visual pode comprometer a apreensão de sentidos que nele circulam. Tratando da expressão material do signo, segundo Bakhtin,

Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala, e,

acima de tudo, aos interlocutores concretos. Tudo isso lança uma nova luz sobre o problema da consciência e da ideologia. *Fora de sua objetivação, de sua realização num material determinado* (o gesto, a palavra, o grito), a consciência é uma ficção. [...] enquanto expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical, etc.), a consciência constitui um fato objetivo e uma força social imensa (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992, p.117-118; grifo do autor).

Defendemos, portanto, que a apreensão dos sentidos constituídos na verbo-visualidade permite melhor interpretação do todo discursivo do Informativo O Grito na PA 150, diluindo-se as fronteiras entre texto verbal e texto-visual para a constituição da identidade de um discurso, a começar pela sua identificação com o papel de sujeito que denuncia as injustiças sofridas pelo trabalhador rural.

Ao tratarmos da constituição identitária do discurso das CEBs, lembramos com Santos (2000) de que as identidades são sempre resultado de *identificações* em curso. Assim concebidas, as identidades são configuradas a partir de posições que o sujeito ocupa no mundo e das relações que trava com o diferente, relações essas marcadas de jogos de sentidos e de “choque de temporalidades” e em constante processo de reconfiguração (SANTOS, 2000). Na esteira das postulações do autor, de acordo com Ribeiro,

Essa percepção radical da diferença como princípio de identificação, para Bakhtin, é chave essencial, não só para o mundo estético, mas também para o mundo ético, na medida em que oferece possibilidades de rompimento de uma concepção monística de ser humano, a qual se impõe pelo pensamento moderno lastreado no paradigma da individualidade que impera com o triunfo da subjetividade moderna. Em contraposição à subjetividade centrada na exclusividade do indivíduo, Bakhtin, mesmo elevando a singularidade do sujeito responsável por seus atos no mundo ético e estético, adverte-nos da precariedade do indivíduo, posto que sua finitude e seu acabamento só lhe podem ser dados na e pelas relações que se trava no jogo interacional. (RIBEIRO, 2012, p. 144-145).

A concepção de identidade como algo que não nasce pronto, que não entra numa linha evolutiva que vai do nascer ao morrer é substituída por uma concepção de identidade como algo que se constitui nas interações sociais, na relação de um discurso com outros discursos - em que se demarcam pontos de vista, posições de diferenças e muitas vezes de desigualdades, como anuncia o discurso do informativo logo acima-, tem ancoragem no dialogismo bakhtiniano, segundo o qual, o homem só se constitui nesta relação com o outro, em constante polêmica. Neste sentido, postula Bakhtin:

[...] o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, da sua visão e da sua memória; memória que o junta e que o unifica e que é a única capaz de lhe proporcionar um acabamento externo. Nossa individualidade não teria existência se o outro não a criasse (BAKHTIN, 2000, p. 55).

Apresentado o modo como o discurso das CEBs desenha sua posição discursiva nos dois primeiros números de um conjunto de 34 boletins, nos itens seguintes, direcionamos nosso olhar para os diferentes modos como estes discursos vão estabelecendo suas relações com o outro.

5.2. O trabalho de formação do camponês: a metáfora da árvore

Ainda no informativo O GRITO, 1980, do ano I, nº 01”, destacamos um texto em que se pode depreender o trabalho argumentativo das CEBs elaborado a partir do que estamos denominando “a metáfora da árvore”, entendida como um investimento discursivo de formação política dos trabalhadores rurais, instigando-os a se manterem e avançarem na luta por justiça e direitos.

Texto 4

25 de julho

25 de julho, é o dia consagrado ao trabalhador rural, ao camponês. E é justamente por isso, que todos os camponeses, devem logo começar a pensar como fazer para comemorar o seu dia. Não só pensar em festejar, mas também preparar alguma coisa que ajude os camponeses a aumentar sua consciência e organização de sua classe, a acreditar no seu valor e na sua classe e na sua força. Fazer algo para que cada vez mais os trabalhadores do campo sejam e representem uma classe unida e organizada, ativa, na luta pelos seus direitos.

Até agora o lavrador tem sido como uma árvore solitária numa picada. Todo mundo que passa tira uma lasquinha da árvore.

É preciso plantar outras árvores, resistentes e exigir o devido respeito e ninguém fique tirando lasca.

Por isso é cada vez mais necessário aumentar a consciência e organizar a classe dos camponeses, para que o que mostra o desenho, não aconteça mais, que é a exploração do trabalhador. (O Informativo da PA 150, ano I – nº 01 – maio de 1980, p. 02).

Esse texto tem como fundo a figura de um trabalhador, bem magro, que, com uma pilha de sacos de produtos agrícolas - talvez feijão, arroz ou milho-, sobre suas costas, suor pingando do rosto, se curva para o patrão corpulento que lhe toca na mão como se estivesse dando a sua benção ou o mísero pagamento pela

produção, pelo seu trabalho. Mais uma vez a verbo-visualidade se une para encaminhar o projeto discursivo do enunciador.

Voltando-se à materialidade verbal, no texto 4, percebemos que ele se inicia interpelando o trabalhador, no sentido de ver na luta de classe uma forma de superação das injustiças sociais. Trata-se de um texto que, inicialmente, dialoga com a formação política dos trabalhadores, objetivando um fazer no mundo: **“Não só pensar em festejar, mas também preparar alguma coisa que ajude os camponeses a aumentar sua consciência e organização de sua classe, a acreditar no seu valor e na sua classe e na sua força”**.

Percorrendo a materialidade do discurso, observamos que esse tom mais formal do discurso é imediatamente suspenso e ganha espaço uma linguagem mais distensa, dialogando com o universo do cotidiano do trabalhador:

Até agora o lavrador tem sido como uma árvore solitária numa picada. Todo mundo que passa tira uma lasquinha da árvore. É preciso plantar outras árvores, resistentes e exigir o devido respeito e ninguém fique tirando lasca.

Os elementos da comparação remetem ao campo de referência do agricultor: lavrador, árvore, picada, lasquinha de árvore. Por meio da metáfora, na sequência do discurso, o universo de atuação do sujeito extrapola suas fronteiras e vai ao encontro de outros sentidos formulados no jogo dos conflitos ideológicos e políticos: **“É preciso plantar outras árvores, resistentes e exigir o devido respeito e ninguém fique tirando lasca”**.

A metáfora da árvore constitui um discurso polêmico, de organização e posição política, ficando evidente que a estratégia é fazer com que o trabalhador rural manifeste a sua posição de desconforto social e reivindique seus direitos. Temos aqui o discurso do cotidiano do camponês sendo convocado sob o efeito metafórico para produzir outras referências para além da vida cotidiana, que são as referências da vida política, da organização política. É nesse sentido que a outra sequência se coloca no fio do discurso: **“Por isso é cada vez mais necessário aumentar a consciência e organizar a classe dos camponeses, para que o que mostra o desenho, não aconteça mais, que é a exploração do trabalhador”**. Tem-se um trabalho metadiscursivo: o discurso veiculado pela linguagem verbal se volta sobre o discurso materializado do texto visual já descrito acima, convergindo

para um trabalho em direção ao outro, num processo de captação: discurso das CEBs orientando tomada de posição do trabalhador.

Neste tópico, tivemos o intuito de trazer, no discurso da diocese, a singularização do informativo, material empírico em que circulam os discursos que serão analisados. De certo modo, esse gesto discursivo de circunscrever o papel do informativo, delimita posições em relação a outras e é justamente esta equipolência de vozes que nos interessa captar nas análises a seguir, com o intuito de compreender como algumas dinâmicas sociais, nesta região, se apresentam nos discursos que sobre elas circulam, no nosso caso em estudo, nos discursos das CEBs.

5.3. Marcas do projeto discursivo do Informativo: processos dialógicos de captação do leitor

Como já discutimos com Bakhtin/Voloshinov (1992), a palavra é a arena de embates das ideologias, lugar em que o discurso se manifesta. O sujeito quando enuncia tem seu discurso orientado por condições sócio-históricas, cuja relação deixa inscritos no discurso os tons valorativos, de acordo com as esferas sociais em que são produzidos. Desta forma, a linguagem traz as marcas destas intrincadas relações. Um dos fenômenos do dialogismo que marcam no texto as relações entre os discursos das CEBs e outros discursos que com aquele polemizam é o fenômeno da intertextualidade, conforme veremos no subitem a seguir.

5.3.1 Processos de intertextualidade e interdiscursividades como vozes aliadas

A intertextualidade é caracterizada pela heterogeneidade textual, já que partimos de um texto elaborado para chegarmos a outro texto (FIORIN, 2006). De acordo com o autor, a intertextualidade ocorre quando podemos encontrar a materialização discursiva em um texto, levando sempre a uma interdiscursividade.

Intertextualidade deveria ser a denominação de um tipo composicional de dialogismo: aquele em que há no interior do texto o encontro de duas

materialidades linguísticas, de dois textos. Para que isso ocorra, é preciso que um texto tenha existência independente do texto que com ele dialoga. (FIORIN, 2006, p. 52-53)

Segundo Fiorin, a intertextualidade se caracteriza por qualquer menção ao outro, por meio das diversas composições discursivas como as paródias, as citações, as repetições, entre outras (FIORIN, 2006b).

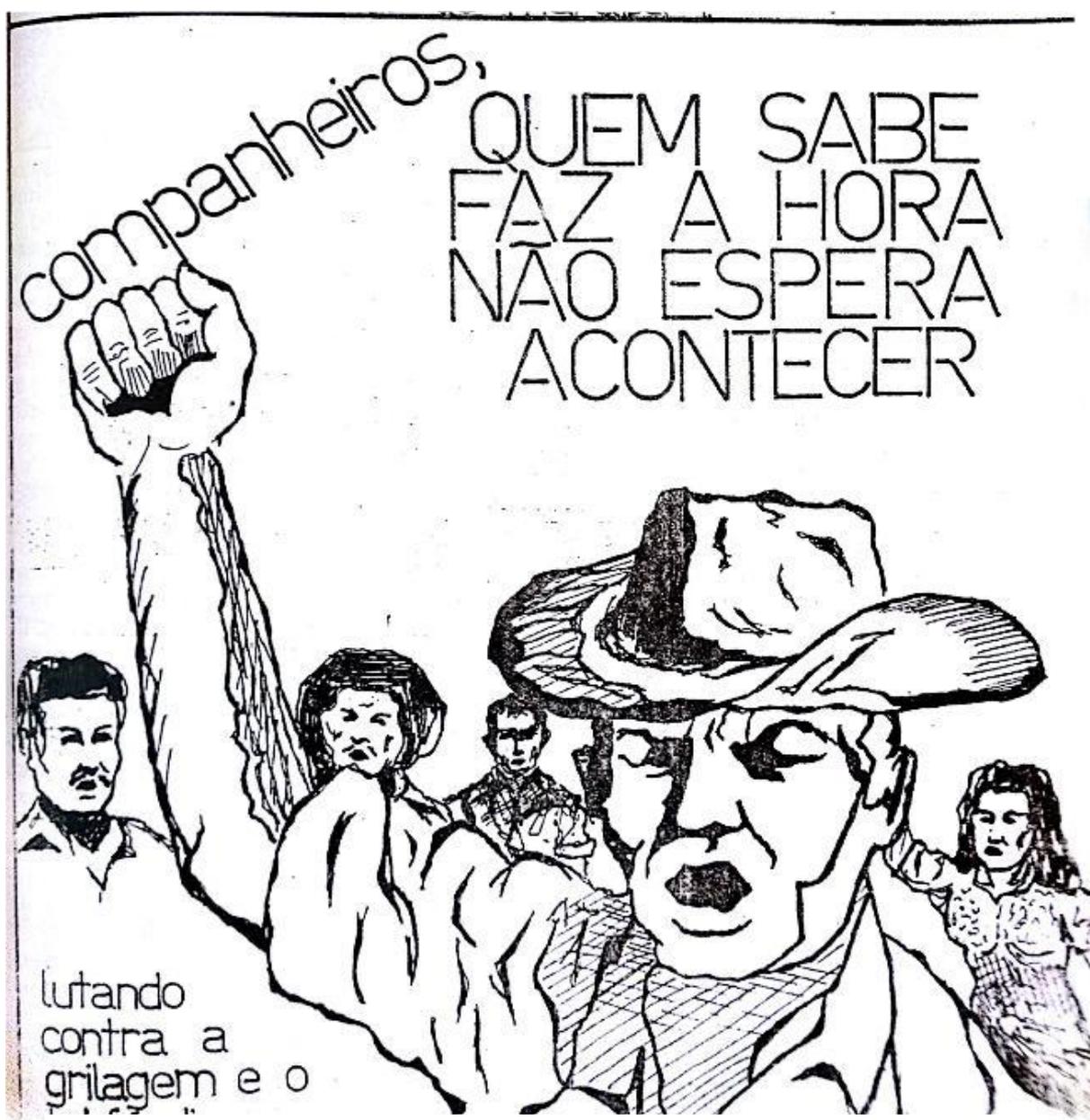
De acordo com o autor, a relação dialógica não se manifesta no texto, mas ao interagir por meio do texto, temos uma interdiscursividade, diferentes discursos que estão localizados historicamente, possibilitando a elaboração de seus enunciados. No entanto, adverte Fiorin:

[...] é preciso verificar que nem todas as relações dialógicas mostradas no texto devem ser consideradas intertextuais. Bakhtin fala em relações dialógicas intertextuais e intratextuais (Idem, ibd.) [...] As relações dentro do texto ocorrem quando as duas vozes se acham no interior de um mesmo texto.

Encontra-se ainda a distinção entre intertexto e interdiscurso em Maingueneau (1997). Segundo o autor, o intertexto de uma formação discursiva corresponde ao conjunto de fragmentos que ela efetivamente cita por imposições ligadas ao lugar enunciativo a que se vincula, ao passo que a intertextualidade se define pelo tipo de citação que esta formação discursiva define como legítima para sua prática discursiva. Portanto, podemos compreender o interdiscurso como o conjunto de unidades discursivas, com as quais o discurso particular entra em relação.

Feita a breve distinção entre intertextualidade e interdiscursividade, nosso interesse é trazer alguns recortes extraídos do “O Grito da PA 150, com o intuito de problematizar o efeito de intertextualidade e de interdiscursividade presente nos discursos das CEBs. Essa regularidade se configura como um recurso de recorrência a textos já em circulação em outras esferas sociais para construir as imagens da luta política, a sensibilização dos trabalhadores para a organização, o texto bíblico atuando na formação religiosa. As vozes intertextuais que trazemos se mostram como um dialogismo de convergência, ou seja, são convocadas para reforçar os laços do agricultor com a religião e com a prática política. Assim, vejamos:

Texto 5



O Grito da PA 150, Ano I, N° 10, fevereiro de 1981, p.01

No texto 5, contrapõe o verbal com o visual. O desenho de trabalhadores em marcha, com punhos cerrados se articula com o enunciado: “Companheiros, quem sabe faz a hora não espera acontecer”. Sabemos que a música de Geraldo Vandré, “Caminhando” (Pra não dizer que não falei das flores), surgiu, na década de 1960, como um apelo de mudança social no país, justamente num momento em que passava por um regime de opressão econômica e política. A composição foi,

portanto, bastante utilizada nas marchas de protestos de trabalhadores, movimentos estudantis etc. contra o regime militar.

O texto visual é um meio de transmitir informação, nessa comunicação não-verbal, há a presença de discursos. As imagens ao criar um estereótipo de pessoas, está direcionando o seu discurso ao um grupo de sujeitos, no caso os trabalhadores rurais, que de punho levantado estão prontos para lutar por seu direito à terra. As diversas figuras presentes no informativo tinham a função discursiva de levar os trabalhadores rurais a entenderem a necessidade de organização e união na conquista da terra. As imagens cumpriam importante função, pois nesse período histórico uma grande maioria dos trabalhadores, provavelmente não sabiam ler e escrever, em razão das difíceis condições de acesso à escolarização na região.

No informativo, a intertextualidade com a música de Vandr e produz também uma interdiscursividade, na medida em que mobiliza um discurso em circula o, atualizando uma memória de luta. O mesmo trabalho de atualiza o de memória se verifica no próximo texto.

Texto 6



No texto 6, a intertextualidade se expressa no enunciado “Trabalhadores, uni-vos”. Foram elaboradas algumas edições especiais do Informativo, em comemoração ao dia do trabalhador rural, sempre datado no dia 25 de julho. Na edição de 1981, encontramos o enunciado acima em quinze números do informativo. Como sabemos, esse enunciado, embora sofra adaptações, produz uma intertextualidade com o enunciado presente no Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX/ENGELS, 1997, p.65). É no cruzamento de vozes produzidas em outros lugares que o chamamento se atualiza no informativo: “TRABALHADORES, UNI-VOS!”. Nesse sentido, o enunciador apela para uma memória social dos trabalhadores, ou seja, recorre ao discurso do manifesto para atualizar sua discursividade no momento atual de organização dos trabalhadores.

Dessa forma, a nova voz agora convoca os trabalhadores rurais à organização para enfrentar o latifúndio na região, embora não haja no texto 6 remissão explícita ao Manifesto. No entanto, é importante observar como os discursos são produzidos numa cadeia sempre em diálogo com discursos já existentes, seja sob o efeito da captação (adesão), seja sob o sentido da subversão (contraposição).

Em “TRABALHADORES, UNI-VOS!”, levamos em consideração a presença da voz do outro, do discurso citado, mas compreendendo que o sujeito sempre recria e reinterpreta o discurso alheio a partir do seu contexto social. O discurso sempre vai estar carregado do discurso do outro, pois historicamente temos o nosso posicionamento ideológico devido a nossas relações sociais. Quando falamos convocamos a palavra alheia, recriada e reinterpretada.

Texto 7



O Grito da PA 150, Ano I, Nº 6, outubro de 1980, p.01

Diferentemente do texto anterior, a intertextualidade no texto 04 é explícita, uma vez que o enunciado primeiro indica a fonte do texto citado (MAINGUENEAU, 1997). Esse processo se dá pelo uso de aspa e citação literal do livro bíblico de onde foi retirado o fragmente textual, ao contrário da intertextualidade implícita que não explicita a fonte de onde se originou o texto citado. Neste último caso, é necessário que o interlocutor tenha em sua memória discursiva um domínio prévio da referência para a construção de sua interpretação (MAINGUENEAU, 1997).

Assim, se nos textos 5 e 6, a intertextualidade é feita com textos que circularam em esferas políticas, em 07, o texto citado convoca sentidos da esfera religiosa. Maingueneau (1997) lembra que todo enunciado citado obedece a condições de possibilidade, ou seja, cada enunciado é convocado para o domínio de outro texto obedecendo a regras de aparição. “[...] segundo as épocas, os tipos de

discursos, as citações não são feitas da mesma maneira; os textos citáveis, as ocasiões em que é preciso citar, o grau de exatidão exigido etc. variam consideravelmente”. (MAINGUENEAU, 1997, p. 87).

Nesse sentido, a recorrência a textos políticos ao lado de textos religiosos para convocar os sujeitos à organização tem relação com os contextos históricos que orientam escolhas e citações de cada texto. O boletim do qual foi retirado o texto 5, que se encontra na primeira página, traz como título “Povo de Deus, Comunidade de Fé e de Luta”, dedicando longo espaço a informações sobre a “Assembléia do Povo de Deus”, criada pela igreja de Marabá, no ano de 1977, com a finalidade de construir um espaço de representação máxima da igreja, formado por representantes do povo, padres, bispo, freiras e agentes pastorais. De acordo com o informativo, **“Com a Assembléia, participada por todo mundo, começa-se a construir um novo jeito de ser Igreja, tendo a frente nosso Deus que age na vida dos homens o nos acontecimentos da realidade, nos chamando a ser Povo”**. O informativo descreve todos os temas dos quais a igreja se ocupa desde a criação da “*Assembléia do Povo*” e menciona que em 1989, ano de circulação desse número do informativo, o tema de debate foi comunidade.

As páginas desse número são destinadas à dimensão social, embora o discurso da igreja seja o fio condutor das práticas políticas. O discurso sobre a necessidade dos trabalhadores rurais das CEBs da região Sudeste do Pará continuarem a luta pelos seus direitos sociais inicia com o intertexto religioso, trazendo do livro de Deuteronômio uma citação: *“não deverá haver pobres no meio de ti”* (Dt 15,4), de modo que a voz bíblica fortalece a comunidade de fé, a identidade de “Povo de Deus”, e motiva a continuar a lutar contra todo um sistema que pensa apenas em lucro. Contracena nesse discurso a voz religiosa com a voz política, pois recorre à bíblia (evangelho) como forma de orientação da vida política, como consta no texto abaixo:

Texto 8

NA ASSEMBLÉIA SURTIU TAMBÉM A QUESTÃO DO CAPITALISMO E DO SOCIALISMO

dinheiro
governo
terra
polícia
juiz
fábricas

lucro

tudo na
mão só
de
alguns

capitalismo

participação
decisão e governo
do povo

mais igualdade

distribuição
socialismo

E COMO ORGANIZAR PARA FAZER A MUDANÇA DA SITUAÇÃO?

- . aumentando a união
- . participando junto nas discussões
- . criando equipes de luta
- . planejar, decidir e agir
- . fazendo encontros com pessoas de fora que podem prestar ajuda
- . promovendo atividades de interesse do povo.
- . criando Associações
- . fazer ligações com entidades de apoio.

- . fazendo cursos de base para:
 - conhecer as necessidades
 - conscientizando dos direitos e deveres
 - melhorar a comunidade (acabar com a idéia de chefe)
 - estudar e viver o evangelho
- . Procurar a justiça e denunciar as injustiças
- . não esperar pelos outros quando se tem condição de agir.

EVANGELHO

fatos

↑

VIDA PRÁTICA

↓

situações

← observação →

CRÍTICA

→ ação →

conversão

↑

VIDA PRÁTICA

↓

transformação

Observando os temas priorizados para o debate proposto no informativo, é possível identificar a relação que o boletim estabelece entre vida religiosa e vida prática. No mesmo informativo, encontramos os seguintes enunciados um ao lado do outro, intitulado algumas informações dirigidas aos trabalhadores: Grileiro invade terra de posseiros; A terra é um dom de Deus. Como se pode ver, dois discursos, aparentemente vinculados a formações discursivas distintas (discurso religioso e discurso político), no informativo se conectam e quase se amalgamam para encaminhar sentidos outros, num momento de interdição política em que há discursos que não podem se constituir com seus próprios sentidos, com seus próprios signos ideológicos, daí a força e o papel das marcas de intertextualidade orientadas pelas condições históricas de produção dos discursos.

5.3.2 A voz pedagógica na formação política dos trabalhadores

Por se tratar de um espaço em que não apenas veiculam informações, como deixa claro a Diocese de Marabá, em quase todas as edições do informativo, é possível observar ao final dos textos, nas suas últimas páginas, a presença de um texto instrutivo no qual se inscreve um “tom” pedagógico que orienta e solicita aos leitores a atenção para algum tema considerado central, veiculado por cada informativo. Nesse sentido, uma das contribuições do informativo O Grito da PA150 está em levar os sujeitos das comunidades a ler e interpretar textos verbais e visuais.

No texto 9 abaixo, trazemos uma das instruções apresentadas aos trabalhadores rurais da região: **“Leia, discuta este jornalzinho na comunidade e grite conosco”** (Ano I nº 2, junho de 1980) para ilustrar como os informativos trazem as marcas de um discurso que se pretendia de estudo e de formação dos trabalhadores. A ideia de promover o debate dos temas tratados em cada informativo, na comunidade, remete a um *“tom expressivo”* pedagógico materializado nas instruções. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992).

No seu livro a Estética da Criação Verbal, Bakhtin (2011) fala sobre a entonação presente no discurso como forma de encaminhar sentidos ao mesmo tempo que demarca uma determinada função do enunciado na comunicação. A entonação, tal como postula Bakhtin, pode adquirir o sentido de um pedido, ordem,

pergunta etc., de modo que o sujeito que enuncia orienta, pelo tom, uma determinada forma de interpretação ao outro. Nos informativos, comumente se vê, na última página, enunciados da ordem do instruir, como apresentamos a seguir:

Texto 9

CONTRATOS E CONVÊNIOS DO GETAT

Com a intenção de fazer "o desenvolvimento" da região onde atua, o GETAT, fez vários convênios e contratos com entidades do governo para favorecer os pequenos e médios agricultores da região. Conforme o coronel Leão, os pequenos e médios agricultores são realmente o alvo da atuação do Getat. "Quando alguém pede mais de 500 hectares, nunca recebe. Afinal o Getat não tem a mínima pretensão de beneficiar os grandes latifundiários", assim diz Leão.

Os convênios e contratos feitos pretendem atingir os lavradores que de fato, estão fazendo a ocupação do espaço amazônico (o que não é verdade, pois o que tem de empresas e fazendas ocupando a região amazônica, o pequeno e médio agricultor ocupam o mínimo do mínimo das terras).

Os convênios e contratos mais importantes são os seguintes: convênio do GETAT com o MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, que foi feito através do 1º Grupamento de Engenharia e Construção, subordinado ao 2º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) sediado em Terezina no Piauí, cujo objetivo principal é a construção da estrada de rodagem que ligará São Geraldo ao Distrito de Itaipavas e de São Geraldo a rodovia Transamazônica, áreas de grande concentração populacional e de muitos conflitos de terra. E aí tem mais dois pontos: a construção de um posto da COBAL em São Geraldo do Araguaia e também programas de ação comunitária, com a finalidade de prestar assistência social-comunitária aos pequenos produtores rurais.

O GETAT afirmou também convênios com as prefeituras de Marabá e Conceição do Araguaia, no Pará; Araguaína, Presidente Kenedy, Itaguatins, Axixá, Sítio Novo e Araguaínas, no Estado de Goiás; além de Imperatriz e João Lisboa no Maranhão. Esses convênios visam a demarcação de núcleos populacionais considerados prioritários.

No setor de saúde, o GETAT fez convênios com a CEME-Central de Medicamentos e a SESPA - Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará, cuja finalidade é a de fornecer medicamentos à população de baixa renda. Já no setor de Educação, o GETAT vai construir esco-

las nos distritos de Xinguara, Itaipavas, Boa Vista do Pará, e Rio Maria oferecendo escolaridade à população infantil destas localidades.

Além destes, o GETAT firmou ainda convênios com o IBDF-Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, com a Copagro-Companhia Paraense de Mecanização, Industrialização e Comercialização Agropecuária. Foram igualmente firmados 53 contratos para a execução de serviços topográficos na área do GETAT.

(Deu no jornal "A PROVÍNCIA DO PARÁ, de 02 de Fevereiro de 1981)

ATENÇÃO O GETAT
NÃO TRATA SÓ DE
TERRA COMO ELES
FALAM! CALAMBA!

POIS É RAFAZ,
O NEGÓCIO É
A GENTE EXIGIR
DELES ESCOLA,
POSTO MÉDICO, SÓ
NÃO EXERCITO



INFORMATIVO

O G R I T O
DA PA-150

LEIA E
DISCUTA
NA SUA COMUNIDADE

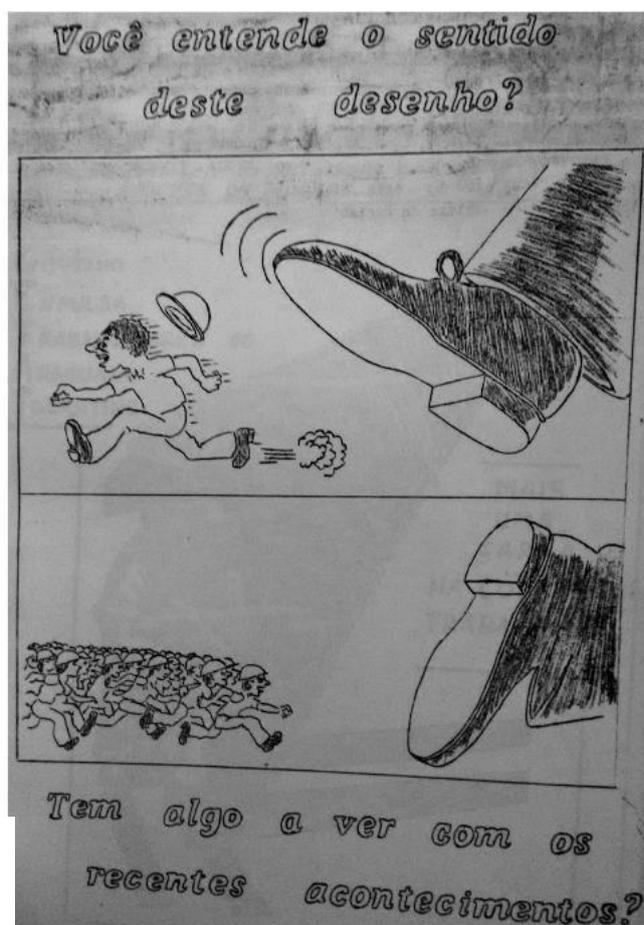
Os textos instrucionais do informativo cumprem a dupla orientação pedagógica: que os agentes de pastoral leiam o informativo na comunidade e que realizem tarefas.

A entonação faz com que uma determinada palavra ou frase, inserida em uma conjuntura social, oriente sentidos na relação dialógica com uma determinada realidade. Dessa forma, a entonação expressiva de algumas palavras no discurso converge para o todo discursivo, ou seja,

[...] a palavra não apenas designa um objeto como uma entidade pronta, mas também expressa por sua entonação minha atitude valorativa em relação ao objeto, em relação àquilo que é desejável ou indesejável nele, e, desse modo, movimenta-o em direção ao que ainda está por ser determinado nele, transforma-o no momento constituinte do evento vivo, em processo (BAKHTIN, 1926, p. 32-33 apud FARACO, 2009, p. 24)

O texto 10 abaixo, é mais um enunciado que traz o tom pedagógico orientador de uma prática de aprendizagem. Neste texto, o locutor demanda que o sujeito leitor tenha uma interpretação da realidade, ou seja, o tom pedagógico marca um processo onde se quer levar o leitor a compreender alguma realidade:

Texto 10



O enunciado **“Você entende o sentido deste desenho? Tem algo a ver com os recentes acontecimentos?”** Vem, também, ao final do informativo, como um texto que se acrescenta aos demais, ou ainda, como uma espécie de recapitulação dos temas tratados no informativo, o que, de certo modo, remete a uma memória do texto didático-escolar que segue, em seu ritual, a apresentação do conteúdo e o momento de retomada ou de recapitulação do conteúdo como forma de aferição do nível de aprendizagem do aluno. Aqui, no informativo, este tom pedagógico também parece ter o objetivo de levar os sujeitos à retomada da leitura e à apreensão de seus conteúdos. Vale destacar que o boletim do qual foi extraído o texto, dedica-se quase que exclusivamente a relatar o clima de tensão social na região, gerando por parte das CEBs uma carta dirigida ao governador de Estado, Alacid da Silva Nunes, relatando injustiças e arbitrariedades cometidas pela polícia em relação aos trabalhadores. Assim, o texto convoca uma releitura dos acontecimentos relatados no boletim e a reflexão sobre eles. No trabalho de formação política o discurso da CEBs recorre a diferentes estratégias de convocação do outro.

Abaixo, o texto 10 ilustra mais uma vez o caráter pedagógico de discursos que circulam no boletim. Neste texto, o termo “reflexões” aciona novamente a memória do livro didático, em que o texto quase sempre é seguido de pontos de reflexão.

Texto 11

REFLEXÕES :

1. IDEOLOGIA É UM CONJUNTO DE IDÉIAS A CLASSE OPRESSORA TEM SUA IDEOLOGIA. E OS OPRIMIDOS VÃO TER QUE PENSAR SEMPRE COM AS IDÉIAS DOS OPRESSORES?
2. QUAL O CAMINHO DOS OPRIMIDOS PARA SE LIBERTAREM DA OPRESSÃO?



Como se pode ver, duas questões são apresentadas ao final do boletim para que os trabalhadores respondam sobre a temática trabalhada, qual seja, o conceito de ideologia. Assim, assumimos com Bakhtin que um discurso é um campo atravessados por muitos outros discursos e todos eles se orientam por condições históricas dadas, nenhum discurso se insere no interior de outro que não seja para cumprir o propósito discursivo que convoca o seu outro.

Assim, até aqui nossas análises focalizaram a heterogeneidade discursiva produzindo efeitos de captação de discursos que se entrecruzam para compor sentidos de uma mesma formação discursiva e ideológica, ou seja, as vozes convocadas nesses discursos se apresentam como vozes aliadas, vozes que compartilham sentidos, vozes da diocese, da pastoral, das CEBs e trabalhadores rurais.

No item a seguir, a heterogeneidade discursiva se faz na equipolência de vozes que se refutam, denegam, ou seja trata-se de captações de vozes pelo processo de subversão, vozes que disputam sentidos, vozes que se situam em formações ideológicas opostas.

5.4. A polarização discursiva: processos de delimitação de vozes antagônicas

Retomando o que já havíamos discutidos nos capítulos I e II, sobre a dinâmica migratória para a Região Sudeste do Pará e o papel das CEBs na formação dos Trabalhadores Rurais, respectivamente, vimos que, no contexto das dinâmicas na região sudeste do Pará, primeiramente há um processo de expulsão dos trabalhadores rurais da terra como uma das formas políticas de favorecimento aos grandes latifúndios e empresas que se instalam na região, provocando e intensificando os conflitos pela posse da terra. Em contrapartida, a Igreja Católica local, por meio das CEBs, passa a apoiar a luta dos posseiros pelo direito à terra, como uma possibilidade de conscientização política dos trabalhadores rurais e como estratégia de fortalecimento das ações destes sujeitos para que pudessem exigir os seus direitos sociais e políticos (ASSIS, 2007).

As CEBs passam a ser um lugar de acolhimento e de defesa da dignidade humana dos trabalhadores. O trabalhador rural que passa a sofrer com o forte

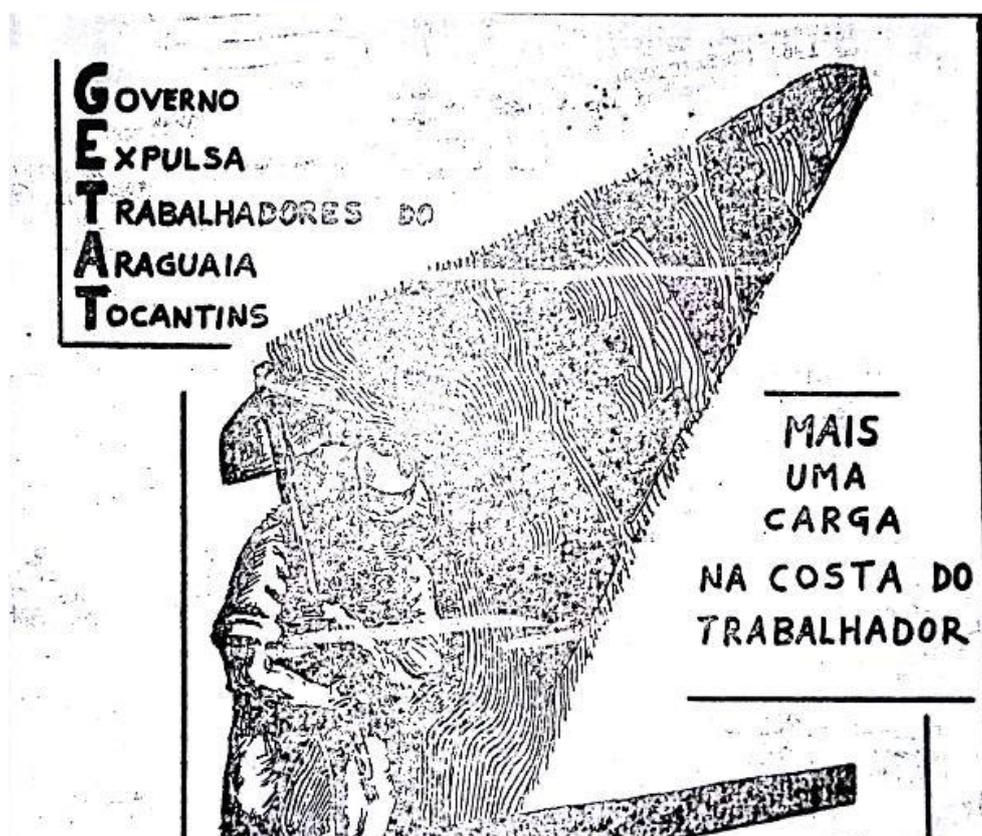
processo de desocupação de suas terras, por sujeitos com um determinado poder econômico social, visando à exploração latifundiária, encontra nas CEBs uma possibilidade de ter sua voz ouvida. As CEBs, assumidas como uma comunidade de fé, assumem também a luta social, na luta pelo direito dos trabalhadores rurais.

Os enunciados que passamos a analisar trazem as marcas desta luta na heterogeneidade de vozes. Poderíamos dizer com Maingueneau (1997) que os textos que passaremos a analisar se constituem numa “polêmica aberta”. A voz antagônica é convocada no informativo para ser refutada. Essa voz se traduz na figura do grileiro ou de alguma instituição governamental, em momentos de regime ditatorial.

O número 05 do O Grito da PA 150, publicado em setembro de 1980, traz em sua capa uma demonstração do confronto de vozes antagônicas, em que as CEBs demarcam seu posicionamento ideológico contrário às ações e discursos governamentais, representados pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins), órgão criado no governo de João Figueiredo, subordinado à secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Este órgão foi investido do poder de comandar as ações inerentes à colonização e à regularização fundiária.

Assim, observamos no texto 11 a presença de um acróstico, evidenciando um trabalho estético, que coloca em cena política o GETAT, fazendo emergir deste trabalho criativo o tom da denúncia, a delimitação das fronteiras discursivas.

Texto 12



O Grito da PA 150, Ano I, N°5, setembro de 1980, p.01

Na página seguinte desse mesmo número, encontramos um texto que fala da política da terra implantada pelo governo militar e a criação de mais um órgão de regulação, que ficaria responsável pela reforma agrária:

No dia 1° de fevereiro de 1980, foi criado mais um órgão, o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), para que desenvolva em áreas determinadas, a REFORMA AGRÁRIA”, tendo à frente desse órgão o Conselho de Segurança Nacional. Mas o que o governo militar desse país entende por Reforma Agrária, é o apoio às grandes fazendas e empresas nacionais e multinacionais. (O Grito da PA 150, Ano I, n° 05, setembro de 1980, p. 02)

O texto é uma explicação das medidas adotadas pelo governo militar para uma possível solução dos conflitos de terra, na região. Ao mesmo tempo encontramos três textos verbo-visuais que também demarcam a voz antagônica representada pelo GETAT:

Texto 13

Política da TERRA

No Brasil, a questão da terra, desde muito tempo, foi implantada na base da concentração da terra. São quase 500 anos de um sistema de latifúndio de dominação e exploração em cima dos índios, dos escravos e dos lavradores. Essa dominação sempre teve o apoio dos governantes. De vez em quando, o governo criava certos órgãos, dizendo que era para resolver os problemas de terra, o que até hoje acontece. Assim é que para aplicar a política agrária do regime militar que governa o país, foi criada a lei nº.4.504, de 30 de novembro de 1964 (ESTATUTO DA TERRA), e por meio dessa lei foi criado o INCRA, que tinha como objetivo acabar com a pequena e a grande propriedade, quer dizer, mudar o sistema fundiário, através da REFORMA AGRÁRIA. Esse objetivo ficou apenas no papel, pois sabemos que cada vez mais o número de pequenos proprietários e posseiros tem diminuído bastante, para dar lugar às grandes fazendas e empresas, e causando a expulsão do homem do campo que vai inchar o subúrbio das grandes cidades.

No dia 1º de fevereiro de 1980, foi criado mais um órgão, o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), para que desenvolva em áreas determinadas, a "REFORMA AGRÁRIA", tendo à frente desse órgão o Conselho de Segurança Nacional. Mas o que o governo militar desse país entende por Reforma Agrária, é o apoio às grandes fazendas e empresas nacionais e multinacionais.

Hoje se constata a concentração das terras nas mãos dos latifundiários e empresários capitalistas. A ação do GETAT, tem sido até então coligada com os grileiros e latifundiários, e prejudicando os lavradores. O GETAT quer regularizar as terras fazendo a conciliação entre grileiros, latifundiários, empresários e posseiros. E isso não é outra coisa senão uma tentativa de enganar os lavradores e a opinião do povo, para assegurar a implantação do latifúndio e da empresa capitalista, concentrando cada vez mais a terra em mãos de poucos. O GETAT vem assim com uma função bem clara já sentida pelos lavradores: esvaziar os sérios conflitos existentes na região, reprimir o crescimento da consciência de classe dos lavradores e dessa forma implantar aquilo que sempre interessou ao regime militar, o latifúndio e a empresa capitalista.

Além do texto verbal que traz em sua materialidade referências à política histórica de concentração fundiária que se agrava durante o regime militar, é preciso atentar também para a materialidade do texto visual, em que o discurso religioso se imbrica no discurso político na construção da denúncia aos ditames do poder. Assim, a figura de homem numa cruz remete à imagem de Jesus assim como um enunciado que acompanha o texto visual, numa relação intertextual com um enunciado bíblico. O homem na cruz, tendo no fundo a sigla GETAT, como o responsável pelo sacrifício ao trabalhador, traduz, na verbo-visualidade, a violência e a luta contra ela.

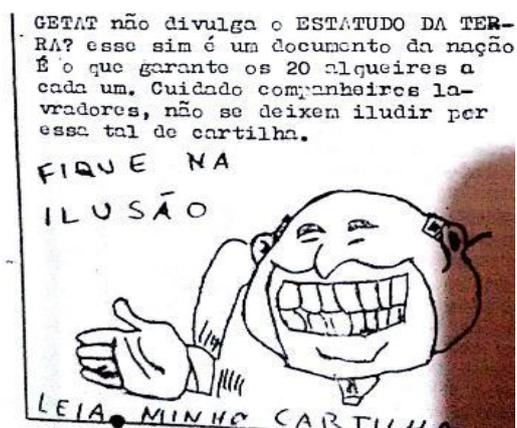
A polêmica aberta com o GETAT permeia todos os números do informativo. Os discursos se apresentam com variadas entonações, sejam elas em forma de denúncia explícita, seja em forma de ironias etc.

O tom irônico parece ser o tom privilegiado para as CEBs denunciarem o comportamento do GETAT em relação aos trabalhadores e aos privilégios concedidos aos donos de terras. De acordo com Maingueneau (2004), podemos caracterizar um discurso irônico quando o sujeito enunciativo subverte o enunciado, fazendo que tenha uma ambiguidade de sentidos, podendo então ter mais de uma interpretação. É importante destacarmos que a ironia, em si, coloca em funcionamento mais de uma voz, fragmentando posicionamentos discursivos.

Texto 14

a piada do
Getat

É mais uma maneira que o GETAT, conhecido por GETACA, tenta para enganar o posseiro sobre a terra. Essa cartilha que o Getat lança a todos os cantos não passa de uma pinda de mau gosto. Na verdade o GETAT nunca deu terra para ninguém, ele não tem terra para dar, e nem direito sobre elas. As terras são da Nação, do Brasil e dos Brasileiros. o que o GETAT faz é entregar essas terras aos tubarões, aos estrangeiros. Dão alguns títulos só para enganar. O povo não se iludirá com essa "cartilha". Porque o GETAT não divulga o ESTATUDO DA TERRA? esse sim é um documento da nação É o que garante os 20 alqueires a cada um. Cuidado companheiros lavradores, não se deixem iludir per essa tal de cartilha.



Como podemos ver, no texto 14, o GETAT é convocado para o informativo, mas este subverte a sigla GETAT em GETACA. Recorrendo ao contexto de opressão a que os trabalhadores se encontravam submetidos e ao papel repressivo do órgão, é preciso captar o sentido da subversão de GETAT em GETACA. Além de nomear o discurso do GETAT de piada, traduzido como mentira, a subversão da sigla situa o órgão no campo da violência, por isso GETACA¹⁴. Esse trabalho criativo da denúncia parece ser uma marca do informativo, produzindo, assim, uma forma de carnavalização tão explorada por Bakhtin.

Bakhtin (1987) examina a importância que o riso popular ocupa na obra de François Rabelais, no sentido de se opor à cultura oficial, ao tom sério e dominante daquele período. De acordo com Bakhtin:

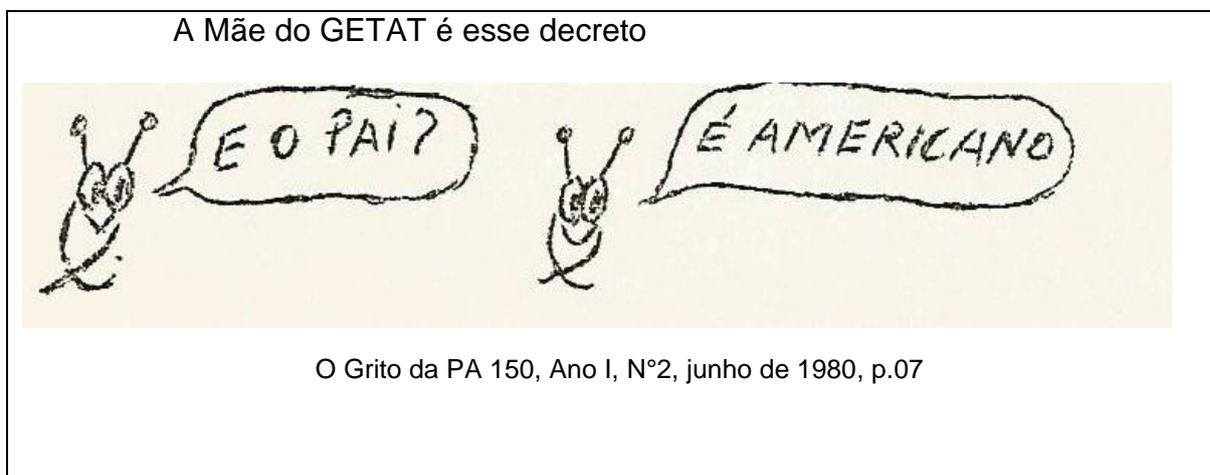
O mundo infinito das formas e manifestações do riso opunha-se à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época. Dentro da sua diversidade, essas formas e manifestações – as festas públicas carnavalescas, os ritos e cultos cômicos especiais, os bufões e tolos, gigantes, anões e monstros, palhaços de diversos estilos e categorias, a literatura paródica, vasta e multiforme, etc. – possuem uma unidade de estilo e constituem partes e parcelas da cultura cômica popular, principalmente da cultura carnavalesca, una e indivisível. (BAKHTIN, 1987, 3-4)

Essa reflexão de Bakhtin ajuda-nos a perceber que no texto intitulado “Piada do GETAT, há traços de carnavalização quando, pela ironia, subverte o papel do GETAT, anunciado pelo Estado, como órgão para atuar na fiscalização e política de colonização. Na análise bakhtiniana, a festa carnavalesca é o momento da total subversão do regime dominante: o riso produz a liberação, ainda que provisória, das hierarquias, de regras e tabus. Isso ocorre, no informativo, na passagem em que afirma-se: **“Essa cartilha da GETAT não passa de uma piada de mau gosto”**. Ao mesmo tempo que ironiza, transforma o discurso do GETAT em piada, embora de mau gosto. Há a abolição de “um sentido” para se constituir “outro” sentido.

Os enunciados a seguir denotam mais uma vez o trabalho estético do sujeito ao formular a denúncia das ações GETAT, na região:

¹⁴ Um dos significados de “taca”, no Aurélio, é pancada, bordoada, sentido que mais se aproxima do trabalho que os sujeitos operam na linguagem ao transformar a sigla GETAT em GETACA.

Figura 4



O texto que recebe, no informativo, esse título é, na verdade, o decreto presidencial de criação do GETAT. Após a transcrição de todo o decreto, a charge é acrescentada ao final, produzindo na denúncia o tom valorativo que expressa, ironicamente, a relação entre a política brasileira e o imperialismo americano.

5.4.1. Outras vozes dissonantes

Neste item, nosso intuito é trazer o dialogismo do informativo na polêmica aberta e declarada com o discurso dos adversários, representados por fazendeiros e pela polícia que passa a atuar fortemente na prisão de trabalhadores rurais, na região.

Texto15



O Grito da PA 150, Ano I, N°9, janeiro de 1981, p.08

Texto 16

O grileiro não pode dizer que faz despejo de lavradores ignorantes, que não produzem, para dizer que esteja criando um jeito moderno de produzir que seja interessante para o país. O grileiro abarca terra principalmente para negociar, para revende-la por um preço muito alto, sem botar nada de benfeitoria, a não ser que a gente chame de benfeitoria a papelada de cartório.

(O Grito da PA 150, Ano I nº 10, fevereiro de 1981, p.02)

Os textos 15 e 16, acima, colocam na arena discursiva a voz do fazendeiro ou do grileiro. No texto 15, o enunciado “a gente planta ele põe o boi em cima” não explicita na materialidade linguística quem é o referente do “ele”. No entanto, outros elementos lexicais são suficientes para que o referente no mundo seja recobrado na textualidade. Nessa mesma sequência, a frase “**põe o boi em cima**” já indica as condições de produção do discurso, remetendo a polêmica ao fazendeiro. Ela ganha corpo ainda mais com a sequência “querendo expulsar a gente da terra”. Além da materialidade verbal, outra camada de sentido se superpõe com o texto visual que traz elementos do universo do fazendeiro: bois, capins. Ressaltamos que todo o informativo investe neste diálogo entre o verbal e o visual, possivelmente ampliando o campo de leitura dos interlocutores, de modo que mesmo aqueles que não têm o domínio do código escrito, têm na visualidade outras possibilidades de compreensão de sentidos.

No texto 16, pela negação, a voz do adversário se insere na cena discursiva. A voz do grileiro é convocada para o discurso das CEBs como um recurso valioso para, imediatamente ser refutada. Lembra Maingueneau (1997), que a negação, como uma das formas de heterogeneidade mostrada, pode ser um objeto de análise polifônica. Desta perspectiva de análise, a negação polêmica é a que se mostra mais pertinente, uma vez que ela mantém uma relação de contradição com o enunciado que refuta (MAINGUENEAU, 1997, p. 82). No caso em análise, o enunciado põe em cena a asserção do “grileiro” para em seguida denegá-la, mostrar sua contradição. O recurso da negação permite ao discurso das CEBs introduzir o discurso do outro, seu adversário, e, avaliar sua legitimidade, questioná-la ou contestá-la.

Texto 17



O Grito da PA 150, Ano II, Nº16, agosto de 1982, p.01

No texto 17, a polêmica é estabelecida com a polícia que, no cumprimento dos ditames do estado, passa a atuar firmemente na prisão de trabalhadores rurais. O boletim de onde extraímos o texto 16 traz o relato de prisão de um lavrador, com o seguinte título: "Prenderam Fogoio, mas o Grito não cala".

Conforme relata o próprio informativo, a prisão do lavrador se deveu ao fato de ele ser vendedor do informativo “o Grito da PA 150”.

O enunciado que o informativo traz em sua capa revela a força do Estado e a resistência dos trabalhadores. De um lado, a força se mostra na linguagem, com as palavras ameaçar calar, prender lavradores; de outro, a resistência se marca no enunciado “e o povo reage”. Assim, se verifica que a palavra é um campo de batalha, na qual se imprimem as forças que se debatem na sociedade. Face a um poder violento, há sempre focos de resistências que atestam sua presença também na linguagem.

Nossas análises remetem às postulações bakhtinianas de que nenhum discurso se mantém na sua unicidade, mas sempre na relação irreduzível com outros discursos, ainda que alguns discursos lutem para se manter na sua pureza hegemônica. Ou seja, todo discurso se funda recebendo tons avaliativos de outras comunidades semióticas e se revela como o espaço da luta de classes.

5.5. O trabalho ético e estético do discurso das CEBs: um ato responsável

Bakhtin (2010), discute questões relacionadas ao ato ético e estético como acontecimento formulando a crítica à distinção que se opera entre o mundo da cultura e o da vida, em que um representa a abstração e o outro a realidade que nunca pode se repetir. Segundo o autor, há uma singularidade que exige um ato responsável. “[...] eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir” (BAKHTIN, 2010, p. 44). O que a teoria faz é se posicionar contra a universalização de um mundo abstrato que não consegue abranger a realidade vivida, representada por um ato não teórico, mas um ato fatural, concreto.

A linguagem, sendo uma forma de materialização do mundo, segundo Bakhtin, não tem como separá-la da vida, mas é preciso compreendê-la como um mecanismo de entender a vida. Sendo assim, a linguagem deve proporcionar a interação entre o mundo da cultura e o mundo da vida, que, num ato responsável, possibilita o fim dessa dicotomia:

Cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo; eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir (BAKHTIN, 2010, p. 44)

Nesse sentido, a vida é um agir real, singular, um evento que em si é um projeto ético, não podendo ser separado de uma responsabilidade (BAKHTIN, 2010). O ato de participar ativamente da vida concreta, por meio de cada momento do existir, dos desejos, das sensações, dos sentimentos, dos pensamentos, exige postura totalmente responsável. Esse conceito de unicidade do mundo da cultura com o mundo da vida cotidiana mostra que cada sujeito ocupa um lugar social, existindo o “eu” que se encontra com a “*humanidade social*” o “*outro*” (BAKHTIN, 2010, p.106), caracterizando momentos de um valor de existir.

A estética tem a vida como seu objeto, mas é necessário o ato concreto para que esse fato ocorra. Sendo assim, o eu é responsável por materializar o objeto estético. A linguagem passa a construir esse processo de ato responsável a partir de um contexto social, histórico e cultural que se encontra no mundo real. A responsabilidade pelo ato é do eu, pois não há um alibi que possibilite fugir da existência da vida real, ou seja, “*cada pessoa ocupa um lugar singular e irrepetível, cada existir é único*” (BAKHTIN, 2010, p. 96/97). Portanto, o ato é responsável porque cada sujeito no mundo deve ter a responsabilidade do eu, pelo seu agir no mundo.

Queremos remeter estas reflexões de Bakhtin ao caráter ético e estético dos discursos das CEBS presentes na própria tessitura do informativo em que se unem num ato responsável a vida da cultura mediada por textos políticos e religiosos e a vida do cotidiano do agricultor.

A figura abaixo ilustra, em certa medida, o trabalho ético e estético de um discurso que une o trabalho cotidiano da produção material e subjetiva com o trabalho de formação político-cultural.

Texto 18



O Grito da PA 150, Ano I, Nº4, agosto de 1980, p.01

Se lavar o chão corresponde a uma atividade concreta, cotidiano do agricultor, lavar a luta exige uma relação com um mundo conceitual. Se a terra é lavrada com a enxada, a luta política impõe relações com discursos que participam de outras esferas institucionalizadas: Estado, Igreja, Imprensa etc. Nesse sentido, o

trabalho das CEBs evidencia, no informativo, o espaço de encontro destes dois mundos, na formação ética e estética dos trabalhadores na região.

CONCLUSÃO

O percurso realizado até aqui possibilitou compreender sentidos que entram em funcionamento nos discursos das CEBs presentes no informativo O Grito da PA 150. A partir do pensamento bakhtiniano, situado numa teoria do dialogismo, nossas análises procuraram captar o coro de vozes, sejam elas aliadas ou em disputa. Nesse sentido, tomamos o contexto social como um espaço de luta que se inscreve no discurso enquanto espaço de materialização das forças ideológicas em jogo na sociedade.

Nas análises, atentos aos problemas sociais, políticos e econômicos em que os trabalhadores rurais estavam inseridos e o trabalho de politização e denúncia das CEBs, identificamos que esses discursos se constituem como discursos de captação, ou seja, discursos estabelecidos entre as CEBs, os trabalhadores e demais aliados na luta pela terra e discursos antagônicos, estabelecidos com os adversários, representados pelos fazendeiros, grileiros ou órgão do Estado (GETAT, polícia etc.). Identificamos, ainda, que, tanto a dialogia estabelecida com os discursos de captação como a estabelecida com os discursos antagônicos (ou discursos aliados,) se fazem por procedimentos discursivos específicos como intertextualidade explícita, intertextualidade implícita, ironia etc., Este funcionamento discursivo produz uma regularidade nos discursos das CEBs, de modo que, ao retomar da cadeia discursiva outros enunciados- fonte, como forma de retomada de uma memória para fortalecer a luta, intensificar o trabalho de organização dos trabalhadores, os recursos de intertextualidade se fazem pela captação de discursos também produzidos em esferas políticas de lutas, como a música de Geraldo Vandré, o enunciado do manifesto comunista etc. Tem-se como exceção os enunciados bíblicos que são retomados de uma esfera religiosa, justamente porque o discurso religioso está também na base discursiva das CEBs. O discurso antagônico, por sua vez, instaura uma polêmica aberta com os adversários e o recurso mais comum para fazer a relação dialógica de denegação do outro é a ironia. Por este recurso, não apenas denuncia o outro, o adversário, mas, também, o ridiculariza, corroendo todos os esforços do poder em manter-se hegemônico, pois

pela ironia, pelo riso, manifestam-se as resistências, carnavalizando o poder que se pretende absoluto.

Além deste funcionamento discursivo do informativo, no decorrer da pesquisa, percebemos que o informativo, ao assumir a função de levar informações aos trabalhadores rurais, convocá-los à organização política, na luta por direitos e pela posse da terra, o faz a partir de um tom pedagógico que adquire também uma regularidade nos informativos. Chamamos de “tom pedagógico” o modo instrutivo como o informativo encaminha atividades reflexivas para os agricultores desenvolverem a partir da leitura do Informativo: resolução de tarefas, debates sobre temas específicos. Esse tom se materializa em um subgênero que surge no informativo que, podemos considerar da ordem do instruir. Por esse tom instrutivo ou pedagógico foi possível identificar sentidos de como as CEBS trazem nas suas práticas a finalidade de formação dos trabalhadores, mediando seus processos de formação política com as leituras do informativo.

Aliando o funcionamento dialético e dialógico dos discursos do informativo, destacamos que se poderia dizer que os discursos das CEBS, no seu trabalho de denúncia, organização e formação política dos trabalhadores, fazem entrecruzar-se o discurso da vida concreta dos agricultores com o discurso das abstrações, da verbalização dos eventos no mundo, na medida em que os trabalhadores são continuamente convocados a dar sentido ao vivido verbalmente.

Por fim, nas análises do discurso do informativo O Grito da PA 150, percebemos que a voz religiosa está presente, mas se coloca muito mais a serviço da vida concreta dos sujeitos do que, propriamente, à formação da tradição religiosa. A presença do discurso político faz sobrepor a necessidade de o trabalhador rural buscar pelo meio político uma forma de conquistar a terra. Desta maneira, o informativo passa a inserir discursos que mostram a importância de uma efetiva participação política.

As vozes encontradas no Grito da PA 150 e analisadas aqui trazem por meio da captação outros discursos que não são religiosos, mas que serviram para orientar a importância do papel político dos sujeitos membros das CEBS. O sujeito enunciador invoca outras vozes, sejam aliadas ou não para dar mais força ao seu discurso e na conscientização dos trabalhadores rurais dessa região. Esse recurso pode ser visto, quando percebemos as vozes do grileiro, do fazendeiro, do padre, de

pensadores sociais e até mesmo da colaboração de música populares (caso da música de Geraldo Vandré). Os textos aqui analisados, em sua maioria, têm a finalidade de mostrar as arbitrariedades da ação do Estado e suas instituições em prol daqueles que detêm mais poder econômico.

Concluimos que as CEBs, por meio da Equipe de Pastoral da PA 150, que idealizou e concretizou o informativo O Grito da PA 150, vinculado à Diocese de Marabá, teve um papel importantíssimo na organização e formação dos trabalhadores rurais, na luta pela terra, na região sudeste do Pará. As análises mostram como as diversas vozes e discursos podem favorecer ou desfavorecer um determinado grupo social. A partir de uma visão bakhtiniana, o discurso materializa um posicionamento ideológico, mas para isso ocorrer é necessária uma consciência crítica da realidade. O Grito da PA 150, buscou ser uma ferramenta que não apenas informa, mas que possibilite os trabalhadores defenderem os seus interesses e denunciarem as diversas situações de opressão, infelizmente, ainda presente nesta região.

REFERÊNCIAS

ASSIS, W. S. de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Tese de Doutorado Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais– 2007.

BAKHTIN, M. VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo/Brasília, Hucitec, 1987.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011

_____. **Problemas da poética em Dostoiéski**. Tradução Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesiástica de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOFF, L. **Igreja Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. (Org). **A Teologia da Libertação Balanços e Perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

_____; BOFF, C. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRAIT, Beth. Da Rússia czarista à web. In, BRAIT, B. **Bakhtin e o Círculo** (Org.). São Paulo: Contexto, 2009, p 15-30.

_____. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. In.: **Bakhtiniana, Revista de Estudos do Discurso**. São Paulo, 43-66, Jul./Dez. 2013.

_____. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996

CASALDÁLIGA, P. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a Marginalização social**. Carta Pastoral, São Félix do Araguaia, 10 de outubro de 1971. Disponível em <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>

CATÃO, F. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Nova Cultural, Brasiliense, 1986.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1984.

EMMI, M. F. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativista no Pará até a década de 60. **Paper do NAEA** 166, Outubro de 2002. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/pdf.php?id=78>. Acesso em: 16 de mar. 2015.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, 168 p.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, José Luiz. Interdiscursividade e intertextualidade. In: Brait, B. (org.) **Bakhtin – Outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006b.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Nos textos de Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas, SP: UNICAMP, 1997, p.311-328.

GIBELLINI, R. **A Teologia no século XX**. São Paulo: Loyola, 1988.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira**: camponato e sindicalismo no Sudeste paraense. Belém: UFPA, 2001.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do camponato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. Vol. I,II.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979, 140p.

KLIKSBERG, B. **América Latina**: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social. Tradução de Norma Guimarães Azeredo. Brasília: UNESCO, 2002.

LIBÂNIO, K. Uma Teologia a partir da Prática Libertadora dos Pobres. In: **Revista História Viva**, Edição Especial Temática nº. 2. Setembro de 2007.

MAESTRO, Juan Pablo García. **Pensar a Dios desde el reverso de la história**: el legado teológico de Gustavo Gutiérrez. Salamanca: ACCIÓN CULTURAL CRISTIANA, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas, SP: Pontes Editora da Unicamp, 1997

MARTINS, J. S. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

_____. “Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia”. In.: **Caminhada no chão da noite: emancipação política nos movimentos sociais do campo**. Editora: HUCITEC, São Paulo, 1989

MARX, Karl. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: SE, 1997

MAUÉS, R. H. **Comunidades “no sentido social da evangelização”**: CEBS, Camponeses e Quilombolas na Amazônia oriental brasileira. Publicado em *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 2010.

MCGRATH, D. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**. Vol. 2, nº2, dezembro de 1999, p.

MIOTELLO, V. **A construção turbulenta das hegemonias discursivas**: o discurso neoliberal e seus confrontos. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Campinas, SP, 2001. (Tese de doutorado)

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia; PINHEIRO, Théo Lobarinhas (Orgs.) **Voluntariado e Universo Rural**. [Col. Herança, 1]. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

OIT. **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**. Brasília: OIT, 2011, v. 1.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PEREIRA, A. R. **A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese de doutoramento. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de História, 2013.

_____. Ocupações e Conflitos de Terra no Sul e no Sudeste do Pará. **XII Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento**. Teresina/PI: 06 a 09 de maio de 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397006405_ARQUIVO_ArtigoAirton_EncNacHistoriaOral.pdf. Acesso em: 16 de jul. 2014.

PIERUCCI, A. F. de O. **Comunidades Eclesiais**: origem e desenvolvimento. In: *Novos Estudos*. Cebrap SP, v. 1,2, p.53-58, abr. 1982.

RIBEIRO, N. B. **Formação de Professores**: leitura e construção de identidade. In: *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.15, n.1, p. 139-158, jan./jun. 2012

SANTOS, G. I.; GOULART, J. E.; FABER, M. E. E. **Teologia da Libertação**: resistência intelectual nos anos de chumbo. *Revista Historiador*. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>

SANTOS, Edileuza dos. **Vila Arraias: Espaço de sobrevivência, morte e núcleo de organização na luta pela terra na PA-15.** Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2007. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos exclusão e luta: do Sul para a Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1993.

SILVA, Idelma Santiago da. **Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008).** Tese de doutoramento. Universidade Federal do Goiás, Faculdade de História, 2010.

SILVA, Osnera Pinto da. **Caminhando pelos mortos, caminhando pelos vivos: conflitos, romarias e santidade no Sudeste Paraense.** Dissertação de Mestrado. Universidade Severino Sombra. Programa de Mestrado em História. Vassouras, 2012.

SOBRAL, Adail. O conceito de ato ético de Bakhtin e a responsabilidade moral do sujeito. **Bioethikos.** Centro Universitário São Camilo – 2009; 3(1): 121-126

TEZZA, Cristovão. **Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo.** Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.